



**III Encontro Latinoamericano Ciências
Sociais e Barragens**

**III Encuentro Latinoamericano Ciencias
Sociales y Represas**

**LIVRO DE PROGRAMAÇÃO
RESUMOS**

Belém – Brasil
30 de novembro a 3 de dezembro de 2010
Centro de Eventos Benedito Nunes - UFPA

Dados Internacionais de Catalogação de Publicação (CIP)
(Biblioteca do NAEA/UFPA)

Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens = Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales Y Represas, 3.

Livro de Programação e Resumos / Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens = Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales Y Represas – 2010.

168 p. ; 21 cm

Reúne Programação e Resumos apresentados no III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens/Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales Y Represas, realizado em Belém (PA) no período de 30 novembro a 03 de dezembro de 2010. Coordenação: Edna Castro e Carlos Vainer.

Textos em português e espanhol.

Inclui bibliografias

ISBN 978-85-7143-090-7

1. Ciências sociais – América Latina. 2. Estruturas hidráulicas – Projetos e construção – América Latina. 3. Política energética – América Latina. 4. Degradação ambiental – América Latina. 5. Sistemas de energia hidrelétrica – América Latina. II. Título.

CDD 21. ed. 333.914098



Sumário

Apresentação do III ECSB • 5

Programação Geral • 9

Sessões Temáticas • 15

Mostra de Videodocumentários “*Por Rios Vivos*” • 43

Roda de Diálogo com Lideranças Indígenas • 47

Lançamento de Livros • 49

Resumos de Trabalhos – modalidades – Oral e Poster • 51

Índice Remissível de participantes • 155

COORDENADORES

Edna Castro – NAEA/UFPA
Carlos Vainer – IPPUR/UF RJ

COMISSÃO CIENTÍFICA

Alfredo Wagner de Almeida – UEA/UFAM
Andréa Zhouri – UFMG
Antonio Carlos Magalhães – Humanitas
Carlos Vainer – IPPUR/UF RJ
Célio Bermann – USP
Diana Antonaz – UFPA
Edna Castro – NAEA/UFPA
Franklin Rothman – UFV
Ghislaina Duquê – UNIVASF
Guiomar Germani – UFBA

Gisela Aquino Pires do Rio – UF RJ
Henri Acselrad – IPPUR/UF RJ
Luis-Ciro Marcano – UC Venezuela
Luiz Novoa – UFRO
Nírvia Ravena – UNAMA – NAEA/UFPA
Rodrigo Peixoto – MPEG
Rosa Acevedo Marin – NAEA/UFPA-UNAMAZ
Sônia Magalhães – NUMA/UFPA
Voyner Ravena Cañete – ICB/UFPA

COMISSÃO ORGANIZADORA

Rosa Acevedo Marin – UNAMAZ-NAEA/UFPA
Sônia Magalhães – NUMA/UFPA-NCADR/UFPA
Rodrigo Peixoto – MPEG
Nírvia Ravena – UNAMA/NAEA/UFPA
Eneida Assis – IFCH/UFPA
Denise Cardoso – IFCH/UFPA
Gilberto Rocha – NUMA/UFPA
Vera Lúcia Gomes – UFPA/ICSA/PPGSS
Joseline Barreto Trindade – UFPA-Campus Marabá
Joelle Katiussia Silva – CNPq/NAEA/UFPA/CESUPA

Suely Rodrigues Alves – NAEA/UFPA
Juliana Romeiro – IPPUR/UF RJ
Renato Martins – IPPUR/UF RJ
Lanna L. Peixoto (Bolsista) – PIBIC/NAEA/UFPA
Sabrina Nascimento (Bolsista) – PLADES/NAEA
Simy Corrêa (Bolsista) – PLADES/NAEA
Wellington Morais – NAEA/UFPA

INSTITUIÇÕES REALIZADORAS

Núcleo de Altos Estudos Amazônicos – NAEA/UFPA
Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional – IPPUR/UF RJ

APOIO INSTITUCIONAL

Asociación Latinoamericana de Sociología – ALAS
Facultad Latinoamericana de Ciencias Sociales – FLACSO
Consejo Latinoamericano de Ciencias Sociales – CLACSO
Asociación Latinoamericana de Sociología Rural – ALASRU
Associação de Universidades Amazônicas – UNAMAZ
Sociedade Brasileira de Sociologia – SBS
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Planejamento Urbano e Regional – ANPUR
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais – ANPOCS
Associação Brasileira de Antropologia – ABA
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ambiente e Sociedade – ANPPAS
Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Geografia – ANPEGE

INSTITUIÇÕES FINANCIADORAS

CNPq, Capes, F. Ford, Banco da Amazônia, Unama.

Projeto gráfico: Ione Sena

Arte da Capa: Joelle Katiussia Silva



Apresentação do III ELCSB

A partir do final dos anos 1970, os deslocamentos compulsórios, a destruição das bases físico-territoriais de que depende a sobrevivência de populações indígenas e comunidades tradicionais e, sempre é bom lembrar, a resistência das populações atingidas trouxeram as grandes barragens para a pauta dos cientistas sociais. Aos poucos, as questões ambientais começaram a ser contempladas, inclusive porque o próprio desempenho técnico-econômico de muitos aproveitamentos hidrelétricos se via ameaçado pela deterioração ecológica dos reservatórios.

Antropólogos, sociólogos, geógrafos, juristas, planejadores urbanos e regionais, economistas, demógrafos e cientistas políticos, reconheceram nestes grandes projetos um formato particular dos processos de mudança social e de reconfiguração sócio-territorial característicos do capitalismo contemporâneo. Teses de doutorado, dissertações de mestrado, livros, artigos, comunicações em encontros científicos se multiplicam.

O I Encontro Ciências Sociais e Barragens inaugurou uma nova etapa, voltada para reunir, sistematizar e comparar os resultados de pesquisa. Sediado pelo Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Reional (IPPUR-UFRJ), foi realizado na cidade do Rio de Janeiro, de 8 a 19 de junho de 2005. Reuniram-se, na ocasião, 170 pesquisadores, estudantes de graduação e pós-graduação, técnicos de instituições governamentais e de empresas privadas, profissionais de todas as regiões brasileiras e representantes de movimentos populares e organizações não

governamentais. Os 75 trabalhos científicos levados à discussão foram publicados nos anais do evento, em meio digital.

O II Encontro Ciências Sociais e Barragens foi realizado na cidade de Salvador, de 19 a 22 de novembro de 2007, e conseguiu ampliar o campo de abrangência do debate e da articulação acadêmica, realizando concomitantemente o I Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas. O evento trouxe, assim, inúmeros colegas e estudantes de programas de pós-graduação de vários países latinoamericanos interessados no debate concernente ao tema. Em Salvador estiveram reunidos cerca de 400 pesquisadores, com mais de 200 trabalhos e comunicações.

Estes eventos evidenciaram a riqueza e a qualidade da produção científica sobre barragens nas Ciências Sociais latinoamericanas, além de propiciar uma maior articulação e intercâmbio entre pesquisadores, assim como entre estes e demais agentes envolvidos com a problemática das barragens. Por outro lado têm propiciado rico diálogo entre pesquisadores, acadêmicos, ativistas da sociedade civil e responsáveis governamentais pelo planejamento do setor elétrico e pelo equacionamento das questões ambientais associadas a estes empreendimentos. No âmbito acadêmico foram dados os primeiros passos para a estruturação de uma “Rede Latinoamericana Ciências Sociais e Barragens”, em torno da qual começam a se reunir pesquisadores, acadêmicos e não acadêmicos, profissionais e ativistas, de distintas áreas das Ciências Sociais que estudam, trabalham ou se interessam por estas questões.

A proposta do III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens / III Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas, a ser realizado em Belém, de 30 de novembro a 3 de dezembro de 2010, apresenta-se como continuidade do profícuo diálogo inaugurado no Rio de Janeiro, em 2005, e coninuado em Salvador, em 2007.

O caráter latinoamericano do evento ressalta a relevância da cooperação acadêmica continental, tanto mais que se aceleram os planos e projetos de integração continental que colocam na agenda de discussão o planejamento e

a implantação de grandes projetos binacionais e, mesmo, em alguns casos, de dimensão continental.

A indicação de Belém para a realização do III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragens/III Encuentro Latinoamericano Ciencias Sociales y Represas não é aleatória. Esta opção ressalta a preocupação dos cientistas sociais latinoamericanos com os desafios sociais e ambientais que se colocam para a Amazônia, região para a qual se projetam novos e grandes barragens para aproveitamento hidrelétrico nos próximos anos.

Agradecemos à Universidade Federal do Pará por sediar este evento, ao apoio fundamental recebido da CAPS, do Cnpq, da Fundação Ford e do Banco da Amazônia, e viabilização administrativa da Unamaz. Esperamos que a comunidade acadêmica possa avançar na reflexão sobre ciência e seus usos sociais e na construção de um modelo de desenvolvimento que preorize os direitos humanos, sociais e territoriais.

Comissão Organizadora



Programação Geral

SESSÃO DE ABERTURA E MESA REDONDA 1

30.11.2010 – Terça-feira

16:00 h – Credenciamento

18:00 h – Sessão Solene de Abertura

Local: Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas/UFPA

18:30 h – Mesa Redonda 1 – Ciência, cientistas e democracia

Local: Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas/UFPA

Coordenadora: Edna Castro – UFPA

Expositores: Henri Acselrad – IPUR/UFRJ

Gustavo Ribeiro – PPGA/UnB

Juan Radovich – FLACSO – Argentina

Lançamento de Livros e Coquetel de boas vindas

Local: Hall do Auditório do Instituto de Ciências Jurídicas/UFPA

MESAS REDONDAS 2 a 8

01.12.2010 – Quarta-feira

8:30h – Mesa Redonda 2 – Planejamento territorial, planejamento setorial e barragens

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenador: Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ

Expositores: Luis-Ciro Marcano – Universidade Central da Venezuela

Lúcio Flávio Pinto – Jornal Pessoal

Carlos Brandão – Unicamp

Chelén Fischer de Lemos - Brasília

10:45 h – Mesa Redonda 3 – As barragens de Belo Monte: processo decisório, licenciamento e conflitos

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenadora: Célio Bermann – USP

Expositores: Felício Ponte Jr – Ministério Público Federal

Sônia Magalhães – IFCH/UFPA

Antônia Melo – Movimento Xingu Vivo para Sempre

Marijane Vieira Lisboa – Plataforma DHESCA

12:00 h às 14:00 h – Intervalo para almoço

14:00 h às 18:00 h – Sessões Temáticas

16:00 h às 18:00h – Roda de Diálogo com Lideranças Indígenas

Local: Capela da Universidade/UFPA

18:00 h às 18:15 h – Pausa para o lanche

18:15 h às 21:00 h – Lançamento da Mostra de Videodocumentários “Por Rios Vivos”

Local: Cinema Olympia

02.12.2010 – Quinta-feira

08:30 h – Mesa Redonda 4 – Hidrelétricas e mudanças climática: perspectivas para o Século XXI

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenadora: Nírvia Ravena – NAEA/UFPA

Expositores: Philip Fearside – INPA

Francisco del Moral – Painel de Especialistas – USP

10:30h – Mesa Redonda 5 – Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas I

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenador: Antônio Carlos Magalhães – Humanistas

Expositores: Raoni Metuktire – Capoto/Jarina (PI Xingu)

Megaron Txukarramãe – PI Xingu

Josinei Gonçalves Arara – Volta Grande do Xingu

Ozimar Juruna – Volta Grande do Xingu

12:00 h às 14:00 h – Intervalo para almoço

16:00 h às 18:00h – Roda de Diálogo com Lideranças Indígenas

Local: Capela da Universidade/UFPA

14:00 h às 18:00 h – Sessões Temáticas

18:00 h às 18:15 h – Pausa para o lanche

18:15h – Mesa Redonda 6 – Territorialidades, conflitos e demandas de movimentos sociais indígenas II

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenadora: Guiomar Germani – UFBA

Expositores: Payaré – Akratikatejê (Gavião) – TI Mãe Maria

Robert Guimarães – Shipibo Konibo (Pano) – Peru

Sonia Guajajara – Representante da COIAB
 Representante Indígena de Bolívia
 Jonas Polino Sansão – Associação Wyty-Catë - Comunidades Timbira

18:15 h às 21:00 h – Mostra de Videodocumentários “Por Rios Vivos”

Local: Cinema Olympia

03.12.2010 – Sexta-feira

8:30 – Mesa Redonda 7 – Direitos Humanos e Barragens: Remoções forçadas, reassentamentos e direito à moradia

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenadora: Andréa Zhouri – UFMG

Expositores: João Akira Omoto – MPF

Carlos Vainer – IPPUR/UFRJ

Juan de Dios Garcia – Guatemala

Leandro Scalabrin – MAB

Guilherme Zagallo – Plataforma DHESCA

10:45 h – Mesa Redonda 8 – As hidrelétricas do rio Madeira e grandes obras de infraestrutura

Local: Auditório do Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Coordenadora: Rosa Acevedo – NAEA/UFPA

Expositores: Alfredo Wagner de Almeida – UEA/UFAM

Luis Fernando Novoa – UFRO

Silvia Molina – Bolívia

Gilberto Carlos Cervinski – MAB

12:00 h às 14:00 h – Intervalo para almoço

14:00 h às 18:00 h – Sessões Temáticas

18:00 h às 18:15 h – Pausa para o lanche

18:15 h às 21:00 h – Plenária e Reunião da Rede Latinoamericana Ciências Sociais e Barragens

Local: Sala Multi-uso 1 (Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA)

18:15 h às 21:00 h – Mostra de Videodocumentários “Por Rios Vivos”

Local: Cinema Olympia e Centro de Eventos Benedito Nunes

SESSÕES TEMÁTICAS

ST01 – Planejamento, processos decisórios e estruturas institucionais

Coordenação: Carlos Vainer – IPUR/UFRJ

Luiz Novoa – UFRO

Local: Sala Multi-uso 1, Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Concepção, planejamento, implantação e operacionalização de barragens. Dimensões sociais, políticas e econômicas dos processos decisórios, estruturas organizacionais e estratégicas das empresas. Comunicação Social e Marketing dos projetos. Audiências públicas. Relação entre escalas nacional e escalas regional e local. Relação Estado-Mercado. Parceria público-privada

1 de dezembro, quarta-feira

Horário: 14:00h às 16:00h

1ª sessão: Os caminhos da desregulação e da (re)regulação do Setor Elétrico no Brasil

Licenciamento Ambiental no Brasil: a caminho da modernização ecológica

Alexandre do Nascimento Souza - PROCAM/USP e *Pedro Roberto Jacobi* - PROCAM/USP

Privatização do Setor Elétrico Brasileiro: novas estratégias de disputa na relação atingido/empreendedor - o caso da UHE Aimorés e *Eduardo Campbell* - IPPUR/UFRJ

O arranjo espacial do setor elétrico brasileiro nas últimas duas décadas

Renato Domingues Fialho Martins - ETTERN/ IPPUR/ UFRJ

Pôster

Observatório Sócio-Ambiental de Barragens

Juliana Ferreira Romeiro – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ, *Marcio Andrade Cabeças* – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ, *Eduardo da Silva Leitão* – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ e *Marcela Rabello de Castro Centelhas* - ETTERN/ IPPUR/ UFRJ

2ª sessão: O planejamento da expansão da fronteira elétrica na Amazônia: dinâmicas de fragmentação e de transnacionalização

Horário: 16:00h às 18:00h

Securitização energética e a geopolítica dos recursos naturais na América do Sul: Uma discussão sobre os processos de integração e fragmentação

Elói Martins Senboras - UFRR

Energia Sustentável e exploração racional dos rios amazônicos

Juan Carlos Riveros – WWF Peru e *Sidney Tadeu Rodrigues* – WWF Brasil

A Luta dos povos tradicionais de Rondônia atingidos pelo Complexo Madeira

Frederico Duarte Irias - UERJ

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão: Energia hidrelétrica e estratégias discursivas: entrechoques na construção dos parâmetros do que seja “desenvolvimento limpo”

Horário: 14:00h às 16:00h

Governança, Accountability e Processo Decisório- Incluindo outras questões no debate

Maria da Graça de Moraes Bittencourt Campagnolo – UFPA, *Celso Antonio Vaz* - UFPA

Marise da Rocha Morbach – UFPA e *Eneida Correa Assis* - UFPA

Sentidos da matriz energética brasileira na mídia. Hidrelétricas na Amazônia de FHC a Lula (2000 a 2009).

Thiago Almeida Barros – NAEA-UFPA e *Nirvia Ravena* - NAEA-UFPA/UNAMA

Ciência, cientistas e democracia desfigurada: o caso Belo Monte

Sônia Barbosa Magalhães – NCADR/NUMA UFPA e *Francisco del Moral Hernandez* - Instituto de Eletrotécnica

De Kararaô a Belo Monte: Controvérsia em torno da construção da barragem de Belo Monte

Alexandra Martins Silva - Universidade de Coimbra

As contradições entre os discursos e as práticas do campo político-institucional sobre as questões de energia na Amazônia

Sabrina Mesquita do Nascimento – UFPA, *Edna Maria Ramos de Castro* – UFPA e *Simy de Almeida Corrêa* - UFPA

4ª sessão: Novos arranjos de poder e processos de reterritorialização decorrentes da implementação de projetos hidrelétricos

Horário: 16:00h às 18:00h

Estudo da UHE de estreito, TO/MA, na perspectiva das redes sociotécnicas

Valdiraquino Zitzke – UFT

Grandes barragens do rio araguari: Impactos das políticas públicas sobre o triângulo mineiro

Wesley Alves Vieira – UFU e *Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo* – UFU

Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico das Regiões de Inserção de Aproveitamentos Hidrelétricos no Estado de Minas Gerais

Maria Teresa Rodrigues de Moraes - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG, *Morel Queiroz da Costa Ribeiro* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG, *Alessandro Ribeiro Campos* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG, *Christiano Lemos de Moraes Brandão* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG, *Alano Aleixo Gonçalves Pereira* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG, *Mateus de Moraes Servilha* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG, *Samantha Ninja* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG e *Renata Santos Melo Figueiredo Brasil* - Fundação Estadual de Meio Ambiente / MG

Pensando a dinâmica socioespacial do município de Tucuruí – PA através da usina hidrelétrica: contrastes e possibilidades

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior – UFPA, *Adriane Karina Amin de Azevedo* – UFPA e *Michel de Melo Lima* – UFPA

3 de dezembro, sexta feira

Horário: 14:00h às 16:00h

5ª sessão: Enquadramento e distorção de processos participativos na definição de projetos hidroelétricos: estudos de caso

A legitimidade das audiências públicas dos processos de licenciamentos ambientais da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó

Monica Hass - Universidade Federal da Fronteira Sul, *Myriam Aldana* – Unochapecó e *Geverson Ampolini* – Unochapecó

Para além das Audiências Públicas: A experiência do licenciamento ambiental da UHE Ferreira Gomes, no Estado do Amapá

Marco Antonio Chagas – UNIFAP e *Mary Helena Allegretti* – Consultora Independente

O discurso do desenvolvimento e a crise da democracia no Brasil: o caso da hidrelétrica de Estreito.

Simy de Almeida Corrêa – UFPA e *Sabrina Mesquita do Nascimento* - UFPA

Descaso Planejado: Uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no Rio São Francisco

Parry Scott - UFPE

6ª sessão: A blindagem de processos decisórios de Usinas Hidrelétricas: vozes e vetos

Horário: 16:00h às 18:00h

Conflitos de usos de água em torno da barragem de Mirorós no semi-árido baiano

Maurício Gonçalves Lima – INGA, *Janaina Novaes Sobrinho* – INGA, *Debora Ingrid Rocha* – INGA, *Maurício Cardoso Nascimento* – INGA e *Luiz Henrique Pinheiro* - INGA

Barragens sem controle – água, suor e dor: Desterritorialização e reterritorialização nas cidades atingidas pelas enchentes em junho de 2010, em Alagoas

Ricardo Santos de Almeida - IGDEMA-UFAL e *Cirlene Jeane Santos e Santos* - IGDEMA-UFAL

Tipologia das barragens do estado da Bahia, 2009

Gilca Garcia de Oliveira – UFBA e Pablicio Vieira Moura – UFBA

Esforços para Superar os Desafios Socioambientais do Planejamento de Barragens

Joseph S. Weisz - CDS/UnB

ST02 – Conflitos sociais e organização das populações atingidas

Coordenação: Henri Acserald (IPPUR/UFRJ)

Andréa Zhouri (UFMG)

Local: Auditório de Educação a Distância/Assessoria de Educação à Distância

Contexto nacional, regional e/ou local dos conflitos sociais. Origens e formas de expressão dos conflitos. Lideranças, organização e forma de lutas dos atingidos. Estratégias e formas de ação das empresas. Agentes sociais envolvidos no conflito. Padrões de legitimação e representações do conflito entre atingidos, empresas e demais agentes envolvidos. O Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Apropriação, controle e uso da água e da terra. Lugar e papel de partidos políticos, sindicatos e ONGs de apoio

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão: Organização dos atingidos

Horário: 14:00h às 16:00h

A organização dos atingidos por barragens e sua atuação em Rondônia: do MABRO ao MAB/RO

Atamis Antonio Foschiera – UFC e *Antonio Thomas Junior* - UNESP

A questão da organização dos Atingidos por Barragem hoje: o caso Lago de Tucuruí
Elida do Socorro Monte da Silva – IFPA e *Oberdan da Silva Medeiros* – IFPA

Estratégias de resistência dos “atingidos” pela hidrelétrica de Tucuruí
Jurandir Santos de Novaes – USP

Mobilização e conflito sócio ambiental no Rio Madeira

Gláucia Maria Quintino Baraúna – UFAM

Movimentos sociais de mobilização e resistência de comunidades atingidas por barragens enquanto instrumentos de justiça ambiental: o exemplo do caso da UHE Pilar, na Zona da Mata mineira.

Pollyana Martins Santos – Universidade Federal de Viçosa e *Márcia Pinheiro Ludwig* – Universidade Federal de Viçosa

O pioneirismo das hidrelétricas na Amazônia – conflitos socioambientais e organização social: o caso das comunidades do entorno da UHE Coaracy Nunes no Amapá

Adalberto Carvalho Ribeiro – UNIFAP

2ª sessão: Acordos e Riscos

Horário: 16:00h às 18:00h

Conflitos Ambientais na Sociedade de Risco: O Caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu
Gustavo Atila de Carvalho – Universidade Federal do ABC, *Cláudio Luis C. Pentead* – Universidade Federal do ABC, *Roseli Frederigi Benassi* - Universidade Federal do ABC

As novas formas de participação social e as diferentes estratégias (sub) políticas: os casos das UHs Mauá e Piraju II

José Luiz Fernandes Cerveira Filho – UFPR

Custos sociais em hidrelétricas: análise comparativa entre o acordado e o realizado a partir do estudo de caso da UHE Irapé (MG)

Marcela Dadauto Lestingui – PPGE/USP e *Célio Bermann* – PPGE/USP

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão: Impactos de grandes projetos

Horário: 14:00h às 16:00h

Deslocamentos de ribeirinhos na Amazônia: Impactos, educação e lutas políticas em Barcarena - PA

Eunápio Dutra do Carmo - CESUPA

Geração de Energia na Amazônia – Caso de estreito em questão

Rogério Almeida - Universidade da Amazônia

O canal da redenção: Fonte de água ou de conflitos?

Diego Bruno Silva de Oliveira – UFPB e *Tássio Barreto Cunha* - UFPB

Desenvolvimento e Culturas Locais: A visão dos moradores sobre a construção da hidrelétrica de Baguari - MG

Kelly Aparecida do Nascimento e *Jorge Luís de Goes Pereira*

Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: os efeitos sócio-espaciais da construção das barragens de Amador Aguiar I e II

Camila Bernardelli - UFU

Implicações na (re)configuração socioespacial na cidade de Carolina – MA pela construção da UHE de estreito

Richard Oliveira Jardim – UFMA e *Roberta Maria Batista Figueiredo* - UFMA

4ª sessão: Impactos de Grandes Projetos (Parte II)

Horário: 16:00h às 18:00h

Transposição do Rio São Francisco: contexto, discursos e postura dos variados agentes

regionais e locais.

Olga Maria Schild Becker - UFRJ

La ciudadanía, la recuperación del actor político y la idea asamblearia en los grupos de resistencia socioambientales.

Florencia Delgado - Universidad Nacional de Villa María e *Cecilia Quevedo* - Universidad Nacional de Villa María

Impactos sociais da construção de hidrelétricas em áreas de cerrado: o caso da hidrelétrica serra do facão no sudeste goiano.

André Luiz de Oliveira – Univ. Federal de Uberlândia e *João Cleps Júnior* – Univ. Federal de Uberlândia

3 de dezembro, sexta feira

5ª sessão: O caso belomonte

Horário: 14:00h às 16:00h

A Luta dos Povos do Xingu contra Belo Monte: questões políticas sobre aproveitamento hidrelétrico e desenvolvimento na Amazônia

Roselene de Souza Portela – NAEA/UFPA e *Dion Márcio Carvalho Monteiro* – Université Paris Nord

Resistencia e articulação de atores sociais contra a construção das hidrelétricas de belém monte: uma contribuição da igreja católica.

Lindomar de Jesus de Sousa Silva – UFPA e *Tania Nazarena de Oliveira Miranda* - UFPA

Razões Práticas da Teologia da Libertação no Xingu

Ana Raylda do Nascimento Andrade - MPEG

Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma análise sobre seus impasses e impactos enfocando o papel dos movimentos sociais nesse processo

Denizélia Patrícia Valente Machado – UFPA, *Glauy Learte da Silva* – UFPA e *Samara Barriga Dias* – UFPA

Movimento de Mulheres de Altamira na Luta Contra Belo Monte: o outro lado do rio

Dalva de Cássia Sampaio dos Santos - SEDUC/SEMEC, *Nírvia Ravena de Sousa* - NAEA/UFPA e *Marco Apolo Santana Leão* – SDDH

Criminalização de Movimentos sociais e Defensores de Direitos Humanos em Tucuruí e Belo Monte

Marco Apolo Sanatana Leão – SDDH, *Sergio Guedes Martins* – SDDH, *Roberta Amanajás* – SDDH, *Eliceli Costa Abdoral* – SDDH, *Sandy Faidherb* – SDDH e *Samuel Souza* - SDDH

6ª sessão: Assessoria e disputas conceituais

Horário: 16:00h às 18:00h

Tipologias de Conflitos Socioambientais em reservatórios hidrelétricos

Aline Furtado Louzada – UFPA e *Ana Rosa Baganha Barp* - UFPA

O conceito de “atingido” em disputa - Dilemas e possibilidades de afirmação de direitos

Mariana Corrêa dos Santos – UFF e *Tatiana Dahmer Pereira* - UFF

Assessoria da UFCG aos atingidos de Acauã, na Paraíba

Fernando Garcia de Oliveira – UFCG e *Oswaldo Bernardo da Silva* – MAB/Nordeste

Estratégia pró-proteção do domínio das ilhas fluviais do Rio Paraíba do Sul diante dos impactos da implantação da UHE Itaocara – Rio de Janeiro

Thiago Caetano da Silva Berriel – IFF, *Rodrigo Valente Serra* – IFF e *Maria Ines Paes Ferreira* – IFF

Pôster

“O Direito de dizer não” à construção da AHE de Marabá

Joseline Simone Barreto Trindade – UFPA e *Irislane Pereira de Moraes* - UFPA

Barragens e Mineração no Estado de Goiás

Evandro Nesello – UFRJ e *Sandra Aparecida Alves*

ST03 – Populações indígenas e remanescente de quilombos

Coordenação: Guiomar Germani – UFBA

Antonio Carlos Magalhães – Humanitas

Local: Auditório de Antropologia/IFCH

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão:

Horário: 14:00h às 16:00h

O Ensino Superior Indígena e a Qualidade de Vida Sociocultural dos Povos em Roraima

Ananda Machado – UFRO

Marambaia: Conflito Social e Direito

Aline Caldeira Lopes – UFRRJ

Análise dos Conflitos de Territorialidades na comunidade quilombola de Jamary dos Pretos, Turiaçu – MA

Thiago Diniz Araujo – UFMA, *Jefferson Bruno Costa de Sousa* – UFMA e *Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues* – UFMA

2ª sessão:

Horário: 16:00h às 18:00h

Uma África Perto de Casa: Um Estudo dos Conflitos Ambientais e da Construção de Uma Identidade Quilombola na Comunidade Negra Lagoa dos Índios, Macapá

Kerley José Freitas da Silva – IBPEX

Judicialização dos conflitos étnicos: os Tribunais estão preparados para decidir sobre o direito ao território dos povos e comunidades tradicionais?

Marlon Aurélio Tapajós Araújo – PPGD-UFPA

Comunidades atingidas por construção de barragem: O caso de barra e riacho das pedras

Núbia Oliveira Almeida – UFS e *Marcos Pereira da Silva* – UFS

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão:

Horário: 14:00h às 16:00h

Os índios Tuxás, da Bahia, e os índios Pankararú, de Pernambuco, e a Barragem de Itaparica

Orlando Sampaio Silva – UFPA

Os efeitos da ação antropica na qualidade de vida do povo Tuxá: Um estudo de caso da usina hidrelétrica de Itaparica – UHEI, Rodelas – BA e *Rosilen Cruz de Araújo* - UNEB

Estudo comparativo de duas populações indígenas atingidas pelas Hidrelétricas: o caso dos Tuxá de Rodelas e dos Kariri Xocó

Ricardo Dantas Borges Salomão – PPGA/UFF

Construção da barragem de Itaparica: Desconstrução do povo indígena Tuxá

Assis Francisco Carlos Santos Dipeta

4ª sessão:

Horário: 16:00h às 18:00h

Barragem de itaparica: Histórico sobre as negociações entre chesf e comunidade indígena Tuxá.

Marcos Tuxábanzãê

Impactos da PCH Paranatinga II sobre Terras Indígenas Xavante e Parque Indígena do Xingu e seu processo de regularização pela Fundação Nacional do Índio.

Cleir Ferraz Freire

O impacto socioambiental e cultural da construção da Barragem Norte, em José Boiteux - SC sobre a Reserva Indígena Xokleng

Nilson Cesar Fraga – UFPR/FAE e *Fernando Anísio de Oliveira Simas* - FAE

3 de dezembro, sexta-feira

5ª sessão:

Horário: 14:00h às 16:00h

Alta tensão na floresta: Os Enawene Nawe e o complexo hidrelétrico juruena

Juliana de Almeida – UNEMAT

As novas bordas do mundo: Água, gente ou terra, quem fica fora do mapa? Território e identidade perto de barragens

Pascale de Robert – IRD/MPEG

Análise comparada dos possíveis impactos em torno da construção da Hidrelétrica de Belo Monte para Índios e Quilombolas tomando por base os efeitos da Hidrelétrica de Tucuruí no Pará e a idéia de progresso.

Glancy Learte da Silva – UFPA, *Samara de Nazaré Barriga Dias* – UFPA, *Márcio Pereira do Sousa* – UFPA, *Gleyson Learte da Silva* – UFPA e *Luiz Eduardo Santos do Nascimento* – UFPA

Índios e Barragens. Balbina e Belo Monte: refletindo sobre a participação dos indígenas
Eneida Corrêa de Assis – UFPA

6ª sessão:

Horário: 16:00h às 18:00h

Índios Citadinos de Altamira e Famílias Indígenas Ribeirinhas da Volta Grande do Xingu:
Aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais.

Ana de Cerqueira Cesar Corbisier e Paulo Marcos Noronha Serpa - Scientia Consultoria Científica

Barragem de sobradinho: Reflexos na vida dos pescadores e pescadoras

Margarida Ladislau

ST04 – Experiências de reassentamento, reparação e compensação.

Coordenação: Sônia Magalhães – UFPA

Ghislaine Duque – UNIVASF

Local: Sala da Pós-graduação em Ciência Política/IFCH

Diferentes formas de reparação e compensação. Indenização, terra por terra, reassentamento. Carta de Crédito e reassentamento coletivo. Processos de negociação. Organização coletiva reassentamento. Deslocamento compulsório, ruptura e recomposição de laços e redes sociais. Deslocamento e reassentamentos de populações urbanas.

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão: A construção social da “escolha” e das “alternativas” no contexto do deslocamento compulsório

Horário: 14:00h às 16:00h

As escolhas e as migrações dos atingidos pelas barragens

Guillaume Leturcq - Université du Maine

Atingidos pela UHE Estreito, Estado e Corporações Transnacionais: etnografia de uma reunião de negociação

Neila Soares – Unicamp

A natureza limitada das formas de resistência

Cícera Maria dos Santos Gomes – UFPE

Análise Sociológica dos Impactos Socioambientais da Usina Hidrelétrica Dona Francisca – RS.

Camila Dellagnese Prates – UFSM e *João Vicente Barroso da Costa Lima* – UFSM.

2ª sessão: Deslocamento Compulsório e a construção político-ideológica do “interesse geral”

Horário: 16:00h às 18:00h

Territorialidades específicas ameaçadas pelo Projeto da Hidrelétrica de Marabá - PA

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA/UNAMAZ e *Joseline Simone Barreto Trindade* – UFPA

Perdas e danos nos baixões de Altamira

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto – MPEG e *Antônia Martins* - Fundação Viver, Produzir e Preservar

Agricultura e pesca na Agrovila de Novo Engenho Velho

Inaê Nogueira Level - Universidade Federal de Rondônia

Pôster

Reabitar o assentamento. Novas experiências sob a ótica da sociologia.

Juliana Gomes de Moraes – UFRPE

Trajectoria das famílias agricultoras atingidas pelas barragens: o caso do reassentamento no Projeto de Assentamento Rio Preto do Candeias – RO e *Cinair Correia da Silva* – INCRA

Estratégias produtivas na lavoura de agricultores familiares reassentados pela barragem de Irapé

Eduardo Charles Barbosa Ayres e Michele da Silva Teixeira – UFMG

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão: Experiências de Reassentamento

Horário: 14:00h às 16:00h

Desterritorialização sob as águas de sobradinho: Ganhos e desenganos

Edcarlos Mendes da Silva – UFBA e *Guiomar Inez Germani* – UFBA

Reassentamentos rurais: frustrações e desafios na luta pela conquista da propriedade da terra

Maria José Reis - UNIVALI/UFSC

“Foi as água que empurrou eu pra cá”: redefinições da dinâmica socioespacial no Assentamento Curupati, Jaguaribara, Ceará, Brasil

Maria Juliana Carneiro Diógenes – UECE e *Maria Anesilany Gomes do Nascimento* – UECE

“Depois da barragem só sobrou pedra e terra seca”: a construção da Barragem Norte na Terra Indígena La Klãnõ, histórico e situação atual

Juliana de Paula Batista - AJES

A realocação dos atingidos pela construção da hidrelétrica Baguari/MG: As percepções do espaço vivido.

Elder Pereira Beltrame - UNEC

4ª sessão: Experiências de Reassentamento (Parte II)

Horário: 16:00h às 18:00h

Os reassentamentos da Comissão Regional de Atingidos por Barragens de Salto Caxias

Jacqueline Parmigiani – FASUL

Os reassentados da barragem de Irapé: progresso ou conflitos?

Ana Ivania Alves Fonseca – Unimontes, *Vanessa Fonseca* – UFMG, *Lilian Damares de Almeida Silva* – Unimontes e *Leonardo Ferreira Gomes* – Unimontes

Barragem de Irapé – um balanço das conseqüências sociais – pendências
Vanessa Fonseca – UFMG e *Deynison Lopes de Siqueira* – UFMG

3 de dezembro, sexta-feira

5ª sessão: A judicialização dos processos de compensação e reparação

Horário: 14:00h às 16:00h

A Busca pelo Direito: O encontro dos atingidos pela Hidrelétrica de Candonga com o Poder Judiciário quando da ocasião do Reassentamento

Anabelle Santos Lages – UFMG e *Marina Penido* – UFMG

A voz dos (des)territorializados: o processo de formação da consciência sócio-jurídica dos atingidos pela UHE-Lajeado no Assentamento Córrego Prata.

Fabian Serejo Santana - Universidade Federal do Tocantins

O processo indenizatório de imóveis rurais atingidos por barragem: O caso da UHE barra da braúna - MG – agrícola

Bruno Gomes Cunha – UFV/INCRA e *Daniel Vieira de Sousa* – UFV

6ª sessão: Novos debates sobre compensação e reparação

Horário: 16:00h às 18:00h

A questão do deslocamento espacial envolvendo as mudanças climáticas –

Patricia Silveira Lustosa – UFPA

Notas Críticas sobre o Regime de Arrecadação, Distribuição e Vinculação da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos

Rodrigo Valente Serra - IFF e ANP

Una propuesta de desarrollo integral para comunidades reubicadas por la construcción de represas

Francisco Alfonso Guzmán Andrade - UE/UAG

Pôster

Indenizações aos impactos da Usina Hidrelétrica do Estreito

Glauro Macedo Medeiros – FAHESA, *Myrian Nydes Monteiro da Rocha* e *José Francisco Mendanha*.

Políticas públicas e programas de remanejamento

Hemerson Luiz Pase – UFPEL e *Humberto José Rocha* – UNICAMP

ST05 – Desenvolvimento regional

Coordenação: Rodrigo Peixoto - MPEG

Ciro Marcano – Universidad de Venezuela

Local: Sala da Pós-graduação em Psicologia/IFCH

Circuitos econômicos locais e regionais antes, durante e após a implantação da barragem. A nova economia regional e local. Emprego e desemprego. Compensações financeiras e royalties. Os planos diretores e as estratégias de inserção regional/local das empresas

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão: Estratégias institucionais e empresariais, políticas públicas e instrumentos econômicos.

Horário: 14:00h às 16:00h

A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do rio Uruguai

Gilberto Carlos Cervinski – MAB

A Construção da Capacidade de Resiliência dos Atingidos por um Rompimento de Barragem: A Contribuição dos Instrumentos Econômicos.

Juliana Freitas de Cerqueira Guedes – FBA e Roberto Bastos Guimarães – FBA

A construção de grandes hidrelétricas na Amazônia: Por que o Estado do Pará é um dos principais alvos?

Marcos Vinicius Miranda da Silva – UEPA, Norma Ely Santos Beltrao – UEPA, Renata Melo e Silva de Oliveira – UEPA, Hélio Raymundo Ferreira Filho – UEPA e Heriberto Amanajás Pena - UEPA

A importância das eclusas nos barramentos para o transporte aquaviário no Brasil

Eduardo Pessoa de Queiroz – ANTAQ e Fábio Augusto Giannini – ANTAQ

2ª sessão: Estratégias institucionais e empresariais, políticas públicas e instrumentos econômicos (parte II)

Horário: 16:00h às 18:00h

Análise das Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) no Estado da Bahia, o caso da Barragem de Sobradinho

José Hilton Santos Aguiar – UFBA e Gilca Garcia de Oliveira – UFBA

Compensação financeira X produção agrícola renunciada

Sadi Baron, Leonardo Antonelo e Bianca Aléssio

Desenvolvimento regional, barragens de contenção e outros projetos anti-enchentes no Vale do Itajaí, SC: uma busca secular de controle socioambiental e seus reflexos regionais
Urda Alice Klueger – UFPR e Nilson Cesar Fraga – UFPR

O espaço urbano e os grandes projetos hidrelétricos na região Amazônica
Deborah Werner – Unicamp

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão: A quem serve a construção de barragens: empresas, municípios, trabalhadores, atingidos.

Horário: 14:00h às 16:00h

Ações do Estado e estratégias empresariais: o setor mineral e a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia.

Edna Maria Ramos de Castro – NAEA/UFPA

Commodities, Corredores de Exportações, Questão Energética (Usinas Hidrelétricas e Gasodutos), a Amazônia, Brasil e América do Sul

Maria Celia Nunes Coelho et all – UFRJ

Dos primórdios da construção da UHE de Tucuruí à nova fronteira econômica na região amazônica

Denison da Silva Ferreira – UFPA

ICMS Ecológico no Pará: Um subsídio para os Municípios Atingidos por Barragens?

Erika Simone da Silva Bentes - NUMA / UFPA, Ynis Cristine Santana - NUMA / UFPA, Lino Ferreira - NUMA / UFPA e Sônia Magalhães - NUMA / UFPA

4ª sessão: A quem serve a construção de barragens: empresas, municípios, trabalhadores, atingidos (parte II)

Horário: 16:00h às 18:00h

Mudanças no processo de integração energética sul americano

Leonardo Bauer Maggi – MAB e Alexania Rossato – MAB

O Planejamento de barragens para a navegação fluvial e o controle de enchentes no Rio Itajaí-açu em Blumenau (SC): uma análise comparativa com a região de Braunschweig na Alemanha.

Fernando Anísio de Oliveira Simas – FAE e Nilson Cesar Fraga – UFPR/FAE

Porto Primavera e o desenvolvimento regional do Pontal do Paranapanema

Mônica Peixoto Vianna - EESC-USP

3 de dezembro, sexta-feira

5ª sessão: Territórios e conflitos; impactos ambientais, econômicos e sociais.

Horário: 14:00h às 16:00h

Áreas Úmidas, Patrimônio e Território em áreas Transfronteiriças: uma visão estratégica para a água?

Gisela Aquino Pires do Rio – UFRJ

Barragens, Conflitos e Deslocamentos: A Questão do Plantio de cannabis no Submédio São Francisco

Paulo Cesar Pontes Fraga – UFJF e Rogéria da Silva Martins - UFJF/UERJ

Efeito Socio-espaciais de grandes projetos na Pré-amazônia Maranhense: Uma análise através da implantação da Usina Hidrelétrica de Estreito – MA e Jailson de Macedo Sousa - UEMA

Espaço, tempo e economia local no Baixo Rio Tocantins anterior e posterior a Usina hidrelétrica de Tucuruí: O Caso do município de Mocajuba-PA e Márcio Júnior Benassuly Barros – IFPA

6ª sessão: Territórios e conflitos; impactos ambientais, econômicos e sociais. (parte II)

Horário: 16:00h às 18:00h

Inovação Social e Instituição nos Acordos de Pesca da Amazônia Oriental

Valcir Bispo Santos – UFPA

O caso belo monte e os elementos impeditivos para sua construção

Jorge Edilson Carvalho Lobato – FIBRA e José de Ribamar Miranda Marinho – FIBRA

Plano de Desenvolvimento Ssustentável da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí: A Emergência de Uma Luta Histórica e Cecília Geraldine Basile – UFPA

Relendo o rural: turismo e reservatório hidrelétrico

Alexandre Cosme José Jeronymo, Sinclair Mallet, Guy Guerra

Usina Hidrelétrica de Itaipu binacional: um território em uma sociedade transfronteiriça, com a missão de produção de energia elétrica, turismo e tecnologia

Mauro José Ferreira Cury – UNIOESTE e Nilson Cesar Fraga - UFPR/FAE

ST06 – Cultura, memória e imaginário

Coordenação: Diana Antonaz – ISCH/UFPA

Voyner Ravena Cañete – ICB/UFPA

Local: Sala Audio-visual de Antropologia/IFCH

Mudanças e permanências no processo de implantação e operacionalização da barragem. Representações sociais da água e do território. Identidade Coletiva. Paisagem e memória. O “patrimônio cultural” institucionalmente reconhecido e as memórias e representações coletivas. Religiosidade, identidade e resistência.

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão: Produção da memória, Reinvenção da cultura e Reconstrução de identidades diante da ameaça do deslocamento e do desaparecimento de referências culturais.

Horário: 14:00h às 16:00h

Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco impactadas por Projetos de Desenvolvimento de Recursos Hídricos: cultura, memória e resistência num contexto de agressão a direitos humanos.

Ana Gabriela de Souza Andrade – UFPE

De Boa Esperança a Cachoeira: identidade e memória nas percepções dos ribeirinhos de Vila da Manga sobre o rio Parnaíba.

Clarisse Cavalcante Kalume - UFRRJ

Os sentidos e as representações dos moradores de duas comunidades sobre a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Julieta Miranda Alves – UFPA

2ª sessão: Representações de impactos sócio-ambientais diante da iminência de construção da usina: repercussões sobre práticas, memória e paisagem

Horário: 16:00h às 18:00h

Geografia, discurso e práticas sociais: os sentidos do espaço no empreendimento elétrico de Belo Monte

José Queiroz de Miranda Neto – UFPA

Usina hidrelétrica Estreito do Parnaíba: impactos ambientais e sócio-culturais na cidade histórica de Amarante, Piauí

Alcília Afonso de Albuquerque Costa – UFPI

Paisagem e memória: impactos ambientais da Usina Hidrelétrica Castelhana em Palmeiras,

Piauí

Luciene Brito Cardoso – Instituto Camilo Filho, *Alicia Afonso de Albuquerque Costa* – UFPI, *Iago Tavares de Almeida* – UFPI e *Samara Veloso* – UFPI

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão: Intervenções, resistências e reconstrução da paisagem após a subida das águas

Horário: 14:00h às 16:00h

As duas partes da cidade de Itueta: lugar da memória e espaço da construção do lugar.

Antônio Júnior Neves – UFES

Construção de barragens e deslocamento compulsório: memória, identidade e reconstrução do lugar.

Maria Anezilany Gomes do Nascimento – UECE

Tecendo as redes da memória: Mudança da paisagem e construção da identidade coletiva entre os pescadores artesanais da Laguna de Sonso no Valle del Cauca, Colombia.

Sandra Carolina Portela Garcia – UFSC

Pôster

Wyniypy rakokwehe raka Tokoria pe pee oxe'e-xe'eka, De lá os brancos nos fizeram correr, corri, corri até aqui.

Alexandra Souza Borba – UFPA

4ª sessão: Possíveis e impossíveis históricos: reconstrução de práticas sociais e sociabilidades pós deslocamento.

Horário: 16:00h às 18:00h

História socioambiental dos atingidos pela Barragem de Ponto Novo: ruptura e vivência dos reassentados.

Janaína Novaes Sobrinho – Instituto de Gestão das Águas e do Clima

Organização social da Pesca na região do Baixo Tocantins no Pará.

Sérgio Cardoso de Moraes – UFPA

Práticas saberes e conflito em cenário de escassez de recursos naturais: o lago Tucuruí 30 anos depois.

Voyner Ravena Cañete – UFPA, *Nirvea Ravena de Souza* – UFPA, *Cleide Lima de Souza* – UNAMA, *Thales Maximiliano Ravena Cañete* – UFPA, *Uriens Maximiliano Ravena Cañete*, *Larissa Beatriz* – UFPA e *Henrique Pereira Mascarenhas* – UFPA.

3 de dezembro, sexta-feira

5ª sessão: Inventários: representações extra-locais de paisagem e patrimônio.

Horário: 14:00h às 16:00h

O processo de construção de barragens e açudes no Estado da Bahia: o Inventário Socioambiental das barragens da Bahia.

Gaiomar Inez Germani – UFBA e *Edite Luiz Diniz* – UFBA

Inventário Paisagístico Sócio-espacial do alto curso do rio Araguari (Bacia Hidrográfica do rio Paranaíba-Paraná) em Minas Gerais.

Hudson Rodrigues Lima – UFU e *Vicente de Paulo da Silva* – UFU.

Patrimônio Cultural no âmbito do Licenciamento Ambiental – Quem decide o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido?

Mariana Batista Sampaio – UFPA

Arqueologia em zona de Barragens.

Elvis Pereira Barbosa – CPDA/UFRRJ e DFCH/UDESC

6ª sessão: Empresas, identidades e planejamentos.

Horário: 16:00h às 18:00h

Representações da Natureza e Desfiguração dos Conflitos Ambientais: O discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico brasileiro.

Wendell Ficher Teixeira Assis – IPURR/UFRRJ

Os barrageiros: construções das masculinidades num canteiro de obras de uma hidrelétrica.

Priscila Pavan Detoni – UFRGS e *Henrique Caetano Nardi* – UFRGS

Construção da AHE de Marabá: uma abordagem sobre opções de desenvolvimento e o seu planejamento.

Ribamar Ribeiro Júnior – IFPA/CRMB e *Fabiano dos Santos Rodrigues* – IFPA/CIMP

ST07 – Impactos territoriais e ambientais

Coordenação: Franklin Rothman - UFV

Célio Berman - USP

Nírvea Ravena – UNAMA/UFPA

Local: Sala da Pós-graduação em Ciências Sociais/IFCH

Impactos sociais e ambientais de barragens. Avaliação de impactos: EIAs e RIMAs. Minimização e compensação das perdas. Conflitos e negociação na avaliação dos impactos e nos estabelecimentos de compensações. A construção social do meio ambiente e dos impactos ambientais. Distribuição de custos e benefícios do projeto

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão: Grandes Hidrelétricas na Amazônia: rios Xingu e Madeira

Horário: 14:00h às 16:00h

Sociedade e Natureza na Volta Grande do Xingu

Reinaldo Corrêa Costa - INPA

“Hidrelétrica de Belo Monte: impactos socioambientais, consequências e soluções possíveis”

Fernanda Salgueiro Borges - Fernanda Salgueiro Borges

A dimensão urbana do risco ambiental: A cidade de Altamira e o complexo hidrelétrico de belo monte na Amazônia.

Gilberto de Miranda Rocha – NUMA/UFPA

Complexo do madeira: Impacto da migração na urbanização do município de Proto Velho - RO

Regina Chelly Pinheiro da Silva – NAEA/UFPA

El proyecto del Río Madeira en la IIRSA.

Victor Manuel García Cruz - UNAM

Hidrelétrica de jirau e os impactos socioambientais no alto rio madeira: Análise da configuração territorial

Josélia Fontenele Batista Cabral - UNIR/UFPR e *Dorisvalder Dias Nunes* - UNIR

2ª sessão: Grandes Hidrelétricas na Amazônia: rios Xingu e Madeira (cont.)

Horário: 16:00h às 18:00h

Hidrelétricas de jirau de Santo Antonio: Tendências sobre o uso da terra e a fragilidade do ambiente

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – UNIR, *Dorisvalder Dias Nunes* – UNIR, *Gizzele Carvalho Pinto* – UNIR, *Débora da Cruz Barbosa* – UNIR, *Luiz Cleyton Holanda Lobato* - UNIR, *Josélia Fontenele Batista Cabral* – UNIR, *Rangel Leandro Ceza*ro – UNIR e *Girlany*

Valéria Lima - USP

Hidrelétrica de jirau, Porto velho – RO e a vulnerabilidade socioambiental nas áreas de influência

Josélia Fontenele Batista Cabral – UNIR, *Dorisvalder Dias Nunes* – UNIR, *Maria Madalena de Aguiar Cavalcante* – UNIR, *Ricardo Gilson da Costa Silva* – UNIR e *Luiz Cleyton Holanda Lobato* – UNIR

2 de dezembro, quinta-feira

3ª sessão: UHE's e impactos sócio territoriais

Horário: 14:00h às 16:00h

A insustentável usina hidrelétrica santa Isabel no rio Araguaia – TO/PA

Myrian Nydes Monteiro da Rocha – Fahesa, *Maria Odete Cruvinel* – Fahesa, *Elvio Machado da Rocha* – Fahesa, *Suyene Monteiro da Rocha* – ULBRA e *José Francisco Mendanha* - Fahesa

Efeitos nefastos: Qualidade de Vida e Compensação Financeira em Área de Barragem
Nírvia Ravena - UNAMA - NAEA/UFPA, *Voyner Ravena Cañete* – UFPA, *Cleide Lima de Souza* – UNAMA, *Romulo Magalhaes de Sousa* – UFPA e *Kermeson Conceição de Lima* - UFPA

Novas estratégias de reprodução social a jusante da barragem de tucuruí: o caso da ilha jacaré Xingu - PA

Cleidiane do Rosário Costa - NEAF/UFPA, *Amintas Lopes da Silva Júnior* - NEAF/UFPA, *Paula Vanessa da Silva e Silva* - NEAF/UFPA, *Raquel Rodrigues da Poça* - NEAF/UFPA, *Sandro Luis da T. Pinheiro* - NEAF/UFPA e *Aquiles Vasconcelos Simões* - NEAF/UFPA

A implantação da usina hidrelétrica de furnas – MG e suas repercussões.

Clésio Barbosa Lemos Júnior - UNICAMP

4ª sessão: UHE's e impactos sócio territoriais (cont.)

Horário: 16:00h às 18:00h

Efeitos ambientais e territoriais a jusante dos barramentos no canal principal do baixo rio doce – ES – Brasil

André Luiz Nascentes Coelho – UFES e *Fernando Mieis Caus* – UFES

Formação de bacia hidrográfica antrópica no sistema fluvial do rio gavião no sudoeste da Bahia a partir da perenização do seu fluxo de água

Manoel Alves de Oliveira - UFF/UNEB

Recuo da margem do rio São Francisco

Vandemberg Salvador – IFSEGIPIE, *Antonio Santiago Pinto* – IFSEGIPIE e *Rui Flexa* – INCRA/SE

A ocupação dos mananciais do reservatório billings e suas consequências na geração hidroenergética da usina Henry Borden

Daniel Ladeira Almeida – UFABC, *Claudio Luis de Camargo Penteado* – UFABC e *Erich Kellner* – UFABC

3 de dezembro, sexta-feira

5ª sessão: Especificidades dos impactos sócio territoriais de UHE's/PCH's

Horário: 14:00h às 16:00h

Impactos na saúde dos habitantes de periquito, na construção da usina hidrelétrica de baguari – MG.

Telma Semirames de Castro Mendes – UNEC, *Pierina German Castelli* – UNEC e *Rodrigo Alves Nascimento* – Faculdade Pitágoras

Aspectos Sociais sobre a construção de Hidrelétricas e a possível dispersão da Oncocercose
Ana Margarida Ribeiro do Amaral – Instituto Oswaldo Cruz, *Timothy Peter Moulton* – UERJ e *Marilza Maia Herzog* – Instituto Oswaldo Cruz

Os impactos do projeto de construção da UH Marabá sobre a população do PA Castanhal Araras

Thiago Martins da Cruz – CEPASP e *Jose Pedro de Azevedo Martins* - UFPA

As barragens no submédio São Francisco: uma ameaça à continuidade da pesca artesanal
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira - UNIVASF

6ª sessão: Especificidades dos impactos sócio territoriais de PCH's

Horário: 16:00h às 18:00h

As Pequenas Centrais Hidrelétricas no Brasil: a desfiguração do conceito

Morel Queiroz da Costa Ribeiro - FEAM

Pequena central hidrelétrica e as relações socioambientais no distrito de martinésia, Uberlândia – MG

João Carlos de Oliveira – ESTES/UFU, *Samuel do Carmo Lima* – IG/UFU, *Lucélia Barbara Moraes Hortêncio* – PMU e *Vânia Pessalácia* – PMU

Introdução a Análise Crítica dos Aspectos Metodológicos de Implantação do PACUERA em Pequenas Centrais Hidrelétrica na Região Centro-Sul-Serra Capixaba

Fernando Mies Caus – UFES e *André Luiz Nascentes Coelho* – UFES

Pôsters

As implicações dos barramentos dos igarapés Janjão e Itaqui pertencentes à microbacia hidrográfica do igarapé Apeú

Odete Cardoso de Oliveira Santos – UFPA

Deslocamentos compulsórios e segurança alimentar e nutricional: O caso dos impactos socioambientais de uma comunidade ribeirinha atingida pela mineração de caulim em

Barcarena - PA

Silvana Rodrigues Gouveia do Carmo

Impactos socioambientais decorrentes da construção da barragem do rio pericumã, na área de influência da cidade de Pinheiro-Maranhão

Josué Carvalho Viegas – UFMA, Taíssa Caroline Silva Rodrigues – UFMA e Marcelino Farias Filho - UFMA

Uma visão diagnóstica da pesca artesanal na costa paraense, na Vila de Cuiarana, no município de Salinópolis - PA.

Antonio da Silva Ferro - IFPA

Composição do microfítoplâncton da usina hidrelétrica de Tucuruí - PA

Lucas Gallat de Figueiredo – UFPA, Bethânia Alves Sena – UFPA e Luíza Nakayama – UFPA

Ictioplâncton no Reservatório da Usina Hidroelétrica de Tucuruí – PA

Adilson Leão da Silva – UFRA, Ermeson de Oliveira Silva – UFRA, Mayara Victória Freitas da Costa, Diego Maia Zacardi – UFPA, Luíza Nakayama – UFPA e Suzana Carla da Silva Bittencourt – UFPA

ST08 – Questões fundiárias antes e depois das barragens

Coordenação: Rosa Acevedo Marin – NAEA/UFPA

Alfredo Wagner de Almeida – UEA/UFAM

Local: Auditório da Reitoria (3º andar)

Estrutura fundiária da área atingida pela barragem. Diferentes formas de tratamento dispensadas aos atingidos pelas agências encarregadas da construção e da operação das barragens. Política indenizatória. Valorização da terra situada na borda do lago, resultando na expulsão da população não atingida e na concentração da propriedade fundiária no seu entorno.

1 de dezembro, quarta-feira

1ª sessão: Estado, fronteira e conflitos fundiários

Horário: 14:00h às 16:00h

A ação do estado na construção de barragens e os seus rebatimentos territoriais: as novas formas de uso da terra e questão agrária após a construção da barragem de anagé - BA.
Gedeval Paiva Silva – MGEO/UFBA e *Guiomar Inez Germani* – Geografar/UFBA

Bases fundiárias da governança ambiental: um estudo de caso sobre barragens

Rodrigo Constante Martins – UFSCar

Belo Monte: razões da resistência à morte de um rio singular

Raimunda Monteiro – UFOPA

Expansão da fronteira e novos conflitos no baixo Amazonas: confluência entre mineração em Juruti e Usina hidrelétrica em Altamira

Suehy Rodrigues Alves – NAEA/UFPA, *Joelle Katiussia Macedo da Silva* – NAEA/UFPA e *Lanna Peixoto* – NAEA/UFPA

2ª Sessão: Dinâmicas sociais e territoriais e responsabilidades governamentais

Horário: 16:00h às 18:00h

Sobradinho, 30 anos depois

Ghislaine Duque – UNIVASF

O Planejamento Regional no Brasil e seus impactos: – A nova dinâmica sócio-territorial após a transposição do rio Piumhi – MG. O resgate histórico de uma transposição quase esquecida no tempo.

João Luís Martins da Silva – Unesp

Barragens na Bahia: uma análise crítica sobre os impactos sócio - ambientais e a responsabilidade do Estado

Leila Santana da Silva – Faculdade Ruy Barbosa

A Obrigatoriedade da Elaboração e Implementação dos Planos Ambientais de Uso e Conservação do Entorno dos Reservatórios Artificiais

Liliana Pimentel - Ibama/UNINOVE

2 DE DEZEMBRO, QUINTA-FEIRA

3ª sessão: Gênero, saúde e meio ambiente

Horário: 14:00h às 16:00h

A degradação ambiental a partir da construção da barragem lagamar no município de Pinhão - SE

Ademario Alves Santos – FJAV e *Crislaine de Carvalho Correia* – FJAV

“Por isso nós queremos praticar pra falar”: mulheres indígenas contra as barragens.

Renata da Silva Nobrega – IFRO/PNCSA

Gênero e Saúde reprodutiva: o caso das moças atingidas pela UHE Baguari nos distritos de Periquito e Pedra Corrida – MG.

Leoneci Ermelinda Silva Storck de Oliveira. – UNEC e *Jorge Luiz de Goes Pereira* - UFRRJ

Pôster

Influência da criação de projeto agroextrativista na recomposição dos modos de vida dos ribeirinhos: O caso da ilha de jacaré Xingu - PA

Raquel Rodrigues da Poça – UFPA, *Amintas Lopes da Silva Júnior* – UFPA, *Cleidiane do Rosário Costa* – UFPA, *Paula Vanessa da Silva e Silva* – UFPA, *Sandro Luis da Trindade Pinheiro* – UFPA e *Aquiles Vasconcelos Simões* - UFPA

ST09 – Transnacionalização de conflitos em torno da água e barragens

Coordenação: Edna Maria Ramos de Castro – NAEA /UFPA

Gisela Aquino Pires do Rio – PPGGEO/UFRJ

Local: Sala Multi-uso 2, Centro de Eventos Benedito Nunes/UFPA

Intervenções transnacionais sobre novas formas de apropriação dos recursos hídricos e os processos políticos que emergem nesse contexto. Áreas de fronteira política e interações interiores em países latinoamericanos num contexto de globalização.

1 DE DEZEMBRO, QUARTA-FEIRA

1ª sessão: A construção de grandes obras e implicações transfronteiriças

Horário: 14:00h às 16:00h

Hidrelétricas em Rondônia: tempo e conflitos nas águas do Madeira.

José Guilherme Carvalho da Silva – NAEA/UFPA

A comunicação como estratégia de disputa entre interesses públicos e privados: estudo sobre a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó

Carlos Locatelli – UFSC

Governos e empresas decidem de forma ditatorial sobre a construção de represas binacionais no rio Uruguai

Elisangela Soldateli Paim - UBA

Securitização energética e a geopolítica dos recursos naturais na América do Sul: Uma discussão sobre os processos de integração e fragmentação

Elói Martins Senhoras – UFRR

2ª sessão: Grandes barragens, interesses públicos e privados e afirmação de direitos.

Horário: 16:00h às 18:00h

A instalação das UHEs de Santo Antônio e Jirau: a tradução de uma concessão elétrica em cessão territorial

Luis Fernando Novoa Garzon - UFRO

Os impactos da construção da Ponte Binacional e suas implicações transfronteiriças

Betiana de Souza Oliveira – UNIFAP e *Marinete Anselmo Albuquerque Guerra* - Estácio Amapá

Afirmação de direitos de participação e democracia: desafios e conflitos em Belo Monte

Maira Borges Fainguelernt – UFF e *Tatiana Dahmer Pereira* – UFF

Grandes projetos de investimentos: a UHE de Aimorés (MG) e o processo de (des) territorialização

Rene Gonçalves Serafim Silva – UFU e *Vicente de Paulo da Silva* – UFU

Pôster

Impactos de barragens sobre povos indígenas do São Francisco: estudo comparativo entre os Tuxá, Truká e Tumbalala

Juracy Marques dos Santos – UNEB, *Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira* – UEFS e *Alzeni Tomaz* - NECTAS/UNEB

2 DE DEZEMBRO, QUINTA-FEIRA

3ª sessão: Privatização e conflitos socioambientais

Horário: 14:00h às 16:00h

COELBA: Privatização e os impactos da tarifa de energia na economia das famílias camponesas

Andréia da Silva Neiva - IPPUR/UFRJ

Percepção das famílias do processo de realocação decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari no município de Periquito – MG e *Aniely Coneglian Santos* – UNEC

Barragem Manoel Novais (Mirorós): dos conflitos a gestão

Tássio Barreto Cunha – UFPB e *Diego Bruno Silva de Oliveira* – UFPB

Efeitos sociais e espaciais da construção de barragens no rio Araguari – MG: análise do trecho entre as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar II e Itumbiara

Dayana Ferreira Alves Veloso - UFU

4ª sessão: Ideologia e produção de discursos desenvolvimentistas

Horário: 16:00h às 18:00h

Grandes empreendimentos no rio Araguari-MG: os efeitos socioespaciais da construção de barragens

Vicente de Paulo da Silva – UFU

A legitimação das barragens na Amazônia pelo discurso do Jornal Valor Econômico

Alexania Rossato – MAB

Belo Monte e o Discurso Desenvolvimentista na Mídia Impressa Paraense

Luciana Miranda Costa - UFPA e *Josiele Sousa da Silva* – UFPA

A ideologia da sustentabilidade na produção de energia em Pequenas Centrais Hidrelétricas de Minas Gerais

Luciana Luíza Chaves Azevedo - IGC/UFMG

Pôster

Pequenas centrais hidrelétricas e o marco regulatório na desapropriação de áreas de terras para implantação das barragens

Antenor Lopes de Jesus Filho – IPEA

O rio Araguari passo a passo: transformações provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Miranda no município de Indianópolis – MG.

MOSTRA DE VIDEODOCUMENTÁRIOS “POR RIOS VIVOS”

APRESENTAÇÃO

Durante o III Encontro Latinoamericano Ciências Sociais e Barragem (Belém, de 30 de novembro a 3 de dezembro) realiza-se no Cinema Olympia e na Universidade Federal do Pará, a Mostra de Videodocumentários “Por Rios Vivos, que tem o objetivo de usar a imagem e os recursos cinematográficos para suscitar questões e chamar a atenção sobre os impactos sociais e ambientais da construção de hidrelétricas nos principais rios da Amazônia.

Os rios Tocantins, Araguaia, Madeira, São Francisco e, principalmente, os povos e as comunidades que constroem suas formas de existência em torno deles são focalizados nestes vídeos e filmes. Narrativas e gestos descrevem a perplexidade dos que vivem a experiência de ver morrer os rios e ser implantada as grandes hidrelétricas que fornecem Kw para os projetos energívoros; é em nome do crescimento e do desenvolvimento que estes se impõe, sem diálogo, sem considerar o direito de contestar e de participar.

“Por Rios Vivos” propõe, finalmente, que o espectador mude a visão estritamente econômica sobre as barragens, para outra referente ao descaso com os direitos humanos e com o meio ambiente.

PROGRAMAÇÃO

Dia 1º de dezembro – Abertura da Mostra

Local: Cinema Olympia às 18h00

Filmes: Defendendo os Rios da Amazônia partes 1 e 2

Tocantins: Rio Afogado

Debatedores: Andrea Zhouri (UFMG)

Dion Monteiro (Movimento Xingu Vivo Para Sempre)

Dia 2 de dezembro

Local: Cinema Olympia de 18h15 às 21h00

Filmes: Defendendo os Rios da Amazônia parte 1 e 2

O Chamado do Madeira

Debatedores: Alfredo Wagner de Almeida (UFAM/PNCSA)

Guilherme Carvalho (FASE)

Dia 3 de dezembro

Local: UFPA (Centro de Eventos Benedito Nunes) de 18h15 às 21h00

Filmes: Defendendo os rios da Amazônia partes 1 e 2.

O Chamado do Madeira

Debatedores: Luis Novoa (UFRO)

Gilberto Cervinski (MAB)

Dia 3 de dezembro

Local: Cinema Olympia às 18h00

Filme: Narradores de Javé

Encerramento: Apresentação do Grupo de Teatro da UNIPOP

Documentário: Defendendo os Rios da Amazônia parte 1: 6' 37"; e parte 2: 12'8".

Sinopse: O vídeo “Defendendo os Rios da Amazônia”, produzido pelo Movimento Xingu Vivo Para Sempre (MXVS), apresenta de forma clara e didática os impactos sociais, ambientais e econômicos da hidrelétrica no Rio Xingu. Além disso, alerta para os planos oficiais de implantação de mais de sessenta hidrelétricas na região amazônica nos próximos vinte anos. O vídeo elenca alternativas para atender as demandas de energia no país e faz reflexão sobre os desafios para o desenvolvimento sustentável na Amazônia. O projeto faz parte de uma campanha nacional e internacional coordenada pelo MXVS, coalizão de organizações sociais e ONGs em defesa do Rio Xingu e contra a construção da hidrelétrica de Belo Monte.

Filme: Tocantins: Rio Afogado

Sinopse: A partir do projeto de construção de hidrelétricas ao longo do rio Tocantins, as relações entre ecologia e desenvolvimento sócio-econômico são discutidas. Com quatro usinas hidrelétricas já em operação, uma em fase final de construção e mais sete a serem construídas até 2020, o rio Tocantins corre o risco de ser transformado em uma escadaria de lagos, separados por alguns quilômetros de rio do leito original sobriariam apenas 20%. O documentário aborda três momentos desse processo a partir da realidade contemporânea da região: uma hidrelétrica em funcionamento há 10 anos, Serra da Mesa (GO); uma em fase de construção, Peixe-Angical (TO); e uma em processo de licenciamento ambiental, a de Estreito(MA). Na primeira situação, são abordadas as conseqüências do barramento do rio: degradação do meio ambiente, doenças, contaminação das águas por algas tóxicas e mercúrio, e injustiças no processo de indenização. Na segunda, a luta dos atingidos por indenizações justas. E, na terceira, a angústia daqueles que, em breve, se encontrarão em situação semelhante.

Ficha Técnica:

Direção: Hélio Brito e João Luiz Neiva Brito

Duração: 55 minutos

Gênero: Documentário

Origem/ ano:Brasil/ 2005

Filme: O Chamado do Madeira

Sinopse: O documentário “O Chamado do Madeira” pretende mostrar o conjunto de interesses, nacionais e internacionais, que se articulam em defesa do Projeto Hidrelétrico e Hidroviário do Complexo Madeira e os processos de resistência construídos por movimentos do Brasil, Bolívia e Peru. Ao expor os possíveis impactos desestruturadores do ambiente, das comunidades e das cidades, na sua área de abrangência, tornar público os métodos de cooptação e manipulação por parte dos empreendedores privados e de seus aliados na esfera estatal. Coloca em cena a resistência desencadeada pelas populações ribeirinhas, pelo Fórum Independente popular, pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, pela Via Campesina em conjunto com os movimentos da Bolívia e Peru e de outras organizações.

Ficha técnica:

Direção: Andréa Rossi

Duração: 45 min

Gênero: Documentário

Filme: Narradores de Javé

Sinopse: Moradores de Javé, povoado ameaçado de extinção – pois será encoberto pelas águas de nova hidrelétrica – se unem para reconstruir, com testemunhas da memória oral sua história. O fazem com muito humor e picardia, ora com grandeza épica, ora com deboche. O presepeiro Antônio Biá faz as vezes de um Homero sertanejo.

Ficha Técnica:

Direção: Eliane Caffé

Duração: 100 min

Gênero: Ficção

Origem/ ano: Brasil/ 2003

Coordenação da Mostra de Vídeos-Documentários “*Por Rios Vivos*”

Joseline B. Trindade

Rosa E. Acevedo Marin

Marlon Araújo

Yuri Palmeira

RODA DE DIALOGO COM LIDERANÇAS INDÍGENAS

16:00 h às 18:00 h

Local: Capela Universitaria/UFPA

Coodenadores: Almiros Guarani

Manoel Dutra

Luisa Matop

Participantes:

Payaré – Akratikatejê (Gavião) – TI Mãe Maria

Annelito Hernandez Pacheco – Venezuela

Raoni Metuktire – Capoto/Jarina (PI Xingu)

Megarón Txukarramãe – PI Xingu

Josinei Gonçalves Arara – Volta Grande do Xingu

Ozimar Juruna – Volta Grande do Xingu

Robert Guimarães – Shipibo Konibo (Pano) – Peru

Sonia Guajajara – Representante da COIAB

Representante Indígena de Bolívia

Jonas Polino Sansão – Associação Wyty-Catë – Comunidades Timbira do Maranhão

LANÇAMENTO DE LIVROS

A construção da América do Sul nas Relações Internacionais: da fragmentação colonial ao espaço regional transnacional da União Sul-Americana

Elói Martins Senhoras

Boletim Informativo PNCSA N° 04 “O Direito de dizer não à construção da Hidrelétrica de Marabá”

Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia

Capitalismo globalizado e recursos territorializados

Alfredo Wagner B. de Almeida, Andréa Zhouri, Antonio A. R. Ioris, Carlos Brandão, Célio Berman, Francisco del M. Hernandez, Gustavo das Neves Bezerra, Henri Acselrad, João Antonio de Paula, Klemens Laschefski, Mária Célia Nunes Coelho, Maurílio de Abreu Monteiro, Luis Fernando Nova Garçon, Luis Henrique Cunha, Luiz Jardim Wanderley

Desenvolvimento e Conflitos Ambientais

Andréa Zhouri e Klemens Laschefski (Orgs.)

Negociações e resistências persistentes: agricultores e a barragem de Itaparica

Parry Scott

Organização Social do Trabalho e Associativismo no Contexto da Mundialização

Ana Célia Gomes, Maria Cristina Maneschy, Sônia Magalhães, José Maria Carvalho Ferreira

Todos Convergem para o Lago! Hidrelétrica Tucuruí, municípios e territórios na Amazônia

Gilberto de Miranda Rocha

Vidas Alagadas. Conflitos socioambientais, licenciamento e barragens

Franklin Daniel Rothman



Resumos de Trabalhos

Modalidades: Oral e Pôster

Adalberto Carvalho Ribeiro – UNIFAP (ST2)

O pioneirismo das hidrelétricas na Amazônia – conflitos socioambientais e organização social: O caso das comunidades do entorno da UHE Coaracy Nunes no Amapá

Na Amazônia a 1ª hidrelétrica construída foi na cidade de Ferreira Gomes no Amapá, inaugurada em 1973. No local, baixíssima densidade demográfica. A UHE Coaracy Nunes, gerenciada pela Eletronorte, conta com aproximadamente 150 famílias no seu entorno (BRITO, 2008): ribeirinhas e de terra firme das comunidades Caldeirão e Paredão. A empresa possui Sistema de Gestão Ambiental (SGA). Objetivos aqui são: historicizar como se deu a implantação do empreendimento e se ocorreram conflitos socioambientais; refletir sobre as atuais estratégias da empresa quanto a questão ambiental e no relacionamento com as comunidades; compreender o grau de organização comunitária. Questões norteadoras: 1) Como se deu a implantação da UHECN no Amapá? Qual é a relação da Eletronorte com as comunidades? Existem conflitos socioambientais estabelecidos? Qual o grau de organização social das comunidades? Resultados apontam 1) famílias foram afetadas, 2) existem conflitos socioambientais, e 3) dificuldades na organização comunitária.

Ademario Alves Santos – FJAV e Crislaine de Carvalho Correia – FJAV (ST8)

A degradação ambiental a partir da construção da barragem Lagamar no município Pinhão/SE

A barragem Lagamar foi construída com o objetivo de armazenar as águas que drenam as bacias do riacho Pau Ferro e Jacoca. Havia intrínsecos outros objetivos que eram colocados sobre as seguintes premissas: aliviar o problema da falta d'água na sede municipal e também em alguns povoados; expandir as ações do projeto sertanejo e do projeto Califórnia, com fartos recursos dos bancos oficiais, a exemplo do BB (Banco do Brasil), BNB (Banco Nacional do Nordeste), BNDES (Banco Nacional de Desenvolvimento econômico e Social). Além dos bancos estaduais e privados. Os objetivos desta pesquisa residem em estudar águas da bacia do riacho pau-ferro, embora se possa imaginar que a referida barragem pertença à bacia do riacho Jacoca, que fornece as águas para o rio Sergipe, verificar como se forjou a participação dos técnicos das agências públicas de planejamento. Verificar como se deu o início das obras e como foram realizadas a partir da participação das construtoras de sempre. Analisar tecnicamente como foi o processo de construção da barragem. Os procedimentos metodológicos consistem em entender porque foi escolhida aquela área com isso, faz necessário entendê-la partir do trabalho de campo e a consulta de relatórios e documentos oficiais.

Adilson Leão da Silva – UFRA, Ermeson de Oliveira Silva – UFRA, Mayara Victória Freitas da Costa, Diego Maia Zacardi – UFPA, Luiza Nakayama – UFPA e Suzana Carla da Silva Bittencourt – UFPA (ST7)

Ictioplâncton no Reservatório da Usina Hidroelétrica de Tucuruí – PARÁ

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT), situada no município de Tucuruí a 300 km de Belém, objetivava produzir energia elétrica através do aproveitamento hidráulico do rio Tocantins e tornar navegável um trecho do rio. A criação da barragem resultou na formação de um grande lago (reservatório), com 8000m de extensão e uma área alagada (ELETRONORTE, 1987). A construção do reservatório da UHT causou vários problemas no aspecto ambiental, como o desmatamento da área inundada, implicando na perda do estoque de uso potencial, na perda da biodiversidade devido às alterações das características limnológicas do corpo de água (hidrológicos e biológicos) e nos problemas gerados pela poluição provocada pela emissão de gás metano (FEARNSIDE, 1999). Na sua biodiversidade encontra-se a comunidade ictioplanctônica, a qual, de acordo com Nakatani et al. (2001), tem se mostrado de grande importância para a ictiologia, o inventário ambiental, o monitoramento dos estoques e o manejo da pesca. O objetivo do presente trabalho é mostrar a composição ictioplanctônica, no Reservatório da UHT.

Alcília Afonso de Albuquerque Costa – UFPI (ST6)

Usina hidrelétrica Estreito do Parnaíba: Impactos ambientais e sócio-culturais na cidade histórica de Amarante, Piauí.

Este texto pretende abordar a discussão entre paisagem e memória relacionada ao desenvolvimento econômico e tecnológico proveniente da construção de barragens e usinas hidrelétricas, que vem causando impactos irreversíveis ao meio-ambiente, natural e construído. Tem como estudo de caso, a cidade histórica piauiense de Amarante, conhecida como a “cidade poética do Piauí”, que terá seu centro histórico destruído devido à inundação causada pela construção da Usina Hidrelétrica/ UHE do Estreito do Parnaíba, a ser implantada naquele município. Com a construção desta Usina, com capacidade de gerar 86mw, e investimento orçado em R\$ 521,6 milhões, a área de alagamento para a construção da barragem, será o equivalente a 17,22 Km² e 136 casas serão atingidas. Deste quantitativo de imóveis, observa-se que todos pertencem a um dos mais significativos sítios arquitetônicos do Estado do Piauí.

Alexandra Martins Silva – Universidade de Coimbra (ST1)

“De Kararaô a Belo Monte: Controvérsia em torno da construção da barragem de Belo Monte”

O artigo analisa a controvérsia sobre a construção da barragem de Belo Monte. Procura reconstruir a história deste projeto hídrico localizado no rio Xingu, estado do Pará. Centra sua análise na identificação dos atores envolvidos, nas formas de ação coletiva engendradas e nas próprias narrativas da controvérsia. Apresenta uma reflexão sobre os quatro períodos distintos, concernentes a quatro etapas pelas quais o projeto de Kararaô-Belo Monte atravessou. O primeiro, refere-se à década de setenta, marco inicial de lançamento do projeto sem construção imediata; o segundo, na década de noventa, assinala o seu ressurgimento e conseqüente suspensão em 2002; o terceiro, em 2008, expressa a tentativa do Governo Lula implementar o programa de obras prioritárias do Plano de Aceleração do Crescimento - PAC; o último, em 2010 apresenta nova conjuntura com aprovação da primeira de três Licenças Ambientais – Licença Prévia e o questionamento sobre a autenticidade dos Estudos de Impacto Ambiental.

Alexandra Souza Borba – UFPA (ST6)

Wyniypy rakokwehe raka Tokoria pe pee oxé'e-xe'eka, De lá os brancos nos fizeram correr, corri,corri até aqui

Observamos através de alguns relatos dos anciões parakanas na aldeia Xingu e Apterewa, como as conseqüências da Hidrelétrica de Tucuruí estão presentes na memória e cotidiano deste povo. Um imaginário encantador e aterrorizante os envolve novamente, visto que uma nova ameaça esta presente e a historia tende a se repetir, com a “Construção de Belo Monte” ameaçando uma nova geração, e o que restou de sua cultura., dividindo novamente o grupo. Juntamente com a pesquisa etnográfica do antropólogo Carlos Fausto que nos ajuda entender a ocupação pretérita dos parakanas no interflúvio Xingu-Tocantins antes e depois da barragem, tentamos neste trabalho descrever algumas mudanças e resistências numa perspectiva de identidade coletiva, memória, cultura e língua, neste processo pos hidrelétrica de Tucuruí e pré hidrelétrica de Belo Monte.

Alexandre Cosme José Jeronymo – Universidade Federal do ABC e Sinclair Mallet Guy Guerra – USP (ST5)

Relendo o rural: Turismo e reservatório hidrelétrico

O trabalho analisa a utilização do reservatório da Usina Hidrelétrica de Energia (UHE) Ita, no Sul do Brasil, para prestação de serviços turísticos nas cidades de Ita/SC e Piratuba/SC. A construção da UHE desestruturou atividades econômicas e, por outro lado, possibilitou a presença de novas atividades econômicas. O referencial teórico dicotômico e continuum estabelecem as reciprocidades entre o urbano e o rural. O 'Produto Interno Bruto' (PIB) e o 'Cadastro Geral de Empregados e Desempregados' (CAGED) são utilizados para identificar a produção e a geração de empregos municipais, e os 'royalties' identificam o montante de recursos pagos pela UHE aos municípios. A releitura do espaço invadido pela UHE indica que as Thermas de Ita e Piratuba contribuem para reestruturar os municípios a partir da interpenetração do urbano no rural e vice versa. São novos significados e novas dinâmicas, novos recortes e novos olhares, são novas avaliações à luz dos novos agentes que passam a compor o espaço.

Alexandre do Nascimento Souza – PROCAM/US e Pedro Roberto Jacobi – PROCAM/USP (ST1)

Licenciamento Ambiental no Brasil: a caminho da modernização ecológica

O licenciamento ambiental instrumentaliza a sociedade para que possa refletir e decidir sobre quais melhores projetos, arranjos produtivos, localização e matéria prima são mais adequados. O licenciamento ambiental é uma ferramenta que quantifica, qualifica e tipifica os prejuízos socioambientais que determinado processo produtivo pode causar à coletividade e propõe mecanismos de defesa, compensação e mitigação. Mas a participação das populações atingidas, organizações sociais e poder público só no momento da audiência pública, tenciona o processo de licenciamento e cria as condições para que nas audiências a possibilidade de modificações nos projetos seja pequena. A falta de diálogo sistêmico entre os diversos atores no curso do processo de licenciamento cria ruídos – dúvidas, insatisfações e incompreensões sobre o projeto. A partir daí, só têm o momento da audiência pública para que sejam equacionados, sobrearregando-a e transformando-a em um espaço de embate e não de debate.

Alexania Rossato – MAB (ST9)

A legitimação das barragens na Amazônia pelo discurso do jornal Valor Econômico

Este trabalho tem o objetivo de fazer um estudo piloto de análise do discurso usado pelo jornal Valor Econômico para a legitimação das hidrelétricas na Amazônia, principalmente as usinas de Santo Antônio e Jirau, que estão sendo construídas no Rio Madeira, em Rondônia, e a Usina de Belo Monte, prevista para ser construída no Rio Xingu, no Pará. As matérias selecionadas para a análise foram publicadas no decorrer do ano de 2009 e a leitura que desenvolvo parte da análise da sociedade dividida em classes, envolvendo conceitos como representação, poder e ideologia. Como parte das conclusões, a correlação de forças da luta de classes – ou na falta dela - que determina a construção dos discursos aponta que a formação discursiva dominante controla a circulação de dizeres, configurando uma matriz representacional hegemônica para a questão. Esse sentido dominante, tecido na e pela trama ideológica, veicula o direito de construção de barragens por grandes empresas como um fator naturalizado.

Aline Caldeira Lopes – UFRRJ (ST3)

Marambaia: Conflito Social e Direito

O reconhecimento dos ilhéus da Ilha da Marambaia como comunidade remanescente de quilombos é uma das duas situações existentes no Brasil de territórios quilombolas pleiteados em áreas administradas pelas Forças Armadas Brasileiras. Comumente, o direito e o judiciário atuam na condição de mediadores do conflito. O processo de reconhecimento envolve atores como os moradores da Ilha da Marambaia e a Marinha do Brasil, bem como juízes, advogados, oficiais de justiça, etc. Dialogando com uma dimensão da lei e do direito como campo de conflito, é nosso objetivo refletir sobre o modo como esta mediação se deu no caso do conflito social na Ilha da Marambaia. Em que momentos poderíamos notar a lei e o direito como espaço de reprodução das relações de dominação existentes e em que momento poderíamos percebê-los como inibidores do arbítrio? A pesquisa foi realizada, em especial, por meio da análise de fontes como processos judiciais, atas de reuniões, documentos, entrevistas.

Aline Furtado Louzada – UFPA e Ana Rosa Baganha Barp – UFPA (ST2)

Tipologias de Conflitos Socioambientais em reservatórios hidrelétricos

Este estudo dedicou-se à análise das tipologias de conflitos por múltiplos usos da água no reservatório da UHE Tucuruí-PA, utilizando-se como ferramenta de apoio à decisão o software de modelagem qualitativa NVivo 8. As tipificações realizadas basearam-se na análise dos componentes de conflitos, seus elementos e aspectos, tipo, natureza e origem; e evidenciaram três principais tipos: conflitos entre distintos grupos de usuários da água, conflitos por obras hidráulicas e conflitos decorrentes de poluição ambiental. Estas tipologias podem ser válidas aos estudos da elaboração dos planos de recursos hídricos, pois podem facilitar a busca de proposições e ações para a conciliação de conflitos de recursos hídricos na bacia hidrográfica, já que a exploração dos recursos hídricos deve proporcionar os múltiplos usos da água em atendimento aos princípios da sustentabilidade ambiental, inseridos num processo de gerenciamento integrado dos recursos hídricos.

Ana Catarina Lemos Cabral – UFPE e Naara Queiroz de Melo – UFPE (ST7)

Enchentes No Nordeste: Descaso ou situação Irremediável?

No mês de Junho de 2010, chuvas fortes provocaram enchentes que praticamente varreram algumas cidades no Interior dos Estados de Pernambuco e Alagoas. Cidades estas que, potencialmente, poderiam ter sido poupadas de tanta destruição, se tivessem recebido algum tipo de investimento em medidas preventivas. Neste trabalho, pretendemos analisar a situação que se estabelecerá em torno destas cidades após as enchentes, bem como pesquisar o motivo pelo qual 95 municípios do Nordeste foram devastados e tantas famílias ficaram em condições de sobrevivência altamente precárias. O governo nega que tenha dado pouca atenção à medidas preventivas, mas faz questão de ressaltar a quantidade de dinheiro liberada após o fato ocorrido. As comunidades ribeirinhas foram, obviamente, as mais atingidas, e é preciso compreender os impactos sociais, culturais e econômicos causados a estas pessoas e à sociedade em geral, para que possamos entender também os motivos das autoridades escamotarem as reais intenções da falta de ações preventivas.

Ana de Cerqueira Cesar Corbisier e Paulo Marcos Noronha Serpa – Scientia Consultoria Científica (ST3)

Índios Citadinos de Altamira e Famílias Indígenas Ribeirinhas da Volta Grande do Xingu: Aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais.

O artigo apresenta os aspectos demográficos, socioeconômicos e culturais dos indígenas de Altamira e das famílias da Volta Grande do Xingu e discute as implicações da hidrelétrica de Belo Monte nesses grupos. Os dados coletados em 2009 orientaram os estudos etnoecológicos do EIA/RIMA. À equipe multidisciplinar foram integradas representações e lideranças indígenas cidadinas que contribuíram na elaboração e aplicação dos questionários e das entrevistas que reconstruíram, a partir da história de vida dos entrevistados, os quadros genealógicos das etnias Xipaya, Kuruaya e Juruna. O artigo aponta ainda os impactos etno-ambientais do empreendimento e discute as medidas mitigadoras e compensatórias pleiteadas pelos indígenas, como o reconhecimento étnico, o usufruto de políticas públicas diferenciadas de saúde, educação, etnodesenvolvimento e, principalmente a reivindicação de um bairro indígena para abrigar as famílias indígenas que serão remanejadas.

Ana Gabriella de Souza Andrade – UFPE (ST6)

Comunidades Tradicionais do Rio São Francisco impactadas por Projetos de Desenvolvimento de Recursos Hídricos: cultura, memória e resistência num contexto agressão a Direitos Humanos

O presente trabalho tem como objetivo principal compreender como as obras de desenvolvimento têm afetado a cultura, a memória e principalmente a construção de direitos coletivos de famílias e comunidades tradicionais. Nesse contexto a mobilização política surge como um reflexo não só do processo de agressão a direitos humanos de povos e comunidades tradicionais, como também de um processo construção de direitos coletivos. Na história do Brasil o Rio São Francisco figurou como um dos principais ecossistemas e ambiente de formação humana e identitária. Entretanto, as formas de apropriação política desse espaço surgem como um claro desrespeito à sua integralidade e às diferentes formas de vida que nele são construídas. Nesse contexto, o projeto de Transposição das águas do Rio São Francisco e de construção das Barragens Riacho Seco e Pedra Branca, além de produzirem um forte efeito sobre o meio ambiente, impõem riscos sobre todas as formas de cultura e história produzidas nesse espaço.

Ana Ivania Alves Fonseca – Unimontes, Vanessa Fonseca – UFMG, Lílian Damares de Almeida Silva – Unimontes e Leonardo Ferreira Gomes – Unimontes (ST4)

Os reassentados da barragem de Irapé: Progresso ou conflitos?

Ao longo da história da humanidade, o homem vem criando e recriando as suas formas de estabelecer no espaço geográfico. E é nessa roda de interesses e quase sempre (des) humana que as Usinas Hidrelétricas são construídas, em nome de um “progresso” cada vez mais ascendente no país. Nesse sentido, para desenvolver a investigação teve como parâmetros a pesquisa-ação, concentrando esforços no entendimento e na perspectiva histórica, o que nos permitiu fazer uma análise das relações da comunidade com o novo “lugar”. A pesquisa tem como relevância a discussão da realocação das famílias em áreas distante do seu habitat, o que gera, além de um conflito social e ambiental, um distanciamento dessas populações com sua cultura e seu cotidiano que secularmente foi construído e que deixaram no lugar e na paisagem marcas de toda uma vida.

Ana Margarida Ribeiro do Amaral – Instituto Oswaldo Cruz), Timothy Peter Moulton – UERJ e Marilza Maia Herzog – Instituto Oswaldo Cruz (ST7)

Aspectos Sociais sobre a construção de Hidrelétricas e a possível dispersão da Oncocercose

Os impactos gerados pela construção de uma usina hidrelétrica antecedem ao empreendimento. Nas áreas impactadas é primordial monitorar o fluxo de doenças, compreender a complexidade da dinâmica entre vetores, agentes etiológicos e seus respectivos hospedeiros. Há relatos na literatura sobre o histórico da oncocercose no Brasil e expansão da doença com o deslocamento de contingente populacional, e evidências sobre as reais possibilidades de sua dispersão no país. Apesar da Agenda Nacional de Prioridades de Pesquisa em Saúde mencionar agravos a Saúde Pública como dengue, doença de Chagas, leishmaniose, esquistossomose e doenças sexualmente transmissíveis, é omissa em relação a enfermidades importantes na vigilância ambiental e com risco de dispersão, principalmente na região Norte do país, como a oncocercose, a mansoniase e a hidatidose. Num cenário onde há previsão para construção de 494 novas usinas por todo território nacional a Agenda Nacional de Prioridades em Pesquisa é incipiente quanto às estratégias para pesquisas em vigilância ambiental e saúde.

Ana Raylda do Nascimento Andrade – MPEG (ST2)

Razões Práticas da Teologia da Libertação no Xingu

Este trabalho visa identificar e analisar a atuação dos agentes sociais ligados à ala progressista da Igreja Católica, que desenvolvem suas atividades sob a égide da

Teologia da Libertação na região do Xingu. Busca-se investigar o papel desses sujeitos sociais e sua importância na luta contra o atual projeto governamental de construção da UH de Belo Monte. As concepções de mundo desses agentes e sua oposição ao empreendimento desenvolvimentista serão relacionadas levando em conta sua atuação em favor dos direitos humanos e ambientais a partir das propostas elaboradas em Roma e em Medellín – II Conferência do Episcopado Latino-Americano, Colômbia, 1968. Essas propostas foram fundamentais para redirecionar a ação da Igreja no sentido de estabelecer nova práxis e garantir novas possibilidades de sua inserção junto às camadas pobres da sociedade na América Latina, sobretudo no Brasil, mais especificamente na região do Xingu, lócus desse estudo. Palavras-chaves: Teologia da Libertação, Conflitos rurais, Xingu, UH de Belo Monte

Anabelle Santos Lages – UFMG e Marina Penido – UFF (ST4)

A Busca pelo Direito: O encontro dos atingidos pela Hidrelétrica de Candonga com o Poder Judiciário quando da ocasião do Reassentamento

Essa proposta pretende refletir acerca das experiências vividas por parte dos reassentados quando da busca pelo cumprimento de seus direitos indenizatórios. Para tanto, tem-se como instrumental entrevistas realizadas com magistrados e atingidos pela hidrelétrica de Candonga, em Minas Gerais. Através das entrevistas com os magistrados, que, em algum momento, proferiram decisões cujo objeto era a reivindicação de reparação e de compensação pelo deslocamento compulsório dos atingidos das hidrelétricas supracitadas, objetiva-se compreender a importância dada pelo Poder Judiciário em uma das etapas determinantes do procedimento administrativo ambiental. No que diz respeito às experiências de reassentamento, o direito à indenização em decorrência do deslocamento compulsório, invariavelmente, leva as populações à seara jurídica, no entanto os conflitos gerados pelo deslocamento compulsório podem ser minimizados ou aguçados pela técnica, mas jamais dissipados. Nessa perspectiva, o capital jurídico, da mesma forma que o político, o econômico e o técnico, possui significativa relevância dentro do campo ambiental.

Ananda Machado – Universidade Federal de Roraima (ST3)

O Ensino Superior Indígena e a Qualidade de Vida dos Povos em Roraima

A relação perversa entre o Estado e algumas comunidades indígenas em Roraima atrapalha a mobilização das lideranças que planejam, iniciam e desenvolvem seus

projetos para que sejam contínuos e eficazes na busca de maior qualidade de vida de acordo com os seus próprios valores. Os povos buscam um equilíbrio entre o uso das novas tecnologias como forma de valorizar e divulgar os elementos da identidade de cada povo. A maior parte dos jovens pouco se interessa pela sua língua, artesanato, narrativas e demais elementos socioculturais portadores de simbolismos importantes para seu povo. As lideranças indígenas querem envolver a juventude no trabalho comunitário, para que continuem vivendo em suas comunidades, mas promessas de emprego e outros apelos urbanos atraem o jovem para as cidades. Enfim, refletiremos sobre o desafio de conseguir gerir o território indígena mesmo com tanta adversidade e de quais formas o ensino superior pode contribuir nesta direção.

André Luiz de Oliveira – Universidade Federal de Uberlândia e João Cleps Júnior – Universidade Federal de Uberlândia (ST2)

Impactos sociais da construção de hidrelétricas em áreas de cerrado: O caso da hidrelétrica Serra do Facão no sudeste goiano.

Palavras-chave: Campo; Trabalho; Movimentos Sociais e Hidrelétricas. As áreas de Cerrado vêm sofrendo alterações nas últimas décadas por conta da modernização conservadora da agricultura que prioriza a produção em extensas áreas de monoculturas para exportação, ocasionando diversos impactos de ordem ambiental e social, redefinindo o espaço agrário, as relações sociais de produção e o trabalho no campo, pela construção de Aproveitamentos Hidroelétricos que, além dos impactos ao ambiente, provoca a desterritorialização de centenas de famílias da agricultura e desconfiguração nas formas de trabalho. A construção de barragens em áreas de Cerrado evidencia o território em disputa (camponeses, movimentos sociais e o capital barrageiro), provocada pela ação do capital transnacional, escudado nas políticas estatais mascaram as consequências ambientais e sociais e a opção pelo modelo energético. A luta contra as barragens mobiliza diretamente os atingidos, os Movimentos dos Atingidos por Barragens, instituições e entidades - movimento popular de Re-Existência.

Andréia da Silva Neiva – IPPUR/UFRJ (ST9)

COELBA: Privatização e os impactos da tarifa de energia na economia das famílias camponesas.

O trabalho trata-se de uma pesquisa com famílias camponesas ribeirinhas da Bacia do Rio Corrente – Afluente do rio São Francisco. São feitas considerações sobre o

processo de privatização das empresas brasileiras e o que isso significou na realização das tarifas de energia, foca a análise na Coelba, apontando os problemas causados pela privatização, destacando a tarifa de energia como um desses sérios problemas. Os altos preços de energia são uma das vertentes de materialização do processo de privatização na vida das pessoas, e relacionando ao foco da pesquisa, fica evidente que causa enormes dificuldades para a economia das famílias camponesas. Destaca-se também que o Sistema Elétrico Brasileiro foi organizado com intencionalidades e hoje tem o único e exclusivo objetivo de desenvolver o capital em detrimento à miséria do povo brasileiro. Diante da situação atual, é urgente a proposição de uma nova forma de estruturação, com participação popular que garanta a soberania do país.

Andreia Silva – UFU (ST9)

O rio Araguari passo a passo: transformações provocadas pela construção da Usina Hidrelétrica de Miranda no município de Indianópolis – MG.

O trabalho consiste em uma investigação de mestrado, que está sendo desenvolvido no Programa de Pós-Graduação em Geografia, pela Universidade Federal de Uberlândia. Ao mesmo tempo, está inserido no projeto de pesquisa Intitulado Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o rio Araguari passo a passo e os efeitos sócio-espaciais da construção de barragens, financiado pela Fundação de Assistência à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG. O objetivo Geral deste projeto é analisar os principais efeitos socioambientais causados sobre a população de Indianópolis depois da construção da UHE de Miranda. A metodologia está pautada em duas fases, levantamento bibliográfico e trabalhos de campo. Resultados esperados: oferecer uma nova compreensão de relevância social sobre o assunto, que possa contribuir cientificamente com o meio acadêmico e com a comunidade indianopolense. Palavras chave: Grandes Projetos, Usina Hidrelétrica, Energia, Miranda.

Aniely Coneglian Santos – UNEC (ST9)

Percepção das famílias do processo de realocação decorrente da instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari no município de Periquito - MG.

O Brasil possui um grande potencial hídrico e realizou o aproveitamento de todos os recursos para a instalação de Hidrelétricas. Os impactos gerados por estes

empreendimentos influenciam na maneira como os homens vivem e se organizam. A presente pesquisa buscou estudar o processo de realocação das famílias da região urbana afetadas pela instalação da UHE Baguari no município de Periquito/MG. Utilizou-se como metodologia entrevistas semi-estruturadas com a população diretamente afetada da área urbana. A pesquisa ocorreu de maio de 2007 a setembro de 2009, abordando 77 famílias alvo de realocação. Os resultados evidenciados com esta pesquisa demonstraram que há outras formas de energia além da geração Hidrelétrica, e que apesar de toda melhoria que tem sido realizada nos processos de implantação destas, os transtornos ocasionados em relação a realocação de populações sempre vão existir, mas se houver a participação popular desde o princípio destes processos os impactos serão minimizados.

Antenor Lopes de Jesus Filho – IPEA (ST9)

Pequenas centrais hidrelétricas e o marco regulatório na desapropriação de áreas de terras para implantação das barragens

Nos últimos anos as PCH tornaram-se alvo de grande disputa por diferentes segmentos econômicos nacionais e internacionais. Dados da ANEEL mostram que o número de PCH com análise concluída, em andamento e não iniciadas dos Projetos Básicos somam mais de 380 projetos, e em elaboração são cerca de quinhentos e cinquenta. Com isso as emissões de Declaração de Utilidade Pública (DUP) visando a desapropriação/servidão de áreas de terra são cada vez maiores, saltando de uma média de 7 entre 2001 até 2005, para cerca de 50 por ano entre 2006 até 2009. O presente trabalho objetivou analisar a Resolução ANEEL n. 279/2007, utilizada para o pedido de DUP, observando seu potencial como causador de conflitos sociais com proprietários, possuidores ou interessados pelas áreas atingidas. Também, será visto a evolução das implantações de PCH por cidades e estados da federação, evidenciando as regiões de possíveis conflitos, assim como sugestões para evitar que haja um aumento destes de uma forma geral.

Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior – UFPA, Adriane Karina Amin de Azevedo – UFPA e Michel de Melo Lima – UFPA (ST1)

Pensando a dinâmica socioespacial do município de Tucuruí – PA através da usina hidrelétrica: contrastes e possibilidades

A região amazônica destaca-se no cenário mundial pelos recursos naturais disponíveis, que, principalmente a partir da década de 1960, vem sendo utilizados/explorados

por iniciativas do Estado brasileiro em parcerias com organizações privadas. Dentre essas possibilidades está o aproveitamento hidrelétrico, já que a região concentra a maior bacia hidrográfica do mundo. Nesse contexto, em 1977 será construída a Usina Hidrelétrica de Tucuruí, importante empreendimento que tem por finalidade a produção/geração de energia, destacando-se, dentre suas principais características, a alteração e complexificação do espaço geográfico da cidade em questão, fatores que são discutidos no presente trabalho.

Antonio da Silva Ferro – IFPA (ST7)

Uma visão diagnóstica da pesca artesanal na costa paraense, na Vila de Cuiarana, no município de Salinópolis - PA.

O Estuário Amazônico é uma região tradicionalmente pesqueira, com atividade industrial e artesanal. Este trabalho é sobre os pescadores artesanais da região do Salgado, no município de Salinópolis-Pa, mais precisamente na Vila de Cuiarana. Eles praticam a pesca em pequena escala, autônomos ou com relação de trabalho em parceria. Empregam tecnologias simples de captura, mas não menos complexas. Ainda hoje muitos não participam de programas de políticas públicas que sejam efetivamente voltadas a esses pescadores. Percebemos que o governo há muito busca uma eficiência administrativa no sistema de pesca. Apesar deste intuito, permanecem as incertezas da atuação sistemática na elaboração de metas efetivas a médio e longo prazo na resolução dos problemas, particularmente dos pescadores artesanais. O objeto da pesquisa foi elaborar um diagnóstico participativo baseado sobre as causas da diminuição do pescado e a necessidade de políticas públicas em educação na costa paraense, em particular na Vila de Cuiarana em Salinópolis.

Antônio Júnior Neves – UFES (ST6)

As duas partes da cidade de Itueta: Lugar da memória e espaço da construção do lugar

Numa ação de “apagamento”, a cidade de Itueta/MG é totalmente demolida, parcialmente alagada e sua população é compulsoriamente transferida para uma nova cidade, se inserindo em uma nova paisagem, um novo território. Um espaço novo para todos, sem familiaridade, sem significados. No entanto a população mantém uma forte relação com o lugar de origem cheio de marcas e sinais que, como “herança genética”, registram sua existência. A partir dos conceitos de lugar, espaço

e paisagem, definimos Ituetá como uma cidade formada por duas partes: lugar da memória e espaço da construção do lugar, primeira e nova cidade respectivamente. Por meio de um conjunto de intervenções busca-se potencializar os suportes para a memória da população presentes no lugar da primeira cidade, além de dinamizar a apropriação do espaço novo sem perder a relação com o lugar de origem, formando um espaço híbrido, que integra velho e novo, passado e presente, história, memória e cotidiano.

Assis Francisco Carlos Santos Dipeta (ST3)

Construção da barragem de Itaparica: Desconstrução do povo indígena Tuxá

O Povo Tuxá tem sofrido intenso processo de divisão interna desde a ocupação de suas terras pela Barragem de Itaparica, que foi implantada pela CHESF, Eletrobrás e Ministério de Minas e Energia. A CHESF fez um estudo das características da comunidade indígena e usou estas características para dividir o grupo em três. Incentivando as brigas internas e outras várias estratégias usadas para minar a organização tribal, até que a construção da Barragem fosse possível sem enfrentar resistência indígena. No processo de divisão um grupo foi para Ibotirama, outro para a periferia de Rodelas, outros foram reassentados em projeto pararurais. A CHESF e a FUNAI incentivaram o processo de divisão desses grupos. O progresso ditou as regras para o grupo permanecer dividido. A comunidade de Ibotirama vive hoje no ócio, nos vícios, no alcoolismo, drogas, prostituição marginalidade e roubos. O grupo de Rodelas tem procurado juntar provas contra a CHESF, onde seja possível apresentar a intencionalidade do processo de divisão do grupo indígena.

Atamis Antonio Foschiera – UFT e Antonio Thomaz Junior – FCT/UNESP (ST2)

A organização dos atingidos por barragens e sua atuação em Rondônia: do MABRO ao MAB/RO

Estudos visando a construção de UHEs na Amazônia foram coordenados pelo ENERAN (1968), resultando na criação da Eletronorte (1973). Em 2001, novos estudos indicaram a construção de duas hidrelétricas com eclusas e a formação de hidrovia, no rio Madeira. A UHE de Samuel foi a primeira a ser construída; sem levar à organização sistemática dos atingidos. A possibilidade de construção da UHE de Ji-Paraná resultou na formação do Movimento dos Atingidos por Barragens de

Rondônia (MABRO), em 1991. A desistência da construção da UHE de Ji-Paraná e a pouca organização dos atingidos pela UHE de Samuel, acabou desarticulando o MABRO, no final dos anos 1990. O projeto de construção de hidrelétricas no rio Madeira fez surgir, novamente, a luta dos atingidos por barragens em Rondônia, tendo o MAB Nacional como articulador, buscando envolver as famílias que seriam atingidas pelas UHEs do Rio Madeira, agregando os atingidos pela UHE de Samuel, formando o MAB/RO.

Betiana de Souza Oliveira – UFAP e Marinete Anselmo Albuquerque Guerra – Estácio Amapá (ST9)

Os impactos da construção da Ponte Binacional e suas implicações transfronteiriças

Este trabalho tem como finalidade construir um ambiente de reflexão em torno do projeto de construção da ponte binacional que ligará os municípios de Oiapoque e Saint George, permitindo assim a conexão entre o Amapá o Platô das Guianas e o Caribe. A materialização deste projeto fomenta as expectativas dos governos locais de integração e desenvolvimento. Faz parte de discursos mais abrangentes como é o caso da IIRSA e dos acordos de Cooperação entre os países da América Latina e Franco-brasileira. Pretende-se discorrer através da pesquisa bibliográfica quais as implicações sócio-espaciais imbricadas para uma análise de integração e desenvolvimento regional capaz de atender a dinâmica da globalização. O intercâmbio na Zona de Fronteira Oiapoque/Saint-George com a conclusão da BR-156 e da futura Ponte Binacional são aspectos que revelam os fenômenos sociais em torno dessas cidades, que articuladas por relações características produzem profundas interações, o qual é estratégico para o comércio bilateral.

Bruno Gomes Cunha - UFV/INCRA e Daniel Vieira de Sousa – UFV (ST4)

O processo indenizatório de imóveis rurais atingidos por barragem: O caso da UHE Barra da Braúna, MG

O processo de indenização de imóveis rurais atingidos pela construção de uma usina hidrelétrica nem sempre ocorre de maneira pacífica. No estado de Minas Gerais, o processo de instalação da UHE Braúna, localizada nos municípios de Laranjal, Leopoldina e Recreio, sobre o Rio Pomba, vem ocorrendo de maneira desigual entre os agricultores atingidos. Inicialmente, a empresa tentou sob diversas formas adquirir esses imóveis; indo desde a promessa e compra de imóveis a preços acima

do valor de mercado para alguns “escolhidos”, até a ameaça e coação por parte de técnicos responsáveis de empresa ligada à UHE Braúna, forçando os agricultores a venda a preços irrisórios destas terras. Felizmente, o Movimento de Atingidos por Barragem – MAB e o Núcleo de Assessoria as Comunidades Atingidas por Barragem – NACAB conseguiram assessorar, a tempo, diversos agricultores que se uniram e reivindicaram o pagamento da indenização justa.

Camila Bernardelli – UFU (ST2)

Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: os efeitos sócio-espaciais da construção das barragens de Amador Aguiar I e II.

Este trabalho está inserido no projeto de pesquisa intitulado Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o rio Araguari passo a passo e os efeitos sócio-espaciais da construção de barragens, financiado pela Fundação de Assistência à Pesquisa do Estado de Minas Gerais, FAPEMIG. Apresenta reflexões preliminares referentes ao projeto de mestrado intitulado: Grandes Projetos de Investimentos - GPI: os efeitos socioespaciais do Complexo Energético Amador Aguiar. Trata-se de uma revisão bibliográfica dos conceitos que se relacionam com as transformações sociais e espaciais que a construção de um GPI implica, trás também uma análise do contexto histórico em que a opção do Brasil pela utilização da hidreletricidade é consolidada, além de breve caracterização da área proposta para o estudo.

Camila Dellagnese Prates – UFSM e João Vicente Barroso da Costa Lima – UFSM (ST4)

Análise Sociológica dos Impactos Socioambientais da Usina Hidrelétrica Dona Francisca (UHDF) – RS

A pesquisa problematiza os impactos socioambientais sobre as populações afetadas pela construção da barragem de porte médio da UHDF, situada entre os municípios de Agudo e Nova palma, no Rio Grande do Sul. O empreendimento afetou seis municípios contabilizando um total de 510 propriedades e 484 famílias. A pesquisa contempla os indivíduos que aderiram aos sete reassentamentos coletivos concentrados em três municípios: Jóiá; Tupanciretã e Salto de Jacuí. Para desenvolver a pesquisa, foram analisados processos de reassentamento e pagamento de outras compensações, desorganização e reorganização das redes de sociabilidade. Também

foi contemplada a análise do Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e de seu Relatório de Impacto Ambiental (RIMA), que fazem parte de uma exigência legal, instituídas pela Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA). Os primeiros resultados da análise do EIA e do RIMA, apontam para a superficialidade desses instrumentos e estudos para definição dos impactos socioambientais que a construção do projeto causaria na vida desses indivíduos.

Carlos Locatelli – UFSC (ST9)

A comunicação como estratégia de disputa entre interesses públicos e privados: estudo sobre a implantação da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó

O projeto de tese em andamento, que terá estágio junto a Universidade Nova de Lisboa, sob a supervisão do Prof. Dr. João Pissarra Esteves, propõe uma investigação sobre diferentes modos de comunicação que se constituem em torno de projetos públicos de alto impacto social e ambiental, definidos no âmbito da política pública de desenvolvimento. A centralidade do trabalho está na comunicação produzida pelos atores do Estado, do mercado e da sociedade civil e sua relação com a esfera midiática durante a fase de implantação de usinas hidrelétricas (entre a Licença de Instalação e a Licença de Operação), período pouco estudado pelo campo da comunicação, embora seja justamente no qual os impactos previstos (e os não previstos) no período anterior ao leilão efetivamente ocorrem.

Cecília Geraldine Basile – UFPA (ST5)

Plano de Desenvolvimento Sustentável da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí: A Emergência de Uma Luta Histórica

Monitorar e avaliar o PDJUS tendo como campo de observação o Conselho Gestor, instância de gestão participativa e democrática. O tema de estudo foi selecionado por sua relevância política, uma vez que, a microrregião a jusante da UHE Tucuruí, embora tenha sofrido impactos diversos, principalmente sobre a pesca e a ictiofauna, por conta do desaparecimento e/ou redução de espécies de peixe, alteração na qualidade de água, alteração do regime hidrológico do Rio Tocantins a jusante, alteração na dinâmica demográfica da região, não possui respaldo legal para receber recursos compensatórios da Eletronorte, empresa responsável pela instalação e operação da UHE Tucuruí. Avaliação sobre a atuação do CONJUS-Conselho Gestor da Microrregião a Jusante da UHE Tucuruí, permite-nos interrogar sobre quais as

estruturas e estratégias de ação de cunho participativo e democrático são discutidas e aprovadas nos Conselhos Regional e Municipais do PDJUS.

Cicera Maria dos Santos Gomes – UFPE (ST4)

A natureza limitada das formas de resistência

Pretendemos analisar o processo de conflitos e lutas decorrentes da construção da barragem de Pirapama localizada no município do Cabo de Santo Agostinho no Estado de Pernambuco, o qual devido ao seu potencial hídrico, no final dos anos 1970 e começo dos anos 1980 foi identificado como apropriado para a construção do complexo industrial, primeiro pela sua proximidade com a capital do Estado, Recife, segundo pela sua capacidade náutica para a instalação de um Porto. A identificação do rio Pirapama como tendo um grande potencial e vazão, viabilizou a transformação do seu entorno para o uso de suas águas como fonte de abastecimento do complexo industrial do Cabo, que está há alguns quilômetros de distância. Neste trabalho, longe de esgotar a discussão sobre a chamada questão da água, vamos sistematizar, desvendando o percurso histórico, as macro-determinações e mediações, das particularidades nos conflitos decorrentes da construção da barragem de Pirapama.

Cinair Correia da Silva – INCRA (ST4)

Trajetória das famílias agricultoras atingidas pelas barragens: o caso do reassentamento no Projeto de Assentamento Rio Preto do Candeias, Estado de Rondônia

O setor energético brasileiro vem demandando investimentos na geração de energia interligando o País norte a sul. Por outro lado, nesse cenário, crescem as manifestações sociais e ambientais com a constituição de movimentos organizados e ecologistas em favor das comunidades atingidas por barragens. O trabalho foi preparado para contribuir no debate da situação das pessoas que sofrem com o impacto da construção da barragem e objetiva conhecer o processo de reassentamento das famílias agricultoras atingidas pela construção da Usina Hidrelétrica de Samuel em 1982, como ação de governo, a criação do PA Rio Preto do Candeias, implantado em 1986, no Estado de Rondônia. A seção seguinte, as atuais políticas para reassentamento de barragens. Ao final, aponta a necessidade do Estado ingerir-se nas ações das políticas energética, ambiental, agrária e sociais, com critérios de sustentabilidade dos reassentados de barragens.

Clarisse Cavalcante Kalume – UFRRJ (ST6)

De “Boa Esperança” a Cachoeira: identidade e memória nas percepções dos ribeirinhos de Vila da Manga sobre o rio Parnaíba

Este artigo analisa a percepção e expectativas dos ribeirinhos de Vila da Manga, pequeno povoado situado na região sul dos estados do Piauí e Maranhão, diante do projeto de construção da usina hidrelétrica Cachoeira. A UHE Cachoeira integra um conjunto de cinco empreendimentos hidrelétricos para implantação na bacia hidrográfica do rio Parnaíba, localizada na região Meio-Norte do Brasil, entre os estados do Piauí e Maranhão. O receio quanto às remoções e impactos sobre as atividades agrícolas e pesqueiras expresso pelos habitantes da região é marcado pela memória de outra represa que indiretamente atingiu esta entre muitas comunidades ribeirinhas ao longo do Rio Parnaíba, a UHE Boa Esperança. O objetivo central deste estudo é, pois, problematizar as nuances e distintas percepções desta população à construção de uma nova usina à luz das imagens e ideias pré-existentes no imaginário de Boa Esperança.

Cleidiane do Rosário Costa – NEAF/UFPA, Amintas Lopes da Silva Júnior – NEAF/UFPA, Paula Vanessa da Silva e Silva – NEAF/UFPA, Raquel Rodrigues da Poça – NEAF/UFPA, Sandro Luis da T. Pinheiro – NEAF/UFPA e Aquiles Vasconcelos Simões – NEAF/UFPA (ST7)

Novas estratégias de reprodução social a jusante da barragem de Tucuruí: O caso da Ilha Jacaré Xingu/PA.

Embora a hidrelétrica de Tucuruí, construção iniciada nos anos 1970 e inaugurada em 1984, tenha sido construída com base num discurso de que iria possibilitar desenvolvimento local e inclusão social, isso não se constituiu para grande parte das populações locais. Vinte anos depois, as conseqüências desse “projeto desenvolvimentista” ainda são sentidas pelos moradores das localidades a jusante da hidrelétrica. O presente artigo constitui resultado de algumas reflexões, a partir de um diagnóstico realizado na Ilha Jacaré Xingu-Cametá/PA acerca dos impactos gerados com a construção da barragem. A partir do diagnóstico foi possível perceber que as famílias lançaram mão de novas estratégias para garantir sua reprodução social, como o acordo de pesca firmado entre os moradores da ilha em 2005 e formalizado pelo IBAMA em 2007, objetivando amenizar os conflitos existentes entre os moradores e estabelecer normas para o manejo coletivo; a introdução de novas técnicas de manejo para aumentar a qualidade e produtividade do açaí e a produção de paneiros.

Cleir Ferraz Freire (ST3)

Impactos da PCH Paranatinga II sobre Terras Indígenas Xavante e Parque Indígena do Xingu e seu processo de regularização pela Fundação Nacional do Índio.

A instalação de Hidrelétricas tem gerado debates do ponto de vista de seus impactos ambientais e sociais. Afetos a terras indígenas, a instalação destes empreendimentos passa pela FUNAI, caso da PCH Paranatinga II, localizada a jusante de Terras Indígenas Xavante e a montante do Parque Indígena do Xingu. O estudo do componente indígena analisou impactos da PCH no modo de vida das comunidades. Foi descrito como principal impacto a diminuição do estoque pesqueiro. Considerando este impacto como permanente, foi proposto Projeto de produção de proteína animal em substituição a pesca. Também foram propostas ações de fortalecimento da gestão da comunidade. A falta de estudos prévios consistentes de Gestão ambiental nestas Terras, principalmente relativos à capacidade de suporte, foi fator limitador de proposições. A experiência apontou para que empreendimentos já instalados tenham metodologia de regularização pela FUNAI diferenciada, baseada em compensações por valores de custos e lucros.

Clésio Barbosa Lemos Júnior – Unicamp (ST7)

A implantação da usina Hidrelétrica de Furnas (MG) e suas repercussões

Artigo elaborado com base na dissertação de Mestrado em Geografia, apresentada no Instituto de Geociências da UNICAMP, cujo objetivo foi analisar as repercussões causadas pela implantação da Usina Hidrelétrica de Furnas (MG), sejam territoriais, quando do processo de des/re/territorialização, sejam turísticas, quando da formação do lago artificial. O artigo possui a seguinte organização: INTRODUÇÃO traz a contextualização do tema, delimita o objetivo, apresenta o objeto de estudo e a estrutura metodológica. REPERCUSSÕES apresenta as contribuições teóricas utilizadas na investigação que perpassam as definições de território, seus desdobramentos, o conceito de turismo e sua relação com os recursos hídricos. Também são apresentados, nesta seção, alguns resultados da coleta de dados obtidos por meio de entrevistas com o intuito de responder algumas indagações. Nas CONCLUSÕES foram relacionadas as idéias desenvolvidas no texto e salientados alguns desdobramentos trazidos pela pesquisa.

Dalva de Cássia Sampaio dos Santos – SEDUC/SEMEC, Nírvia Ravena de Sousa – NAEA/UFPA/UNAMA e Marco Apolo Santana Leão – SDDH (ST2)

Movimento de Mulheres de Altamira na Luta Contra Belo Monte: o outro lado do rio Este estudo tem a finalidade refletir sobre a atuação do Movimento Xingu Vivo Para sempre, composta de ONGs, Movimentos Sociais como o MAB, Movimento de Mulheres, índios, camponeses e ribeirinhos, na luta contra a construção da Hidrelétrica de Belo Monte- Pará/Brasil. A Referência será a intervenção sob a ótica do Movimento de Mulheres de Altamira que tem sido protagonista importante nessa resistência. É um estudo de caso que combina pesquisa bibliográfica e de campo, onde, a partir de entrevista semi-estruturada, os militantes da Entidade respondem como veem a luta dos movimentos sociais contra a implantação dos grandes projetos na Amazônia; como veem a luta, as articulações do movimento para o enfrentamento da implantação da UHE de Belo Monte e, que estratégias estão implementando para participar ativamente desse processo. Os resultados preliminares apontam uma fragilidade na articulação do movimento, fruto das dificuldades ligadas à distância entre a sede da entidade e o Movimento.

Daniel Ladeira Almeida – UFABC, Claudio Luis de Camargo Penteado - UFABC e Erich Kellner – UFABC (ST7)

A ocupação dos mananciais do reservatório Billings e suas consequências na geração hidroenergética da Usina Henry Borden

O crescimento industrial na capital paulista cooperou para o adensamento urbano dos municípios no entorno do reservatório Billings. Durante os estudos da evolução da ocupação do reservatório Billings foi observado uma queda no aporte hídrico e qualidade das águas do reservatório, fato que contribuiu para a diminuição da produção hidroenergética da Usina Henry Borden. Sob o ângulo teórico e documental foi evidenciado que as infraestruturas viárias levaram a ocupação dos mananciais do reservatório sem o devido comprometimento com a qualidade ambiental dos agentes que necessitam do reservatório Billings para o abastecimento público, e o fornecimento de energia elétrica.

Dayana Ferreira Alves Veloso – UFU (ST9)

Efeitos sociais e espaciais da construção de barragens no rio Araguari – MG: análise do trecho entre as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar II e Itumbiara

Este trabalho analisa as formas de apropriação do território que se localiza entre duas usinas hidrelétricas no Rio Araguari – MG, Brasil. A pesquisa se justifica pela pouca atenção oferecida às populações que residem à jusante de grandes empreendimentos, assim devemos nos perguntar qual a atual condição de vida dos moradores, qual a percepção de quem reside após a última usina hidrelétrica do rio Araguari em relação à construção de grandes projetos, os deslocamentos compulsórios e as atividades desenvolvidas atualmente pela população. O objetivo desta pesquisa se resume em conhecer a realidade social e ambiental entre as Usinas Hidrelétricas de Amador Aguiar II e Itumbiara. O levantamento bibliográfico, a identificação das obras teóricas e o trabalho empírico serviram de base para o desenvolvimento da pesquisa que esta sendo financiada pela Fundação de Amparo à pesquisa do Estado de Minas Gerais - FAPEMIG. Palavras-chaves: Hidrelétricas, rio Araguari, efeitos sociais.

Deborah Werner – Unicamp (ST5)

O espaço urbano e os grandes projetos hidrelétricos na região Amazônica

A proposta de artigo tem como objeto de análise os aspectos urbanos dos grandes empreendimentos hidrelétricos na região Amazônica. Com o intuito de mitigar e compensar os impactos nas regiões em que os projetos se inserem, a legislação ambiental determina investimentos urbanos por parte do empreendedor. Desse modo, no recente período de expansão em que se retomam os grandes projetos hidrelétricos na região Amazônica, os mesmos tem sido relacionados ao desenvolvimento das regiões em que se inserem, tanto pela magnitude dos investimentos quanto pelo arcabouço institucional referente às questões ambientais que argumentam a possibilidade de compatibilizar os grandes projetos hidrelétricos ao desenvolvimento sustentável. No entanto, a hipótese assumida é que as condições sociais e a carência infra-estrutural no espaço urbano Amazônico acabam por legitimar os argumentos favoráveis à necessidade dos grandes projetos de investimento, incluindo as hidrelétricas, de modo a arrefecer o questionamento sobre o modo de apropriação do referido território.

Denison da Silva Ferreira – UFPA (ST5)

Dos primórdios da construção da UHE de Tucuruí à nova fronteira econômica na região amazônica

A UHE de Tucuruí foi concebida como uma expressão da ideologia desenvolvimentista que marcou os grandes projetos governamentais do Estado brasileiro, e das estratégias estabelecidas pela política de modernização conservadora para o desenvolvimento da região norte, a partir da década de 60. O objetivo básico da construção da barragem de Tucuruí, além de fornecer energia para os empreendimentos minero-metalúrgicos na Amazônia, era garantir a integração do território amazônico (ROCHA 2008). Assim, busca-se aqui analisar este contexto, bem como a proposta de implantação das Eclusas de Tucuruí como nova fronteira econômica na Amazônia. Portanto, Hidrovia Araguaia-Tocantins e as Eclusas de Tucuruí representam um novo arranjo espacial visando atender as demandas do agronegócio e dos grandes projetos minerais na Amazônia. Assim, têm-se que agora mais que nunca, “todos convergem para o lago” sobretudo aqueles atraídos pelas “benesses” que poderão advir a partir do funcionamento das Eclusas.

Deuzélia Patricia Valente Machado – UFPA, Glaucy Learte da Silva – UFPA e Samara Barriga Dias – UFPA (ST2)

Usina Hidrelétrica de Belo Monte: uma análise sobre seus impasses e impactos enfocando o papel dos movimentos sociais nesse processo.

A discussão que aqui se enseja, está imbricada no processo de implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, projetada a ser construída no Rio Xingu no estado do Pará, quais os impasses sofridos desde sua primeira idéia de implantação até os dias atuais, os agentes envolvidos nessa empreitada, os impactos sofridos por quem participa do processo e como os movimentos sociais estão se manifestando. Faremos um breve panorama das principais discussões em torno dos movimentos sociais nos últimos anos, visando confrontá-los com o que nosso estudo aborda. A partir do momento em que recursos naturais são disputados, os conflitos são demarcados e a Amazônia é um dos grandes palcos onde isso ocorre. As resistências ao Complexo Hidrelétrico de Belo Monte advêm necessariamente dos indígenas, de ONGs, Igreja Católica e principalmente, dos movimentos sociais que lutam pelos direitos das minorias, obrigando a sociedade a repensar a forma como o “progresso” vem tomando espaço em nossas vidas.

Diego Bruno Silva de Oliveira – UFPB e Tássio Barreto Cunha – UFPB (ST2)

O canal da redenção: Fonte de água ou de conflitos?

O Estado da Paraíba tem mais de 70% de seu território dentro de uma área de clima semi-árido, sendo a água um forte entrave para seu desenvolvimento. Calcado num falso determinismo fisio-climático, nossos governantes sempre atuaram nestas áreas com a construção de grandes obras no setor hídrico, como barragens, adutoras e canais de transposição. O projeto das Várzeas de Sousa foi lançado pelo Governo da Paraíba em 1998, através de uma parceria entre o Governo Federal, por meio do Ministério da Integração Nacional, e o Governo do Estado da Paraíba. Embora a finalidade do projeto seja outra, percebemos após sua conclusão que o mesmo é de benefício dos grandes proprietários de terras, reafirmando a estrutura fundiária já existente no Estado da Paraíba. É neste contexto que analisaremos a água num ponto de vista econômico, mostrando como nos últimos anos ela têm tornado-se cada vez mais uma mercadoria, servindo como um instrumento político de dominação do território pela classe dominante. Palavras Chaves: Semiárido, Canal da Redenção, Conflitos.

Edcarlos Mendes da Silva – UFBA e Guiomar Inez Germani – UFBA (ST4)

Desterritorialização sob as águas de Sobradinho: ganhos e desenganos

O presente trabalho discute as consequências espaciais da construção da Barragem de Sobradinho para as populações deslocadas da área, mais especificamente no município de Remanso-BA. A análise geográfica é empreendida a partir do conceito de território, como concretude do modo de vida e como identidade daquelas comunidades, a propósito do projeto de desenvolvimento do Estado, que demonstrou por discurso e por ações a concepção das comunidades locais como “cidadãos de segunda classe”, ou obstáculo a ser superado, ao tempo que apresentou as novas moradias, especialmente a nova cidade, planejada, materializando um discurso modernizante, nos moldes geopolíticos da época, e oportunizado por classes sociais locais e os interesses capitalistas que passaram a exercer forte influência na região. A realidade atual demonstra que o progresso realmente se efetivou, mas seu acesso não foi acessado por todos os moradores da área, e especificamente pelos atingidos pelo reservatório.

Edna Ramos de Castro – NAEA (ST5)

Ações do Estado e estratégias empresariais: o setor mineral e a construção de novas usinas hidrelétricas na Amazônia.

Este artigo se propõe a analisar as instâncias públicas que desempenham funções importantes nos processos decisórios desde o planejamento à liberação de licença para instalação das grandes obras hidrelétricas. Os trâmites são complexos e demorados, com tensões entre órgãos, competências e instâncias deliberativas, de fiscalização e articulação. Por outro lado, essa análise exige a compreensão do campo, de forma mais ampla, razão de se inserir a pesquisa sobre os agentes empresariais e como estes se articulam nacional e internacionalmente, e suas estratégias (discurso e práticas) para garantir a execução de grandes projetos hidrelétricos. O paper pretende trazer luz sobre os interesses em jogo do setor mineral, o processo de privatização da Vale e os novos conflitos (sociais, ambientais) que emergem da relação desses empreendimentos com os territórios sociais, os vales dos rios submetidos ao processo de alteração de seus cursos, bem como mudanças no rumo da história de ocupação do território. Toma-se como recorte empírico os projetos de mineração e suas demandas concretas de energia hidrelétrica.

Eduardo Campbell – IPPUR/UFRJ (ST1)

Privatização do Setor Elétrico Brasileiro: novas estratégias de disputa na relação atingido/empreendedor – o caso da UHE Aimorés

Este trabalho se insere no sub-projeto Observatório Sócio-Ambiental de Barragens que compõe o projeto de pesquisa Setor Elétrico, Território, Meio Ambiente e Conflitos Sociais- SETMACS, vinculado ao Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza (ETTERN), sediado no Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). Analisa as relações sociais e territoriais construídas nos processos de planejamento, implantação e operação de barragens, em particular para a geração de energia elétrica, as formas de disputa e conflito na relação atingido/empreendedor no período posterior à reestruturação do Setor Elétrico Brasileiro e o tratamento dado por esses atores aos problemas sociais decorrentes da construção de grandes barragens que geram importantes impactos sociais e ambientais. Tenta compreender o tratamento dado por esses atores aos problemas sociais decorrentes da construção de grandes barragens, como a UHE Aimorés.

Eduardo Pessoa de Queiroz – ANTAQ e Fábio Augusto Giannini – ANTAQ (ST5)

A importância das eclusas nos barramentos para o transporte aquaviário no Brasil. O objetivo deste trabalho é demonstrar a importância da previsão de eclusas nos empreendimentos do setor elétrico para o desenvolvimento do Brasil. Para tanto, realiza-se uma análise descritiva do atual quadro brasileiro, sempre sob o prisma dos conceitos de uso múltiplo das águas e da multimodalidade. Faz-se ainda uma análise da experiência internacional. Verifica-se que o modal hidroviário ainda é pouco utilizado, apesar das suas vantagens econômicas, sociais e ambientais. Um dos fatores que podem explicar este fato é o conflito na utilização das águas, em especial entre o setor elétrico e o de transportes. A falta de previsão de sistemas de transposição de barragens nas usinas hidrelétricas impossibilita o transporte hidroviário. Entende-se que este quadro somente será superado por intermédio de uma política territorial integrada.

Elder Pereira Beltrame – UNEC (ST4)

A realocação dos atingidos pela construção da hidrelétrica Baguari/MG: As percepções do espaço vivido.

Dentre os impactos provenientes de empreendimentos hidrelétricos analisamos aqueles incidentes sobre a relação subjetiva entre homem/território, de natureza imaterial e de difícil mensuração para fins compensatórios e ainda pouco considerados nas medidas mitigatórias promovidas por empreendimentos hidrelétricos. Para tanto realizamos estudo empírico com a comunidade rural de meeiros do distrito de Pedra Corrida, diretamente atingida pela UHE Baguari-MG. O pressuposto é que o homem apropria dimensões simbólicas e identitárias do território em que vive, estabelecendo uma relação de mútuo pertencimento que sofrerá alterações com o processo de territorialização da barragem que exige a cessão de espaço para a usina e impõe uma desterritorialização do atingido. A análise mostra a relação estreita entre o grupo de meeiros e o seu território e o complexo processo de adaptação com o novo local de vida, de convivência e de produção. Palavras-chave: atingido; território, desterritorialização

Elida do Socorro Monte da Silva – IFPA e Oberdan da Silva Medeiros – IFPA (ST2)

A questão da organização dos Atingidos por Barragem hoje: o caso Lago de Tucuruí

O trabalho objetiva a apresentação de como os movimentos sociais estão em debate no Brasil e no mundo tendo no foco a discussão das visões opostas aos fins das políticas desenvolvimentistas e de como estes buscam atingir seus objetivos. Fez-se uma contextualização histórica da ocorrência do MAB relacionando-o ao modelo de geração de energia e construção das hidrelétricas. Percebendo até que ponto o MAB é visto como um movimento popular, do ponto de autonomia de sua organização local (Região do Lago de Tucuruí) em relação a sua organização nacional. Verificou-se quais elementos levam os atingidos direta e indiretamente, a se mobilizar em defesa de seus direitos, não havendo fronteira de países, cor, sexo, religião ou opção político-partidária influenciando o movimento. Analisando o embate político na construção de posturas norteadoras de responsabilidades dos agentes sociais e possivelmente de suas relações institucionais, além da situação na qual se encontra nossa complexa sociedade.

Elisangela Soldateli Paim – UBA (ST9)

Governos e empresas decidem de forma ditatorial sobre a construção de represas binacionais no rio Uruguai

Desde o início dos anos noventa a América Latina atravessou distintas etapas do capitalismo neoliberal. No Brasil as bases para as reformas neoliberais surgiram nos últimos governos militares. Considerando a crescente atuação da diplomacia brasileira nas cúpulas regionais e, principalmente, a quantidade de projetos de infraestrutura que o país está impulsionando na América do Sul através da Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana (IIRSA) é possível afirmar que o país tem um papel de protagonista na região. Internamente, as conexões físicas do país com seus vizinhos foram ampliadas com a implementação dos Eixos Nacionais de Desenvolvimento e, atualmente, com obras do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC 1 e 2). Tomando o exposto como antecedente, o artigo apresentará a planificação do Complexo Hidrelétrico Garabi, previsto para ser implantado no rio Uruguai, na fronteira entre o Brasil e a Argentina. Discutido pelos dois países desde os anos setenta, durante as últimas quatro décadas o projeto atravessou distintas etapas de “avanços” e paralisações. Desde fevereiro de 2008, os governos da Argentina e Brasil firmaram uma série de acordos relacionados com a integração energética binacional. A construção do Complexo Garabi é considerada pelos presidentes como prioritária, possuindo inclusive um cronograma e previsão de data para iniciar as obras.

Elói Martins Senhoras – UFRR (ST1)

Securitização energética e a geopolítica dos recursos naturais na América do Sul: Uma discussão sobre os processos de integração e fragmentação

O presente artigo estuda a problemática da securitização energética e de exploração dos recursos naturais na América do Sul com o objetivo de demonstrar a existência de uma geopolítica eminentemente transescalar que produz vetores de integração e fragmentação, envolvendo relações locais e internacionais. A partir da investigação dos recursos naturais, a pesquisa demonstra que toda formação territorial é um processo relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica de construção sócio-espacial permeada por um campo de poder. Com esta discussão busca-se compreensão da interdependência complexa trazida pelas sensibilidades e vulnerabilidades criadas pelas relações internacionais de exploração dos recursos naturais por meio de processos reticulares de abertura e fechamento dos territórios. Objetiva-se demonstrar que toda formação territorial é um processo geopolítico relacional de construção, destruição e reconstrução material e simbólica que revela uma dinâmica histórica de construção sócio-espacial permeada por um campo de poder.

Elvis Pereira Barbosa – UFRRJ/UESC (ST6)

Arqueologia em zonas de barragens

A construção de barragens envolve uma série de medidas prévias com alguns parâmetros mínimos que tem por finalidade a preservação do conhecimento adquirido sobre a fauna, a flora, o patrimônio cultural material e imaterial das áreas a serem impactadas pelas obras de engenharia. Neste sentido, vem ganhando força nos últimos anos entre diversos profissionais, a mobilização empreendida pela SAB (Sociedade de Arqueologia Brasileira) e pelo IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional) para que seja respeitada a legislação em vigor e que possam ser adotadas novas medidas que atuem como catalizadoras de ações envolvendo atividades de pesquisa que valorizem estudos em torno da cultura material dos povos do passado e a divulgação destes trabalhos para as comunidades que vivem na Área Diretamente Afetada pela construção das barragens. Este trabalho se propõe a discutir parte do problema que envolve a Arqueologia em zonas de barragens.

Eneida Corrêa de Assis – UFPA (ST3)

Índios e Barragens. Balbina e Belo Monte: refletindo sobre a participação dos indígenas

Em 1970 teve início a construção da UHE de Balbina no rio Uatumã a 180Km ao Norte de Manaus-AM. foi considerada por especialistas como uma tragédia ambiental acrescida de um alto valor de custo e baixa potencia de energia. Segundo Baines (1994), Balbina pode ser vista como um exemplo de política indigenista, representada à época pelo Programa Waimiri-Atroari (convênio FUNAI/ELETRONORTE), no qual os indígenas representados por algumas lideranças aliciadas falam em favor do projeto, dando a impressão de que decisões cruciais para seu povo e ambiente são oriundas dos mesmos. A UHE Belo Monte vive um debate desde 1987, no qual indígenas e representantes da sociedade civil têm se manifestado de forma veemente contra a construção da hidrelétrica do Xingu, apontada pelo governo como um modelo de hidrelétrica do futuro apesar de especialistas apontarem a ineficácia de Belo Monte. No passado, Balbina recebeu avaliação tanto energética quanto ambiental desfavorável ao projeto. Este trabalho se propõe analisar a partir da literatura existente, o processo de participação dos indígenas nestes eventos.

Erika Simone da Silva Bentes – NUMA/UFPA, Ynis Cristine de Santana Martins Lino Ferreira – NUMA/UFPA e Sônia Barbosa Magalhães – NUMA/UFPA (ST5)

ICMS ecológico no Pará: Um subsídio para os municípios atingidos por barragens?

O objetivo deste trabalho é discutir a inclusão dos municípios atingidos pela construção de hidrelétricas, na implantação do ICMS Ecológico no Estado do Pará. Reflete sobre a possibilidade de se considerar como critério de distribuição para repasse do ICMS os reservatórios de água destinados a fins hidrelétricos. Assume-se que há impactos ambientais negativos para municípios onde se implanta o reservatório e para os de jusante. Assim, o ICMS Ecológico se constitui em um importante instrumento de justiça fiscal para municípios atingidos por barragens, que atualmente possuem baixa arrecadação de ICMS. O artigo tem como pano de fundo a simulação das variações nas contas públicas dos municípios relacionados à UHE de Tucuruí e de Belo Monte, a partir da implementação do ICMS Ecológico no Estado. Como forma de analogia é analisada a Lei nº. 8.510, do Estado de São Paulo, que contempla como critério de distribuição de ICMS, os reservatórios de água destinados à geração de energia elétrica.

Eunápio Dutra do Carmo – CESUPA (ST02)

Deslocamentos de ribeirinhos na Amazônia: Impactos, educação e lutas políticas em Barcarena

O objetivo do trabalho é analisar os processos de formação inerentes à reestruturação capitalista e desestruturação sócio-espacial vivenciados por uma comunidade de pequenos agricultores e pescadores – Nova Vida, localizada em Barcarena (Amazônia Oriental), Belém, Pará, Brasil – em contato e interação com a empresa de capital transnacional Pará Pigmentos S/A. Esse território pode ser descrito como um local de crescente expansão da mineração na região amazônica. Nessa dinâmica social, com vetores do modelo capitalista de produção, se insere este trabalho que assume como linha de investigação as reflexões sobre mineração, impactos sócio-ambientais e organização social das comunidades, tendo como objeto os processos de formação de comunidades desterritorializadas dos seus espaços pré-existentes, localizadas em áreas de expansão das empresas mineradoras. Para tanto, adotou-se a abordagem qualitativa, utilizando a técnica de pesquisa de campo e estudo de caso, valendo-se dos seguintes instrumentos: observação simples, pesquisa documental, entrevistas abertas e história de vida. Quanto aos resultados, percebem-se atuações articuladas de grupos sociais organizados no sentido da indução ao desenvolvimento local no contexto de resistência e negociação promovida por esses grupos no bojo de suas lutas micropolíticas em direção ao bem-estar humano e coletivo.

Evandro Nesello – UFRJ e Sandra Aparecida Alves (ST2)

Barragens e mineração no Estado de Goiás

Este trabalho visa fazer um breve relato das lutas dos atingidos organizados no Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB em Goiás, buscando compreender suas perspectivas e desafios diante dos projetos de construção de barragens desenhados e empreendidos sobre os rios e sobre a vida de centenas de pessoas que há muito vivem nos vales desses rios. A partir da história das lutas dessas pessoas que se tornam sujeitos coletivos a partir da investida do capital sobre suas vidas é possível perceber também a articulação das empresas barrageiras com outros setores do capital, como a mineração. Diante do desafio exposto é que se busca fazer uma contextualização da organização do Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB em Goiás, a partir da organização dos atingidos nos vales dos rios. Ao propor estudar a localizações das barragens, em torno das empresas de mineração no Estado de Goiás, se pretende fazer uma análise histórico-geográfica da organização das mineradoras em relação às barragens.

Fabian Serejo Santana – UFT (ST4)

A voz dos (des)territorializados: o processo de formação da consciência sócio-jurídica dos atingidos pela UHE - Lajeado no Assentamento Córrego Prata.

O conceito de consciência jurídica é entendido como sendo a noção clara, precisa, exata, dos direitos e dos deveres que o indivíduo tem, vivendo em sociedade, para consigo mesmo, para com seus semelhantes e para com a sociedade. No que tange aos assentamentos, questiona-se como esta consciência surge ou se revela ante o processo de desterritorialização provocado pela construção de grandes barragens. Para melhor caracterização desse processo, a pesquisa baseia-se no estudo de caso do assentamento Córrego Prata, localizado a 44 km do município de Porto Nacional e 22 km de Palmas, capital do Tocantins, às margens da TO-050. Este assentamento surgiu em decorrência da construção da Usina Hidrelétrica Luis Eduardo Magalhães no município de Lajeado – TO. No local encontram-se 91 famílias reassentadas e 82 permutadas e segundo o plano de desenvolvimento do projeto de reassentamento as atividades desenvolvidas eram de lavrador, olericultura, caseiro, vaqueiro e formador de chácara.

Fernanda Salgueiro Borges – Universidade Presbiteriana Mackenzie (ST7)

“Hidrelétrica de Belo Monte: impactos socioambientais, consequências e soluções possíveis”

O presente trabalho tem por objeto a análise dos instrumentos jurídicos de compensação dos danos ambientais causados pela criação da hidrelétrica de Belo Monte, com base nos Princípios Ambientais constitucionais, em especial da precaução e do poluidor pagador, uma vez que o Estudo de Impacto Ambiental realizado e aprovado pelo IBAMA foi notoriamente realizado às escuras, em absoluto desrespeito e descaso às legislações nacionais e internacionais a respeito dos Direitos Humanos, Direitos Sociais, Direitos dos Povos Indígenas, Direitos Transindividuais, como o meio ambiente equilibrado às presentes e futuras gerações. Ademais, o RIMA BELO MONTE, desconsiderou por completo o Princípio Constitucional da Responsabilidade Objetiva do Estado (art. 37, §6º), cuja reparação civil independe de prova, bastando-se o nexos causal entre o fato e o dano, a qual deverá ser exigida por todos os atingidos, tanto diretos quanto indiretos da Barragem de Belo Monte em razão dos prejuízos materiais e morais a serem sofridos.

Fernando Anísio de Oliveira Simas – FAE e Nilson Cesar Fraga – UFPR/FAE (ST5)

O Planejamento de barragens para a navegação fluvial e o controle de enchentes no Rio Itajaí-açu em Blumenau (SC): uma análise comparativa com a região de Braunschweig na Alemanha.

As Barragens no Brasil foram planejadas para a produção de energia, reserva de abastecimento de água e mitigação de enchentes em áreas de inundações. Porém, atualmente, as barragens oferecem muitas alternativas ao desenvolvimento de uma região, e sua construção deve ser considerada em todos os aspectos econômicos, sociais e ecológicos, com os seus ônus e bônus para as mais diversas populações que habitam a região de influência de sua construção. Este estudo percorre o desenvolvimento do Vale do Itajaí e a importância que o rio Itajaí-açu teve na sua formação urbana e econômica. Com foco no desenvolvimento urbano e no planejamento regional, esta pesquisa qualitativa apresenta resultados com base em pesquisa bibliográfica, entrevistas, pesquisa de campo e percepção do ambiente natural e construído. A proposta desta pesquisa é, então, apresentar alternativas para reverter o atual quadro de degradação e subutilização do mais importante rio da porção litorânea do estado de Santa Catarina.

Fernando Garcia de Oliveira – UFCG e Osvaldo Bernardo da Silva – Coordenação Regional Nordeste do MAB (ST2)

Assessoria da UFCG aos atingidos de acauã, na Paraíba.

Este trabalho trata da assessoria prestada por professores e alunos da Universidade Federal de Campina Grande aos atingidos pela barragem de Acauã. Pretende-se fazer a discussão deste processo, que começa no início de 2002 e continua sendo feito, através das oficinas que foram realizadas, boa parte delas numa parceria da UFCG com o MAB nacional. A assessoria aos atingidos de Acauã é bastante ampla uma vez que, ao longo do tempo, uma gama de atividades foi realizada. Com a presença de representantes do MAB nacional e da UFCG, se realizaria em Pedro Velho, nos dias 20 e 21 de dezembro de 2002, o primeiro encontro dos atingidos de Acauã, contando com representantes de todas as comunidades atingidas. É bastante amplo o leque de atividades levadas a efeito no âmbito desta assessoria prestada. Finalmente, trata-se de revisitar o material produzido nas oficinas, transcorridas de 2002 a 2009, com o intuito de refletir sobre seus significados tanto para a organização do movimento dos atingidos quanto em termos da ação de assessoria prestada pela UFCG.

Fernando Mieis Caus – UFES e André Luiz Nascentes Coelho - UFES (ST7)

Efeitos ambientais e territoriais a jusante dos barramentos no canal principal do baixo rio doce – ES – Brasil

O presente trabalho que é parte de um estudo maior teve como objetivo principal avaliar os efeitos ambientais e territoriais a jusante dos barramentos no canal principal do Baixo Rio Doce - ES - Brasil com uso de geotecnologias, análise dos dados da série histórica das vazões, uma a montante e duas a jusante das UHEs de Mascarenhas e Aimorés, além de diversas campanhas de campo. Constatou que o rio Doce, o maior manancial de água doce superficial do Espírito Santo apresenta níveis elevados de erosão de suas margens e assoreamentos, resultante de um conjunto de intervenções ao longo dos anos de forma não planejada, entre elas: o processo histórico de ocupação associado ao desmatamento intenso nas últimas décadas, prática de monoculturas como eucalipto, uso descontrolado da água nos setores agrícola, urbano e industrial, potencializado pela geração de energia. Diante deste contexto, foram traçadas diretrizes gerais visando à recuperação e o uso mais sustentável das águas da bacia.

Florencia Delgado – Universidad Nacional de Villa María e Cecilia Quevedo – Universidad Nacional de Villa María (ST2)

La ciudadanía, la recuperación del actor político y la idea asamblearia en los grupos de resistencia socioambientales.

El modelo de desarrollo imperante, basado en un insostenible y desigual aprovechamiento de los bienes y servicios ambientales provistos por el planeta, se encuentra en crisis. Esta situación de injusticia le otorga a dicho modelo una propensión estructural a la aparición de recurrentes conflictos ambientales y sociales; situación que presenta un gran desafío a diferentes escalas: promover un proceso de desarrollo humano y abordar de manera democrática la conflictividad de la relación entre naturaleza y sociedad. La ponencia se enmarca en el proyecto de investigación “Conflictos socio ambientales en Argentina. Génesis y proceso”. Se propone caracterizar los conflictos territorio ambientales que han aparecido en los últimos años, como expresiones populares de resistencia y reacción ante la voracidad devastadora del modelo extractivo impuesto bajo la hegemonía de las políticas neoliberales. Busca indagar acerca de cómo se generan los conflictos, quienes son los actores involucrados.

Francisco Alfonso Guzmán Andrade – UE/UAG (ST4)

Una propuesta de desarrollo integral para comunidades reubicadas por la construcción de represas

La forma imperativa con que se han construido las represas en los países pobres ha generado una justificada reacción por parte de las personas reubicadas, en primer lugar, pero también por parte de grupos ambientalistas, de defensores de derechos humanos y preservación de la cultura, por señalar algunos. La lucha contra este tipo de proyectos también ha implicado posiciones fundamentalistas en el sentido de estigmatizar en sí a las represas, otorgándoles poderes catastróficos per se, por lo que, según ellos, no es posible alguna propuesta alternativa. Aunque más débiles en argumentos, los defensores de tales proyectos argumentan en su favor los beneficios macroeconómicos que generan, casi siempre regionales, así como las oportunidades que se abren para un posible desarrollo local y hasta regional, ello fundamentado en que fuera de este tipo de proyectos, es casi imposible que lleguen inversiones o que puedan generarse estas de manera endógena, en los lugares objeto del proyecto.

Frederico Duarte Irias – UERJ (ST1)

A Luta dos povos tradicionais de Rondônia atingidos pelo Complexo Madeira

Em nosso trabalho pretendemos explorar o conflito entre os agentes hegemônicos e as formas autóctones que estão envolvidos na construção do Complexo do Rio Madeira. Os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) constituem-se como base concreta da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infra-estrutura Regional Sul-Americana). Esta prioriza a integração física, através de projetos de transportes, energia e comunicação, com a finalidade de exportação de produtos primários para o Atlântico, Pacífico e Caribe. Esta apropriação territorial contrasta, porém, com as dificuldades vividas pela população da região, que por sua vez, pretende formular alternativas a estes projetos. Pensamos que o conflito estabelecido e seus desdobramentos podem nos fornecer a base para vislumbrarmos horizontes quanto a política nacional de desenvolvimento regional. Nosso intuito é entender a ação das múltiplas narrativas sociais, visando o projeto de radicalização democrática.

Gedeval Paiva Silva – UFBA e Guiomar Inez Germani – UFBA (ST8)

A ação do estado na construção de barragens e os seus rebatimentos territoriais: As novas formas de uso da terra e questão agrária após a construção da barragem de Anagé – Bahia.

Esse estudo tem analisado as transformações territoriais promovidas pela construção da barragem de Anagé, obra gerenciada pelo DNOCS. A barragem foi projetada com os objetivos de perenizar o Rio Gavião, garantir o abastecimento humano, além de possibilitar a instalação da agricultura irrigada e o desenvolvimento da piscicultura. A partir das entrevistas e da pesquisa em arquivos e documentos históricos, têm-se constatado que os objetivos do projeto da barragem foram parcialmente atendidos, dois municípios são beneficiados pela água para abastecimento humano, o trecho do rio a jusante da barragem foi perenizado. Entretanto a agricultura irrigada que se instalou tem promovido a expansão do agronegócio e como consequência a expropriação de camponeses e a sua transformação em assalariados ou bóias-frias. A expropriação ocorreu em dois momentos, no contexto da construção quando foram atingidas cerca de 800 famílias e atualmente a com o processo de valorização e a venda das terras.

Ghislaine Duque – UNIVASF (ST8)

Sobradinho, 30 anos depois

A barragem de Sobradinho alagou uma área de uns 4.200 km², implicando a transferência de aproximadamente 70.000 pessoas que tiveram que abandonar não só suas casas e o local de suas atividades produtivas, mas todo um ambiente de vida repleto de lembranças e afeto. Na época atribuíam-se ao governo militar o caráter autoritário dessa operação. O objetivo da barragem era produzir energia hidrelétrica para a industrialização do Nordeste, em função de uma concepção do “desenvolvimento” priorizando os interesses do capital nacional e internacional. Hoje, constata-se que, apesar da redemocratização do país, os interesses do capital continuam prevalecendo. Exemplos disso são o projeto de transposição do São Francisco (uma das obras do PAC) com altos custos em benefício do agronegócio, e a soberania das indústrias químicas que inundam a região de agrotóxicos. Mas estão nascendo uma atitude proativa dos movimentos sociais e uma nova sensibilidade para a questão ambiental.

Gilberto Carlos Cervinski – MAB (ST5)

A materialização do modelo energético brasileiro na bacia do rio uruguai

A problemática aqui apresentada, refere-se às hidrelétricas na bacia do rio Uruguai, divisa dos estados do Rio Grande do Sul e Santa Catarina. Trata-se de um conjunto

de sete hidrelétricas já construídas e várias outras planejadas. Faz uma reflexão sobre a materialização do modelo energético brasileiro na bacia do rio Uruguai e suas conseqüências. Busca desenvolver um balanço da construção de hidrelétricas nesta região a partir das sete usinas já construídas. Este texto apresenta uma sistematização das questões centrais que envolvem a construção de hidrelétricas. Estas obras de geração de energia, que foram anunciadas há 30 anos e que paulatinamente estão sendo construídas na região, e varias outras estão planejadas, estão a serviço de que e para quem? Qual é de fato o resultado para o povo da região e para o país?

Gilberto de Miranda Rocha – UFPA (ST7)

A dimensão urbana do risco ambiental: a cidade de Altamira e o complexo hidrelétrico de Belo Monte na Amazônia.

Esse artigo tem por objetivo evidenciar a utilização da categoria risco ambiental nos estudos geográficos urbanos e populacionais que normalmente estão presentes nas avaliações de “impacto ambiental” presentes nos EIA/RIMA. E, igualmente contribuir para a compreensão das implicações e impactos de usinas hidrelétricas sobre populações e espaços urbanos relevando, especificamente, a implantação do CHE de Belo Monte. Altamira constitui a principal cidade da mesorregião do sudoeste do estado do Pará. Historicamente constituída como cidade eminentemente ribeirinha uma vez que surgiu no contexto histórico moldado pela economia de base extrativista tendo os cursos d’água papel relevante na constituição da rede urbana regional, Altamira, desde, pelo menos, a década de 1970 vem reconhecendo redefinição da sua estrutura urbana. A construção do reservatório hidráulico do Complexo Hidrelétrico de Belo Monte deverá transformar essas áreas de inundação na periferia urbana de Altamira em áreas permanentemente inundadas.

Gilca Garcia de Oliveira – UFBA e Pablicio Vieira Moura – UFBA (ST1)

Tipologia das barragens do estado da Bahia, 2009

Esta pesquisa foi desenvolvida pelo Grupo de Pesquisa Projeto Geografar junto ao “Inventário Socioambiental das Barragens na Bahia”. Buscou-se, além de confrontar com o balanço energético do Estado, identificar e mapear, de acordo com a tipologia de finalidade de uso, as principais barragens baianas. Tem-se 528 barragens, represas ou açudes, 38 em construção e 62 projetadas no estado da Bahia. Normalmente as barragens têm usos múltiplos como: geração de energia, irrigação, piscicultura, criação

de animais e abastecimento, que seria a principal finalidade. O uso exclusivo para a geração de energia elétrica se deu somente em duas barragens. Os municípios que concentram maior número de barragens são: Barra do Medes, Brumado, Jacobina, Poções, Queimadas, Salvador e Senhor do Bonfim. Verificou-se que a maioria dos empreendimentos teve sua adequação voltada à visão desenvolvimentista com privatização dos recursos hídricos promovendo a exportação dos recursos naturais.

Gisela Aquino Pires do Rio – UFRJ (ST5)

Áreas Úmidas, Patrimônio e Território em Espaços Transfronteiriças: uma visão estratégica para a água?

O emprego da noção de patrimônio ao conjunto de bens materiais e imateriais como resposta às ameaças que sobre eles incidem está atribuindo uma qualificação distinta à natureza: diante da irreversibilidade da degradação dos ambientes, uma natureza-patrimônio emerge como objeto híbrido de gestão. Discutir o processo de patrimonialização de áreas úmidas tomando como referência convenções internacionais é, no nosso entender, examinar os fundamentos de criação de territórios especialmente regulados. Para aquelas convenções, as áreas úmidas comportam ecossistemas com capacidade de conservar as condições de reprodução para gerações futuras. Patrimonializá-las implicaria em apropriar e regular, rementendo, assim, a novas territorialidades. Na análise empreendida, tomamos o Pantanal Matogrossense, ligação entre as bacias Amazônica e Platina, como unidade espacial para ilustrar a discussão proposta. Para além do quadro deste trabalho, emergem questões sobre territorialidade, extraterritorialidade e sistemas descentralizados de governança em meso escala

Glauca Maria Quintino Baraúna – UFAM (ST2)

Mobilização e conflito sócio ambiental no Rio Madeira

O atual estudo é fruto da experiência de pesquisa acadêmica desenvolvida a partir da elaboração de minha dissertação de mestrado, que se estende agora ao doutorado e das pesquisas sobre o projeto “Complexo Madeira” no Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia – PPGAS – UFAM. A região tem se tornado palco de disputas de vários interesses, que envolve governistas, empresários e os movimentos sociais. Os agentes sociais passaram a acionar os mecanismos políticos que pudessem lhes garantir o direito de permanecer na terra e a entrar na luta judicial

junto aos movimentos sociais, como o Movimento dos Atingidos por Barragens, agências voluntárias de apoio, “entidades confessionais”, pesquisadores professores e técnicos para evitar o ocorrido com os atingidos pela UHE de Samuel. Elegi para investigação, as tensões e os conflitos que afetam a vida dos agentes sociais como fato a ser estudado, principalmente no que tange a todas as transformações que assinalam o “Complexo Madeira”.

Glauco Macedo Medeiros – FAHESA/ITPAC, Myrian Nydes Monteiro da Rocha – FAHESA/ITPAC e José Francisco Mendanha – FAHESA/ITPAC (ST4)

Indenizações aos impactos da Usina Hidrelétrica do Estreito

Esta pesquisa tem como objetivo analisar relação das Indenizações aos Impactos da Usina Hidrelétrica do Estreito. Trata-se de um estudo de caso, segundo orientação empírica de produção e discrição do conhecimento. Procurou-se compreender a trajetória e concepções próprias das pessoas impactadas da Usina do Estreito, e as formas de inserção em novos espaços, avaliar os ganhos econômicos monetários e não monetários advindos dessas relações sociais entre impactados e a Usina. A temática da hidroeletricidade e impactos ao meio ambiente urbano ou rural é matéria recorrente no despertar do novo milênio. Empreendimentos hidroelétricos, à luz das transformações fáticas e implicações jurídicas representam necessária reflexão sobre os aspectos de afetação direta e suas consequências gerais e específicas sobre os impactados.

Glaucy Learte da Silva – UFPA, Samara de Nazaré Barrigia Dias – UFPA, Márcio Pereira de Sousa – UFPA, Gleyson Learte da Silva – UFPA, Luiz Eduardo Santos do Nascimento – UFPA e Deuzélia Patricia Valente Machado – UFPA (ST3)

Análise comparada dos possíveis impactos em torno da construção da Hidrelétrica de Belo Monte para Índios e Quilombolas tomando por base os efeitos da Hidrelétrica de Tucuruí no Pará e a idéia de progresso.

Este artigo discorre sobre os possíveis impactos ambientais que a as populações indígenas e quilombolas poderão enfrentar após a construção da Hidrelétrica de Belo Monte, fazendo referência aos impactos sofridos por essas mesmas populações no município de Tucuruí/Pa, ao ser implantada neste a Hidrelétrica. Entendemos que a

hidrelétrica de Tucuruí/PA fornece importantes lições para melhorar a tomada de decisões sobre a construção de grandes projetos públicos na região Amazônica e em outros lugares, porém parece que essas lições não foram aprendidas, fato este comprovado nos diversos embargos que vem sofrendo a construção da hidrelétrica de Belo Monte. Temos então uma variedade de problemas previstos para a construção de Belo Monte, semelhantes aos que ocorreram com a construção da Usina de Tucuruí e que precisam ser cada vez mais debatidos, para que possamos ter uma visão maior em torno de toda a situação e analisar que efeitos a construção de Belo Monte poderá vir a ter, principalmente sobre os povos indígenas e quilombolas, ambos excluídos do processo desenvolvimentista.

Guillaume Leturcq – Université du Maine (ST4)

As escolhas e as migrações dos atingidos pelas barragens

As grandes barragens hidrelétricas existem desde o final do século vinte. Desde as primeiras construções, notamos que os efeitos das grandes barragens são inúmeros, tanto positivos quanto negativos. É a partir do equilíbrio entre estes efeitos que as decisões são tomadas para dar início ou não à construção de uma obra. As primeiras décadas que marcaram a construção de obras deram mais importância à produção de eletricidade que às modificações estruturais que emergem em consequência das grandes obras. Mas, durante as três últimas décadas, o peso dos efeitos negativos começou a influenciar cada vez mais as tomadas de decisões. Participando da tomada de consciência global sobre a importância da natureza e o lugar do homem no seu meio ambiente, os fundamentos das barragens hidroelétricas também passaram a ser questionados. Para alimentar o debate sobre a necessidade e os métodos de construção, é necessário compreender bem os efeitos drásticos que estas obras podem causar.

Guiomar Inez Germani – UFBA e Edite Luiz Diniz – UFBA (ST6)

O processo de Construção de Barragens e Açudes no Estado da Bahia: o Inventário Socioambiental das Barragens na Bahia.

Este trabalho apresenta os principais resultados do Inventário Socioambiental de Barragens no Estado da Bahia, elaborado pelo Projeto GeografAR /UFBA. O resultado do levantamento das informações oficiais, de trabalhos acadêmicos, em periódicos e junto a arquivos de organizações e movimentos sociais permitiu identificar

543 barragens construídas; 40 em processo de construção e 62 Usinas Hidrelétricas e Pequenas Centrais Hidrelétricas projetadas. As barragens foram caracterizadas de acordo as informações técnicas e socioambientais ficando evidenciada a falta de dados sobre as populações atingidas. A partir do levantamento das informações referentes aos dados históricos do processo de construção foi possível identificar os conflitos gerados e a situação atual. Essas informações, organizadas numa base de dados retroalimentada dinamicamente, dão suporte à compreensão do processo de implantação e implementação das Barragens no Estado.

Gustavo Atila de Carvalho – UFABC, Iáudio Luis C. Penteado – UFABC e Roseli Frederigi Benassi – UFABC (ST2)

Conflitos Ambientais na Sociedade de Risco: O Caso da Usina Hidrelétrica de Itaipu

O artigo tem como objetivo discutir os conflitos decorrentes da implantação da Usina Hidrelétrica de Itaipu a partir da abordagem da teoria da “Sociedade de Risco”. Alguns conceitos desta teoria como: “explosividade social do risco” e “irresponsabilidade organizada”, são aplicados aos conflitos desencadeados na Itaipu, respectivamente no caso do evento da inundação das Sete Quedas e na morosidade no sistema jurídico que dificulta o acesso das populações afetadas pela usina às indenizações. Os conflitos ocorridos na Itaipu podem ser utilizados como exemplos na percepção de como os riscos advindos da sociedade industrial moderna podem afetar a parte da sociedade (principalmente populações de baixa renda), deste modo, os conceitos da “Sociedade de Risco” podem ser utilizados para que a sociedade faça uma reflexão sobre os riscos que empreendimentos como Belo Monte ocasionam, e assim, gerar ações (por ex., reformulação de políticas) que minimizem a ocorrência de conflitos.

Hemerson Luiz Pase – UFPel e Humberto José Rocha – Unicamp (ST4)

Políticas públicas e programas de remanejamento

A matriz energética nacional e particularmente das hidrelétricas tem ganhado importância nas ciências sociais pois a instalação de grandes usinas hidrelétricas envolve o remanejamento populacional compulsório que ocorre mediante a gestão do conflito de interesses entre a opção dos atingidos, as estratégias e projetos dos empreendedores, do Estado e dos mediadores envolvidos. Neste sentido, o objetivo deste trabalho é propor uma abordagem para analisar os programas de remanejamento das populações atingidas por empreendimentos hidrelétricos, cuja

base teórica e metodológica está assentada na análise das políticas públicas que interpreta a ação do Estado. O Estado contemporâneo age de forma direta, delegada ou concedida e legitima-se através da democracia que implica, necessariamente, a disputa e negociação de interesses. Os programas de remanejamento envolvem grande volume de recursos econômicos, alta dose de conflito e a necessidade de readaptação cultural e territorial.

Hudson Rodrigues Lima – UFU e Vicente de Paulo da Silva – UFU (ST6)

Inventário paisagístico sócio-espacial do alto curso do rio Araguari (bacia hidrográfica do rio Paranaíba-Paraná) em Minas Gerais

Este trabalho é parte do Projeto de Pesquisa “Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o Rio Araguari passo a passo e os efeitos sócio-espaciais da construção de barragens” realizado no Instituto de Geografia da UFU e financiado FAPEMIG. Os resultados parciais deste subprojeto contribui para a compreensão das diferenciações territoriais das populações atingidas pelas 6 barragens existentes ao longo do Rio Araguari, se relacionadas com as populações do alto curso do Rio Araguari, localizo no Parque Nacional da Serra da Canastra. Acreditamos que este estudo pode servir de referência para medidas de reparação, conservação e preservação de áreas ao longo do Rio Araguari onde se resguardam patrimônios sociais e ambientais importantes e de grande valor social e governamental deste Rio em que a sua capacidade hidrelétrica está muito utilizada. O material fotográfico e de som e imagem produzidos durante a execução do trabalho ganha um caráter de documentação geográfica para novos estudos e para uma educação sócio-espacial.

Inaê Nogueira Level – Universidade Federal de Rondônia (ST4)

Agricultura e pesca na agrovila de Novo Engenho Velho

O trabalho apresenta a análise de entrevistas colhidas entre os moradores da Agrovila do Novo Engenho Velho no ano de 2009. A partir dessas entrevistas procuramos criar referenciais para uma avaliação da qualidade de vida que os mesmos possuem atualmente – usamos o conceito de Avaliação de Equidade Ambiental (Henri Acselrad, 2009). Como o padrão de produção é o elemento fundamental nessa mensuração, o foco deste artigo é a questão da agricultura e pesca, antes e depois do reassentamento compulsório. Os relatos se originam de visitas periódicas à

agrovila e da realização subsequente de entrevistas qualitativas sobre como essas duas atividades (agricultura e pesca) foram afetadas pelas obras da UHE de Santo Antônio, primeira do Complexo Hidrelétrico do Rio Madeira. A então comunidade Ribeirinha Engenho Velho foi a primeira a ser realocada por este grande projeto, para dar lugar ao canteiro de obras, sofrendo assim, o deslocamento para a Agrovila do Novo Engenho Velho.

Isabelle Aparecida Damasceno – UFU e Vicente de Paulo da Silva – UFU (ST9)

O Rio Araguari passo a passo: Os efeitos da construção da pequena Central Hidrelétrica de Pai Joaquim

A partir do projeto intitulado “Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o rio Araguari passo a passo e os efeitos sócio-espaciais da construção de barragens”, passou-se a realizar uma pesquisa mais pontual sobre a Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Pai Joaquim, localizada no município de Santa Juliana, próxima ao distrito de Almeida Campos. Sua justificativa é em discutir a real necessidade da construção das PCH's. Que tem como objetivo geral mostrar que as PCH's se revestem de um discurso no qual seria menos impactante ao meio. Os objetivos específicos procuram entender o funcionamento da PCH Pai Joaquim, seus efeitos e o papel da empresa privada neste cenário. O resultado preliminar desta pesquisa mostra que há uma necessidade de investimento no setor energético, mas que este pode ser feito de forma a conciliar a relação do homem com o meio.

Jacqueline Parmigiani – Fasal/PR (ST4)

Os reassentamentos da Comissão Regional de Atingidos por Barragens de Salto Caxias

Os agricultores atingidos pela barragem de Salto Caxias/Pr construíram um projeto de reassentamento considerado modelo para assentamentos de reforma agrária. A luta contra a barragem e o questionamento dos projetos existentes, permitiu o estabelecimento de critérios que até então não eram considerados importantes. Os reassentamentos CRABI apresentam, desde uma infra-estrutura impecável, com estradas pavimentadas, escolas, postos de saúde, etc. até elementos que resguardam a “idéia de comunidade”, como a construção de capelas e a manutenção dos antigos laços de vizinhança. Ainda assim, os agricultores enfrentam problemas com as

alterações sofridas, existem relatos sobre suicídios e não é pequeno o número dos agricultores que abandonaram seus lotes. Levantar as dificuldades enfrentadas pelos agricultores e entender a dinâmica de produção da “nova” expropriação colocada em movimento nos projetos de assentamentos são os principais objetivos deste trabalho.

Jailson de Macedo Sousa – UEMA (ST5)

Efeitos sócio-espaciais de grandes projetos na pré-amazônia maranhense: Uma análise através da implantação da usina Hidrelétrica de Estreito – MA.

A reflexão acerca dos grandes projetos no contexto da Pré-Amazônia Maranhense repousa na necessidade de compreender os impactos de natureza social e ambiental manifestados no âmbito da construção da Usina Hidrelétrica de Estreito-UHE/Ma. A pesquisa prezou pelo caráter qualitativo através da realização de entrevistas semi-estruturadas contando com a participação dos distintos sujeitos que estão inseridos no município de Estreito-Ma. Cabe ressaltar que no conjunto dos referidos sujeitos buscou-se ouvir a população residente na área urbana de Estreito, bem como a população residente nas áreas atingidas (zona rural) e direcionou-se ainda alguns questionamentos aos agentes econômicos responsáveis pelo empreendimento que estão vinculados ao Consórcio Estreito de Energia – CEST.

Janaina Novaes Sobrinho – Instituto de Gestão das Águas e Clima (ST6)

História socioambiental dos atingidos pela Barragem de Ponto Novo: ruptura e vivência dos reassentados

O município de Ponto Novo – Bahia tem vivenciado transformações no seu espaço territorial devido à construção da Barragem de Ponto Novo, com isso diversas famílias foram descoladas possibilitando mudanças significativas na suas vidas. O presente artigo pretende focar a história construída pelos reassentados, relatando suas vivências e rupturas, diante das novas dinâmicas dadas a esta comunidade. A metodologia e a abordagem teórico-conceitual do estudo envolveram uma revisão de literatura referente às concepções de lugar e local, memória coletiva e o conceito de atingidos por barragem, discussão fundamental para a compreensão da intervenção realizada. A coleta de dados se baseou em levantamentos fotográficos e cartográficos da área de estudo, na pesquisa participativa/pesquisa-ação e na história oral, através de entrevistas e diálogos. As discussões e resultados alcançados foram à construção da história do reassentamento na e pela comunidade reassentada, suas vivências e rupturas relatadas e sendo refletida na coletividade reassentada.

João Carlos de Oliveira – ESTES/UFU, Samuel do Carmo Lima – IG/UFU, Lucélia Bárbara Moraes Hortêncio – PMU e Vânia Pessalácia – PMU (ST7)
Pequena central hidrelétrica e as relações socioambientais no distrito de Martinésia, Uberlândia (MG)

Este trabalho é parte da Tese de Doutorado (Geografia/UFU) como mobilização comunitária no controle dos *Aedes (aegypti e albopictus)* e prevenção da dengue no Distrito de Martinésia, distante 32 km do Distrito sede de Uberlândia (MG). As principais atividades econômicas do Distrito são a agropecuária de pequeno porte, hortifruticultura familiar e práticas culturais regionais. Mas estas vêm sofrendo impactos das/nas relações socioambientais, em função da modernização tecnológica e implantação de usinas de geração de energia. A energia foi considerada como um dos pilares na promoção da saúde. O Consórcio PCH MALAGONE, formado por um conjunto de empresas, entre elas a AGETEL (Suporte Ambiental) e a MLT (Engenharia de Projetos Ambientais), desde 2008, atua na região na construção da Usina Hidrelétrica PCH MALAGONE, localizada no rio Uberabinha e que está na área de influência do Distrito. A construção da Usina passou por algumas exigências e avaliações legais, entre elas a elaboração de um Projeto de EDUCAÇÃO AMBIENTAL, objeto deste trabalho.

João Luís Martins da Silva – UNESP (ST8)

O Planejamento Regional no Brasil e seus impactos: – A nova dinâmica sócio-territorial após a transposição do rio Piumhi – MG. O resgate histórico de uma transposição quase esquecida no tempo.

O presente estudo tem por finalidade fazer uma discussão sobre o papel do planejamento estatal no Brasil para a consolidação de um espaço voltado aos interesses do capital em detrimento dos interesses sociais. Neste sentido, desmistificaremos o discurso, defendido pelo Estado, do planejamento como promotor de desenvolvimento regional, demonstrando o caráter ideológico de desenvolvimento contido nas políticas – sobretudo a energética – no final da década de 1950 e início da 1960. Entre o final da década de 1950 e início de 1960 estava sendo concluída a represa de Furnas, sobre o rio Grande, pertencente à bacia do Alto Paraná. Em torno da terra surgiu um conflito entre proprietários de terras e trabalhadores rurais. O conflito analisado teve repercussão regional, sendo que em 1964, decorrente da organização dos trabalhadores rurais foi acertado o cumprimento de Lei Federal que dispunha sobre a distribuição de terras aos trabalhadores. Entretanto, com a ditadura militar no país

houve o silenciamento do conflito e dos meios que davam voz ao trabalhador rural, prevalecendo assim o interesse dos grandes proprietários de terras da região.

Jorge Edilson Carvalho Lobato – FIBRA e José de Ribamar Miranda Marinho – FIBRA (ST5)

O caso Belo Monte e os elementos impeditivos para sua construção

A pesquisa apresenta uma discussão sobre o processo de instalação da usina hidrelétrica de Belo Monte, no Estado do Pará-Brasil. Enfoca-se a questão energética, sob o prisma do Direito Ambiental e da Sociologia. O desenvolvimento das análises e sínteses foi possibilitado pelo conhecimento dos elementos inerentes aos interesses políticos e as consequências sócio-ambientais que a construção da usina produzirá. Iniciou-se o trabalho com a consulta a documentos relativos ao objeto de estudo, tais como, o Estudo de Impacto Ambiental (EIA), bem como, participação em audiências públicas que trataram da matéria. A experiência de trabalho no ramo da energia elétrica possibilitou uma visão mais próxima com a realidade tomada para estudo. Os resultados indicam que o Direito atua de forma oscilante diante de um fato complexo que envolve a atuação de inúmeros sujeitos e condições naturais, ou seja, a atuação das forças políticas e econômicas que entram em conflitos com as ambientais e sociais.

José Guilherme Carvalho da Silva – NAEA (ST9)

Hidrelétricas em Rondônia: tempo e conflitos nas águas do Madeira.

A decisão política tomada pelos doze países sul-americanos, no início desta década, de integrar economicamente a região se constituiu num daqueles fatos singulares da história, justamente por ter reorientado os destinos da região. A Iniciativa de Integração da Infraestrutura Regional Sul-Americana (IIRSA) materializa tal determinação. O Brasil se preparava para este novo momento no continente, particularmente após o retorno do país ao regime democrático na década de 1980. As iniciativas resultaram na formação do Mercado Comum do Cone Sul (MERCOSUL), no IIRSA e, recentemente, a execução do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC). As hidrelétricas Santo Antonio e Jirau que estão sendo erguidas no rio Madeira, em Rondônia, são partes constitutivas dessa estratégia mais ampla de integração regional. empreendimentos como decorrência do processo de integração econômica sul-americana? Essas e outras indagações nos levaram a incorporar o

conceito braudeliano de tempos múltiplos como base da reflexão para tratar do tema objeto deste trabalho.

José Hilton Santos Aguiar – UFBA e Gilca Garcia de Oliveira – UFBA (ST5)

Análise das Compensações Financeiras pela Utilização de Recursos Hídricos (CFURH) no Estado da Bahia, o caso da Barragem de Sobradinho

O estudo das CFURHs no Estado da Bahia partiu da análise dos conflitos espaciais gerados com a construção de barragens, como resultado da elaboração do Inventário Socioambiental de Barragens do Estado da Bahia, produzido pelo Grupo de Pesquisa GeografAR. Este artigo revela resultados de uma pesquisa que tem por objetivo verificar o aproveitamento desses recursos nos municípios que os recebem, entendendo como acontecem tais transferências no Estado, destacando suas participações nas contas públicas dos municípios que foram atingidos pela barragem de Sobradinho, Sub-médio São Francisco. A escolha da barragem de Sobradinho para este estudo deu-se por ser o maior empreendimento com 4.380,79 Km² de área alagada, representando 85% do total no Estado. Os recursos das CFURHs movimentam um montante superior a R\$ 53 milhões na Bahia, sendo Sento Sé, com 1.648,36 Km² de área alagada, o município que mais recebe CFURHs no Estado, sendo que, 20% das suas receitas municipais advêm deste recurso.

José Luiz Fernandes Cerveira Filho – UFPR (ST2)

As novas formas de participação social e as diferentes estratégias (sub) políticas: os casos das UHs Mauá e Piraju II

Por muitos anos, as estratégias governamentais para a ampliação da matriz energética nacional estiveram orientadas unicamente por uma perspectiva desenvolvimentista. O objetivo desse estudo é analisar dois casos emblemáticos para se estudar esse tipo de conflito: a) o da UH Mauá, que teve sua construção deferida; e b) e o da UH Piraju 2, que teve seu processo indeferido. Nossa hipótese é a de que os conflitos socioambientais deflagrados na construção da UH Mauá não foram suficientes para indeferir a obra por operar ainda nos moldes dos protestos sociais típicos da modernidade, com enfrentamento político direto, centralizado, em nível supramunicipal. A construção da UH Piraju 2 foi impedida pela ação sub-política dos atores sociais envolvidos, típica do período da sociedade de risco, altamente envolvida com a comunidade local, silenciosa, reflexiva, e trazendo o campo das decisões para o âmbito municipal através de um outro estilo de se fazer política.

José Queiroz de Miranda Neto – UFPA (ST6)

Geografia, discurso e práticas sociais: Os sentidos do espaço no empreendimento hidrelétrico Belo Monte

Este artigo analisa os efeitos de sentido quanto ao posicionamento dos sujeitos envolvidos nos recentes debates sobre a UHE Belo Monte, a saber: FORT Xingu, Eletronorte, MXVPS, Prelazia do Xingu e MAB. O jogo de forças entre os sujeitos não é recente, evidencia-se desde a década de 1980 com os estudos de viabilidade técnica do Complexo Hidrelétrico. A partir de então, governo, representantes da oligarquia local, instituições religiosas, movimentos sociais e ambientalistas travam embates sistemáticos. O empreendimento, antes mesmo de sua efetivação, alterou sobremaneira o cotidiano dos sujeitos locais, gerando alianças e articulações políticas que implicam numa variedade de concepções sobre o projeto. Tais concepções deixam entrever visões do espaço da qual os sujeitos não detêm plena consciência, uma vez que faz parte da esfera do não-dito, do interdiscurso. As concepções de espaço atendem, assim, aos efeitos de sentido desejado por tais segmentos em sua mobilização política.

Josélia Fontenele Batista Cabral – UNIR/UFPR, Dorisvalder Dias Nunes – UNIR, Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – UNIR, Ricardo Gilson da Costa Silva – UNIR e Luiz Cleyton Holanda Lobato – UNIR/SIPAM (ST7)

Hidrelétrica de Jirau (Porto Velho/RO) e a vulnerabilidade socioambiental nas áreas de influência

Entende-se que o conjunto de impactos socioambientais decorrentes do tipo de empreendimento hidrelétrico de grande porte tem várias dimensões e nos propomos a investigar a dimensão da vulnerabilidade socioambiental dos distritos área onde será inserido o Aproveitamento Hidrelétrico – Jirau, contribuindo para estudos de impacto ambiental. A construção do Projeto de Hidrelétricas e Eclusas do Alto Madeira- PHEAM objetiva principalmente a produção energética para adição de cerca 6.450 MW ao sistema energético nacional o que ocorrerá a fio d'água. As hidrelétricas de Santo Antônio e Jirau serão construídas nas cachoeiras homônimas e se localizam, respectivamente na área urbana de Porto Velho e Distrito de Jaci-Paraná com produção energética prevista em 3.150 MW em Santo Antônio e 3.300 MW em Jirau. Para atingir este objetivo foram realizados os levantamentos em Censos, Anuários, Mapas, Imagens de Satélite e observações e aplicação de formulários de campo no ano de 2005 na área em estudo.

Josélia Fontenele Batista Cabral – UNIR/UFPR e Dorisvalder Dias Nunes – UNIR (ST7)

Hidrelétrica de Jirau e os impactos sócio-ambientais no alto Rio Madeira: Análise da configuração territorial

O objetivo deste trabalho é contribuir para a discussão dos impactos ambientais a partir da configuração territorial do alto rio Madeira e suas possíveis alterações com a construção da Usina hidrelétrica de Jirau. Apresentamos a configuração territorial como elemento a ser considerado para o estabelecimento de áreas de influência de empreendimentos de grande porte. A problemática desta pesquisa é evidenciada quando verificamos que a compartimentação dos impactos decorrentes da implementação do Complexo de Hidrelétricas e Eclusas no Alto Madeira, foca com mais propriedade, aqueles localizados a jusante, não apontando áreas transicionais e fluxos locais. A construção de grandes projetos de infra-estruturais gera uma série de alterações sociais e ecológicas, e diversas interpretações superficiais. Verificamos um tratamento meramente burocrático e quantitativo das variáveis ecológicas e sociais. Não são considerados os fluxos geradores de horizontalidades, e nem a interligação entre os espaços.

Joseline Simone Barreto Trindade – UFPA e Irislane Pereira de Moraes – UFPA (ST2)

“O Direito de dizer não” à construção da AHE de Marabá

“Não queremos a hidrelétrica de Marabá, de jeito nenhum!”. Em tom enfático, o cacique Hopryte Ronore Jõpiki Paiaré da etnia akrãtikatejê (Gavião da montanha) expressou sua indignação e oposição a mais uma projeto de barragem que esta sendo planejado para o rio Tocantins: AHE de Marabá. Em 2009, no âmbito do Projeto Nova Cartografia Social da Amazônia (PNCSA) iniciamos estudos sobre o impacto da construção da hidrelétrica de Marabá em relação aos indígenas, ribeirinhos, assentados e moradores da cidade. A implementação dessa hidreletrica expressa uma política que desconsidera as representações e cosmologias de grupos que ainda têm a água como elemento central de organização material e simbólica da vida. Como na fala do senhor Raimundo Barbosa, assentado do PA Araras: “essa hidrelétrica vai ser uma catástrofe, vai dizimar uma comunidade, vai desaparecer com uma história...”. Nosso objetivo nesse pôster é mostrar algumas formas de dizer não de indígenas, assentados, quebradeiras de coco, ribeirinhos a mais uma hidrelétrica projetada para o rio Tocantins: AHE Marabá.

Joseph S. Weiss – CDS/UnB (ST1)**Esforços para Superar os Desafios Socioambientais do Planejamento de Barragens**

Devido ao poder político e econômico do setor, inúmeras barragens serão construídas. As obras dessa poderosa indústria têm obtido a aprovação com atenção limitada aos impactos socioambientais, eficácia e equidade dos benefícios. É provável que todos os esforços dos movimentos sociais para evitar que sejam executadas sejam em vão. Quais são as estratégias alternativas para lidar com esse dilema? Vários esforços reconhecem a necessidade de compatibilizar as visões dos planejadores e da sociedade civil sobre as consequências das barragens como a Comissão Mundial de Barragens, cujo excelente relatório não foi aprovado; o projeto de Barragens e Desenvolvimento do PNUMA, os controvertidos Protocolos de Sustentabilidade da IHA; o novo manual do MME para a elaboração de inventários fluviais, ainda sem aplicação, incorporando aspectos socioambientais; e o novo decreto de cadastro dos atingidos. Será possível trazer o bem das barragens sem os seus efeitos negativos? Oferecemos algumas sugestões.

Josué Carvalho Viegas – UFMA, Taíssa Caroline Silva Rodrigues – UFMA e Marcelino Farias Filho – UFMA (ST7)**Impactos socioambientais decorrentes da construção da barragem do Rio Pericumã, na área de influência da cidade de Pinheiro-Maranhão**

As construções, de modo geral, são responsáveis por transformações socioambientais, mesmo que busquem proporcionar melhorias a sociedade, como exemplo, a construção de barragens. Esta pesquisa tem como objetivos analisar os principais impactos socioambientais ocasionados pela construção da barragem do Pericumã cuja região passou por significativas alterações ao longo dos últimos 29 anos. Tais alterações estão ligadas principalmente à construção da barragem no médio curso do Pericumã a 40 km da foz do rio e a 11 km da cidade de Pinheiro, construída pelo DNOCS/Ministério do Interior no ano de 1981, e inaugurada em 17 de novembro de 1983. Sua construção provocou profundas modificações nos campos de Pinheiro. Antes da construção da barragem, a população local sofria com a escassez sazonal de água e a salinidade que inviabilizava atividades como a pesca no período de estiagem. A pesquisa abrange o trecho médio do rio Pericumã, na área de influência da cidade de Pinheiro, distante 91 km da capital, São Luís.

Juan Carlos Riveros – WWF-Peru e Sidney Tadeu Rodrigues – WWF-Brasil (ST1)

Energia Sustentável e exploração racional dos rios amazônicos

Este trabalho analisa a expansão hidrelétrica na Amazônia enquanto uma estratégia central dos planos de expansão de energia elétrica no Brasil, Bolívia e Peru. Evidencia que no Brasil, onde a hidroeletricidade representa mais de 80% da oferta de energia, dois terços da expansão hidrelétrica, continuará dominante segundo o Plano 2030 e viriam da Amazônia. Destaca que o desenvolvimento hidroeelétrico, por si mesmo, deve ser impactado pelas mudanças climáticas, pela variação dos padrões pluviométricos que afetarão a viabilidade e a produtividade de plantas hidroeelétricas no futuro. A construção de consenso dos interesses envolvidos no processo decisório sobre os limites da exploração racional do potencial hidroeelétrico dos rios amazônicos e a redução de fatores de pressão que resultam em crescentes demandas por novas usinas hidroeelétricas na Amazônia resume o conteúdo deste artigo baseado no trabalho desenvolvido pela equipe regional de ciência da rede da ONG WWF há mais de três anos.

Juliana de Almeida – UNEMAT (ST3)

Alta tensão na floresta: Os enawene nawe e o complexo hidrelétrico juruena

Com foco nas relações entre os Enawene Nawe, empreendedores e órgãos governamentais se analisa os posicionamentos e estratégias indígenas durante o licenciamento de hidrelétricas no rio Juruena, para demonstrar que o ponto chave para compreensão da tomada de decisão dos Enawene Nawe é a incorporação de bens industrializados ao sistema cerimonial. A ameaça à integridade dos recursos pesqueiros é confrontada com uma pretensa autonomia financeira, vislumbrada através do acesso aos recursos pagos como indenização pelos impactos do empreendimento. O cerne da vida dos Enawene Nawe está na pacificação dos Yakaliti, seres gananciosos e imprevisíveis, que, quando não saciados, podem causar doenças e mortes através da realização de extensos cerimoniais. Com a substituição da frota náutica a remo pela motorizada, não ter acesso à gasolina passou a ser uma limitação à realização dos rituais que garantem a paz entre homens e espíritos.

Juliana de Paula Batista – AJES (ST4)

“Depois da barragem só sobrou pedra e terra seca”: a construção da Barragem Norte na Terra Indígena La Klãnõ, histórico e situação atual

A apresentação oral tem o objetivo de analisar como os Xokleng (Terra Indígena La Klãnõ – SC), enfrentaram os conflitos sócio-ambientais em virtude da construção da Barragem Norte, planejada desde 1976 para a contenção das cheias no Baixo e Médio Vale do Itajaí, e efetivamente implementada a partir de 1992. Para isso realizarei uma análise sobre o processo de reassentamento, reparação e compensação ocorrido nos últimos anos, perpassando a questão dos impactos territoriais, bem como as questões fundiárias e políticas que a barragem acarretou na vida do povo Xokleng. A partir de tais análises, verifico que a história Xokleng mostra-se composta por recortes, conformando um mosaico de relações, que vão desde o sistema tradicional até o modo contemporâneo de ser Xokleng. Assim, entre a urdidura e a trama dos que “saíram do mato” e os Xokleng de hoje, existe um povo que busca reconstruir sua identidade nas tecituras cotidianas e sob as (im) permanências da barragem.

Juliana Ferreira Romeiro – ETTERN/IPPUR/UFRJ, Marcio Andrade Cabezas – ETTERN/IPPUR/UFRJ, Eduardo da Silva Leitão – ETTERN/IPPUR/UFRJ e Marcela Rabello de Castro Centelhas – ETTERN/IPPUR/UFRJ (ST1)

Observatório Socio-Ambiental de Barragens

Este projeto surgiu em virtude da demanda por informações a respeito das barragens brasileiras, construídas com pouquíssimo acesso e controle da sociedade. Assim, o Observatório Sócio-Ambiental de Barragens foi desenvolvido pelo Laboratório Estado, Trabalho, Território e Natureza, do Instituto de Pesquisa e Planejamento Urbano e Regional (IPPUR), da UFRJ. O Observatório almeja sistematizar e organizar informações sobre o setor elétrico, acompanhando suas mudanças, e proporcionando o assessoramento de pesquisadores e ativistas de movimentos sociais. Ele foi concebido como um banco de dados online, abrigando as informações registradas e contendo fichas de cinquenta barragens. Nosso objetivo será realimentar este banco ininterruptamente, através da atualização das fichas e da inserção de novas hidrelétricas no sistema. Esperamos também que demais pesquisadores, militantes de movimentos sociais e interessados de maneira geral participem efetivamente da atualização e construção do site.

Juliana Freitas de Cerqueira Guedes – UFBA e Roberto Bastos Guimarães – UFBA (ST5)

A Construção da Capacidade de Resiliência dos Atingidos por um Rompimento de Barragem: A Contribuição dos Instrumentos Econômicos

Os desastres e as catástrofes afetam a produtividade e os efeitos econômicos das calamidades se traduzem através da redução da curva de Fronteira de Possibilidades de Produção – FPP. O objetivo deste trabalho é apresentar alguns métodos de análise econômica de risco de barragens bem como justificar alguns instrumentos econômicos que assegure a capacidade de recuperação econômica dos atingidos. A metodologia utilizada é a de que a recomposição da FPP pós-acidente é composta de uma componente técnica e de uma componente institucional. Com a componente técnica, as barragens são tratadas como um artefato que possui uma probabilidade aceitável de falha durante a sua vida útil. Já com a componente institucional, analisaremos quatro níveis institucionais aplicados a um desastre de barragem e, havendo falhas, serão sugeridos instrumentos econômicos ex-ante que possam assegurar a construção da capacidade de resiliência econômica dos atingidos ex-post.

Juliana Gomes de Moraes – UFRPE (ST4)

Reabtar o assentamento. Novas experiências sob a ótica da sociologia.

Este trabalho parte de visitas à cidade de Barreiros- PE, a qual foi parcialmente devastada pelo transbordamento da barreira do rio Una. Partindo dessa vivência, levo a discussão a Amazônia, pois o estado do Pará e outros sofrem o deslocamento de comunidades para a construção de barragens sob a ótica técnico-política. Os assentamentos, além de serem distantes da realidade ribeirinha, são tipicamente urbanos dando margem a um modo de viver incompatível de comunidades que viviam em contato com a natureza, causando a favelização. Em contra partida a esse contexto, objetiva-se como proposta deste trabalho, expandir a temática da readaptação habitacional, que permita recaptar o significado e processo de desenvolvimento sustentável de comunidades deslocadas. Com a sociologia legitima-se que o desenvolvimento da população é feito através de fortalecimento de identidade cultural, territorial, e reivindicação de espaços políticos e participação de ribeirinhos nas decisões de projetos.

Juliete Miranda Alves – UFPA (ST6)

Os sentidos e as representações dos moradores de duas comunidades sobre a construção da Hidrelétrica Belo monte

O debate sobre a construção da hidrelétrica Belo Monte, obra aprovada pelo Programa de Aceleração do Crescimento- PAC do governo Federal, a ser executado no rio Xingu, se revigora há mais de vinte anos. Ao longo desses anos de discussão e debates, formaram-se grupos de interesses distintos: aqueles que defendem sua construção como um projeto que trará desenvolvimento econômico melhorando a qualidade de vida da população que mora na área de influência da hidrelétrica, e outros grupos sociais, questionando o desenvolvimento que trará esta barragem, principalmente pelos impactos socioambientais em áreas indígenas e comunidades tradicionalmente estabelecidas. Neste cenário de conflitos sociais, procuro apresentar os sentidos e as representações sobre esta construção relatadas pelos moradores de duas comunidades pertencentes a área que deverá abrigar grande parte do Empreendimento hidrelétrico Belo Monte. As comunidades descritas neste artigo estão localizadas em Vitória do Xingu.

Juracy Marques dos Santos – UNEB, Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira – UEFS e Alzeni Tomaz – NECTAS/UNEB (ST9)

Impactos de barragens sobre povos indígenas do São Francisco: Estudo comparativo entre os Tuxá, Truká e Tumbalalá

O São Francisco é o rio brasileiro com a maior cascata de barragens construídas para geração de energia elétrica, caracterizado por um denso processo de ocupação humana pré-colonial, remontando a 9 mil anos (VERGNE, 2007). Hoje existem mais de 30 povos indígenas “resistentes”, distribuídos em mais de 38 territórios. A construção das hidrelétricas no São Francisco é responsável pelo impacto sobre 200.000 pessoas, entre elas, povos indígenas. Este trabalho resulta de um estudo comparativo sobre impactos das hidrelétricas (Sobradinho, Itaparica, Pedra Branca e Riacho Seco) nos povos Tuxá, Truká e Tumbalalá. Os Tuxá, vítimas da construção da barragem de Itaparica (1977), há mais de duas décadas esperam a demarcação de seu território; os Truká e Tumbalalá, atingidos pelas mesmas barragens, não tem seus territórios demarcados e vivem sob a ameaça da construção de mais duas novas hidrelétricas que atingirão seus territórios (barragens de Pedra Branca e Riacho Seco).

Jurandir Santos de Novaes – USP (ST2)

Estratégias de resistência dos “atingidos” pela hidrelétrica de Tucuruí

Os últimos trinta anos têm sido marcados por profundas transformações nas formas de organização política dos agentes sociais que conformam o quadro social de lutas e antagonismos na Amazônia que podem ser evidenciadas através de estratégias de luta adotadas pelos movimentos sociais, relativas às suas pautas, aos mediadores e às identidades realçadas. Neste artigo, a reflexão sobre estratégias de resistência é conduzida como um conjunto de práticas que significaram um acúmulo de capital político desses movimentos e agentes para resistir aos deslocamentos forçados e reconstruir minimamente o seu modo de produção. Aborda as práticas dos agentes em situações referidas aos projetos hidrelétricos, em especial à Usina Hidrelétrica de Tucuruí localizada no sudeste do Pará (mais de 25 anos de implantação). Analisa em que medida uma situação “impensada” como a da “região das ilhas” de Tucuruí, aporta elementos de mudança, permanência nas estratégias de resistência e organização política.

Kelly Aparecida do Nascimento e Jorge Luís de Goes Pereira (ST2)

Desenvolvimento e culturas locais: A visão dos moradores sobre a construção da Hidrelétrica de Baguari/MG

As usinas hidrelétricas constituem um dos empreendimentos que mais causam polêmicas na atualidade. Em geral, os empreendimentos hidrelétricos têm se revelado insustentáveis tanto no cenário brasileiro como também internacional, levando-se em consideração os impactos causados sobre os fatores socioambientais. Este estudo busca compreender o significado da instalação da Usina Hidrelétrica de Baguari, localizada no município de Governador Valadares/MG, para as categorias de atores sociais envolvidas com esse processo considerado de desenvolvimento para a região. Os resultados desta pesquisa mostram que as hidrelétricas podem trazer, para um país ou para uma região, a esperança de salvação da economia, a segurança do progresso, a integração no mundo, etc., por outro lado, também representam um pensar sobre as culturais locais e suas relações com o espaço perdido e os novos espaços, cuja realidade impõe novos saberes e novos sentimentos.

Kerley José Freitas da Silva – IBPEX (ST3)

Uma África perto de casa: Um estudo dos conflitos ambientais e da construção de uma identidade quilombola na comunidade negra Lagoa dos Índios, Macapá.

Em Lagoa dos Índios, existe uma população negra expressiva que atualmente reivindica o reconhecimento como “remanescentes de quilombo”. A reivindicação deve-se ao fato de um movimento social conhecido como “Movimento quilombola” iniciado nos estados do Pará e Maranhão no final da década de 1970 e ganhou impulso no Amapá com o conhecimento do artigo 68 ADCT, contido na Constituição de 1988. Antes, porém, para situar as suas origens, partiu-se de uma reflexão sobre o tráfico negreiro, as origens dos negros que vieram para o Brasil, e a escravidão na região amazônica em especial, no Amapá. A Comunidade negra localizada em uma área de Ressaca, hoje está na lista das populações atingidas devido a invasão e destruição das bases físico-territoriais das terras que ocupam por décadas e que passaram a lutar pelo reconhecimento e titulação. As entrevistas como procedimentos metodológicos, visa estudar a construção de uma identidade quilombola e os conflitos ambientais entre os atores sociais.

Leila Santana da Silva – Faculdade Ruy Barbosa, AATR e CJP (ST8)

Barragens na Bahia: uma análise crítica sobre os impactos sócio – ambientais e a responsabilidade do Estado

Diante da conjuntura do avanço dos grandes projetos na Bahia e do investimento inconseqüente do Estado na construção de barragens como instrumento de uma política de exploração tradicional da capacidade energética, utilizando-se para isto do discurso do progresso e desenvolvimento (geração de energia a preços módicos, geração de empregos para as comunidades ribeirinhas etc), este artigo busca à luz dos efetivos danos causados por tais construções, da indevida utilização (ou ausência) do Licenciamento e EIA/RIMA e a realidade vivida pelos sujeitos atingidos/as, fazer uma análise dos impactos sócio-ambientais destes projetos na Bahia e a responsabilidade jurídico-social do Estado neste contexto. Pretende-se demonstrar o real significado das barragens para os povos e/ou comunidades ribeirinhas, além de tentar descaracterizar a idéia de progresso e desenvolvimento que estão atreladas a tais projetos estatais, fruto de um modelo de desenvolvimento conservador e patrimonialista.

Leonardo Bauer Maggi – MAB e Alexania Rossato – MAB (ST5)

Mudanças no processo de integração energética sul americano

A América do Sul possui grande desigualdade na posse e uso da energia, uma das riquezas que mais promovem a qualidade de vida. Muitos países investiram em infra-estrutura para a integração energética da região, mas há dúvidas se essas ações beneficiaram a população, pois fica evidente o interesse comercial na exploração desse bem. A crise energética e econômica aceleram ainda mais os interesses privados em se apropriar da energia, mas no último período essa perspectiva tem se chocado com o ascenso de governos populares. Poderíamos estar diante de uma nova fase do processo de integração energética na região sul-americana? Quais seriam as bases de um processo de integração energética que estivesse à serviço da qualidade de vida da população? Essas indagações, assim como a análise do contexto atual e de duas experiências regionais, como a Petrocaribe e o Tratado de Itaipu, são a base da trajetória que o presente artigo pretende seguir.

Leoneci Ermelinda Silva Storck de Oliveira – UNEC e Jorge Luiz de Goes Pereira – UFRRJ (ST2)

Gênero e Saúde reprodutiva: o caso das moças atingidas pela UHE Baguari nos distritos de Pedra Corrida e Baguari– MG.

A construção de grandes empreendimentos como barragens e hidrelétricas, representa diferentes impactos. Como consequência do fluxo de população envolvida na obra pode ocorrer alterações na organização social dos moradores em função da convivência com pessoas estranhas ao seu meio, contribuindo para a manifestação de situações de transgressão aos hábitos, costumes e valores locais. No caso das adolescentes, os relacionamentos “ocasionais” com os barrageiros, podem culminar em casos de gravidez e solidão logo em seguida, já que depois da construção da barragem os rapazes procuram trabalho em outro lugar. Este artigo analisa o envolvimento das moças de Pedra Corrida e Baguari com os barrageiros e as suas consequências sobre o gênero, a sexualidade e a saúde reprodutiva das mulheres jovens a partir da construção da Hidrelétrica de Baguari no estado de Minas Gerais.

Liliana Pimentel – Ibama/UNINOVE (ST8)

A Obrigatoriedade da Elaboração e Implementação dos Planos Ambientais de Uso e Conservação do Entorno dos Reservatórios Artificiais

O trabalho busca tecer considerações sobre a dificuldade de implementação das disposições da Resolução Conama n. 302, de 20 de março de 2002, em função das fragilidades conceituais que apresenta. As perguntas surgidas das interpretações possíveis dos termos da resolução não encontram respostas claras no conjunto legal e normativo existente, originando conflitos e incertezas que se refletem na qualidade dos Pacuemas e na demora da sua aprovação pelos órgãos incumbidos do licenciamento ambiental. A resolução, na forma como redigida, não contempla apropriadamente as competências institucionais, e a obrigatoriedade da elaboração do plano não garante a sua implementação. Com essa discussão, pretende-se contribuir para a reflexão coletiva quanto ao papel do Estado e a importância da participação popular na definição das políticas públicas que afetam gestão do território e seus instrumentos, nos municípios sujeitos aos impactos ambientais diretos provocados por empreendimentos hidrelétricos.

Lindomar de Jesus de Sousa Silva – UFPA e Tania Nazarena de Oliveira Miranda – UFPA (ST2)

Resistencia e articulação de atores sociais contra a construção das hidrelétricas de Belém Monte: Uma contribuição da igreja católica.

A construção da barragem de Belo Monte tem suscitado embates em diversos setores da sociedade, como também, desencadeado a formulação de estratégias pelos atores envolvidos, como organizações ligadas à sociedade civil e governamentais. Entre esses atores encontra-se a Igreja Católica, em particular na figura do bispo da prelazia do Xingu, como uma das vozes mais contundente a construção da hidrelétrica de Belo Monte. A proposta principal deste trabalho é efetuar a análise do discurso da Igreja Católica e seu potencial em estabelecer processos de questionamentos e resistência à construção da hidrelétrica, além de buscar elementos que permita dissertar sobre sua posição no campo político e ambiental. Apresenta representações acerca da política e natureza contida no discurso, relacionando-a com aspectos ligados a conjuntura de política, além de relacionar esse discurso com temáticas: ambiental, social e articulação em redes sociais, como estratégias da construção da resistência.

Lucas Gallat de Figueiredo – UFPA, Bethânia Alves Sena – UFPA e Luiza Nakayama – UFPA (ST7)

Composição do microfitoplâncton da usina hidrolétrica de Tucuruí – PA

A Usina Hidrelétrica de Tucuruí foi construída no rio Tocantins, região central do estado do Pará. A biodiversidade microfítotoplanctônica, é constituída por um conjunto de diversificados grupos taxonômicos, que são capazes de adaptar suas funções metabólicas às diferentes mudanças ambientais. Realizou-se um levantamento do microfítotoplâncton da UHTE definindo as possíveis espécies bioindicadoras da qualidade da água. As coletas foram realizadas através de arrastos horizontais, utilizando-se uma rede de plâncton com malha de 60 μm . As amostras foram acondicionadas em frascos de 250 ml, contendo fixador Transeau. A análise qualitativa do fitoplâncton foi realizada a partir de montagens lâmina-lamínula. A identificação, organização e a nomenclatura das espécies foram realizadas de acordo com a literatura especializada. O microfítotoplâncton do lago da UHT esteve representado por 60 espécies, com destaque para as ordens Zignematophyceae e Chlorophyceae.

Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira – UNIVASF (ST7)

As barragens no submédio São Francisco: uma ameaça à continuidade da pesca artesanal

Desde as nascentes a bacia do São Francisco vem sofrendo degradações com sérios impactos sobre as águas e, conseqüentemente, sobre os peixes. A irrigação e as barragens hidrelétricas são responsáveis pelo desvio do leito dos rios, redução da vazão, alteração da intensidade e época das enchentes, transformação do rio em lagos, com impactos diretos sobre os recursos pesqueiros. Atualmente, o rio São Francisco possui apenas dois trechos de águas correntes. Pesquisa realizada nos municípios de Juazeiro, Casa Nova, Sobradinho, Sento-Sé, Pilão Arcado, Remanso, Xique-Xique, Curaçá e Paulo Afonso na Bahia e Petrolina, Santa Maria da Boa Vista, Cabrobó, Orocó e Petrolândia em Pernambuco, com o objetivo de estudar as perspectivas de continuidade da pesca artesanal pelos mais jovens, concluiu ser preocupante a situação do rio, refletindo na captura de peixes, estabelecendo conflitos na regulamentação da pesca e alocação de recursos, além de muitas dificuldades nas comunidades de pescadores.

Luciana Luiza Chaves Azevedo – IGC/UFMG (ST9)

A ideologia da sustentabilidade na produção de energia em Pequenas Centrais Hidrelétricas de Minas Gerais

Os empreendimentos econômicos de base, especialmente no setor de geração e distribuição de energia têm sido retomados por grandes investimentos estaduais e

federais desde 2001. O governo de Minas Gerais instituiu em 10/11/2004, o Programa Minas PCH, (Decreto Estadual 43.914), para incrementar sua produção energética. O intuito da pesquisa é desenvolver um debate teórico-conceitual, analisando a “ideologia do desenvolvimento sustentável” que surge no início dos anos 1960. Para tanto, faz-se necessário discutir o conceito de ideologia e reconhecer sua função de tornar o ponto de vista particular da classe dominante como ponto de vista universal. Em seguida, serão discutidas as políticas públicas federal e estadual e as parcerias público-privadas de produção e distribuição de energia. O material servirá a análise da ideologia utilizada para validar a implantação de pequenas centrais hidrelétricas (PCH's) em Minas Gerais. Reconhecer as relações de poder no processo de construção do espaço geográfico favorece a análise da intrincada realidade socioambiental.

Luciana Miranda Costa – UFPA e Josiele Sousa da Silva – UFPA (ST9)

Belo Monte e o Discurso Desenvolvimentista na Mídia Impressa Paraense

Com o reinício da polêmica sobre a construção da Usina Hidrelétrica de Belo Monte, na Região do Rio Xingu, Estado do Pará, a partir de outubro de 2009, o governo federal vem obtendo amplo espaço de apoio às obras, por meio de textos jornalísticos elaborados ou veiculados pelos jornais paraenses Diário do Pará e O Liberal. Por meio de entrevistas, entidades ligadas ao Poder Executivo Federal proferem um discurso desenvolvimentista favorável à antecipação das atividades do projeto da Usina e de sua rápida conclusão. Este artigo, baseado na análise de 40 reportagens publicadas nos dois jornais paraenses de maior circulação no Estado, no período compreendido entre 01/10/09 e 16/08/10, tem como principal objetivo explicitar e analisar a construção do discurso jornalístico sobre o tema, com enfoque para apropriação do discurso oficial pelos dois periódicos. Palavras-Chave: Usina Hidrelétrica de Belo Monte, Análise do Discurso, O Liberal, Diário do Pará.

Luciene Brito Cardoso – Instituto Camilo Filho, Alcília Afonso de Albuquerque Costa – UFPI, Iago Tavares de Almeida – UFPI e Samara Veloso – UFPI (ST6)

Paisagem e Memória: Impactos ambientais da Usina hidrelétrica Castelhana em Palmeirais, Piauí.

Entendendo que o meio ambiente é formado por elementos naturais e construídos, os quais configuram a paisagem de um lugar, ele representa as expressões culturais de

uma sociedade e é repleto de significados para aqueles que o vivenciam. Dentro deste enfoque, este trabalho aborda os impactos ambientais no município de Palmeirais, Piauí, em debate por ocasião da construção da usina hidrelétrica Castelhana no rio Parnaíba. Os modos de produção, as ruas, praças e edificações, os mercados, os cursos d'água e o povo de um município são partes integrantes da memória coletiva daqueles que o vivenciam e o vivenciaram. Estas partes dão sentidos social, econômico, político e cultural e precisam ser ressaltadas quando subordinadas ao desenvolvimento econômico. Desta forma, o presente artigo analisa elementos da paisagem de Palmeirais ausentes nos estudos de impacto ambiental da usina que irão “submergir” com a sua implantação. Palavras-chave: paisagem cultural, memória, preservação ambiental.

Luis Fernando Novoa Garzon – UNIR (ST9)

A instalação das UHEs de Santo Antônio e Jirau: a tradução de uma concessão elétrica em cessão territorial

A análise das transformações observáveis ao longo da implementação do Complexo Hidrelétrico do rio Madeira (RO) são cruciais no sentido de testar as metodologias e indicadores que têm sido apresentados como componentes de um novo padrão de construção de grandes UHEs na Amazônia, que irá nortear a expansão da fronteira elétrica na região. Durante a fase prévia do licenciamento dos empreendimentos, o conjunto de incertezas, técnica e socialmente identificadas, para a população e o meio ambiente, foi certificado como passível de monitoramento. Na fase de instalação, os consórcios obtiveram plena discricionariedade para impor seus cronogramas físico-financeiros. O maleável regime de concessões do setor elétrico nacional tem redundado em officiosos processos de cessão, a grandes conglomerados privados, de porções territoriais estratégicas para o país.

Maíra Borges Fainguelernt – UFF e Tatiana Dahmer Pereira – UFF (ST9)

Afirmção de direitos de participação e democracia: Desafios e conflitos em belo monte

A implementação da Usina Hidrelétrica de Belo Monte no Rio Xingu no Pará pactua de determinada percepção histórica e hegemônica sobre desenvolvimento, combinando a afirmação de uma matriz energética com a forma de gestão de recursos hídricos e energéticos, cujas decisões governamentais pela sua implementação incidem em profundos processos de conflito e impactam direitos. No entanto, partimos da

premissa que a trajetória de retomada desse projeto ocorre sem amplo e profundo debate na sociedade, não permitindo a compreensão sobre seu sentido, sobre os conflitos e riscos que envolvem esta empreitada. O foco do presente artigo refere-se ao projeto da Usina de Belo Monte desde a retomada em 2001, ao polêmico processo de licenciamento ambiental mais recente. Temos por objetivo investigar as instâncias de participação e de controle social existentes no processo de tomada de decisão que viabiliza sua construção, com vistas a avaliar a qualidade dos processos consultivos e deliberativos.

Manoel Alves de Oliveira – UFF/UNEB (ST7)

Formação de bacia hidrográfica antrópica no sistema fluvial do rio Gavião no sudoeste da Bahia a partir da perenização do seu fluxo de água

Ações humanas no ambiente da bacia hidrográfica do rio Gavião (BHRG) no sudoeste da Bahia, aplicadas na construção de reservatórios de água, visando a perenização do rio e o desenvolvimento socioeconômico, são causadoras de impactos que alteram a dinâmica natural do sistema. O texto apresenta aspectos das modificações socioambientais verificadas nessa bacia, tendo como base a concepção geossistêmica. A análise é delimitada por hipótese que aponta os reservatórios como fato gerador de bacia hidrográfica antrópica. Instalaram-se 3.817 reservatórios que mudaram a morfologia de canais, a tonalidade da paisagem do sistema e a qualidade de vida de pessoas e de rebanhos. A economia da região se diversificou, ampliando o comércio, a pecuária extensiva, a piscicultura e, sobretudo, a fruticultura irrigada. Em razão de a BHRG apresentar perenização artificial ou gerada por ação humana, com a construção de reservatórios, é que se propõe compreendê-la como sendo uma bacia hidrográfica antrópica.

Marcela Dadauto Lestingi – USP e Célio Bermann – USP (ST8)

A inserção dos custos sociais nos empreendimentos hidrelétricos: Estudo de caso da UHE Irapé (MG).

A construção de usinas hidrelétricas pode ter consequências traumáticas na vida das populações que alojam os espaços destinados para esta instalação. Como via de regra, esses empreendimentos constituem uma ruptura nos laços sociais das comunidades que têm como resultado inúmeras transformações em seu cotidiano, isto porque na construção de usinas hidrelétricas, com o barramento de um rio,

gera-se um reservatório que deixa submersas vastas extensões de terras férteis. Este trabalho apresenta dados referentes a uma pesquisa sobre os custos sociais e suas implicações no investimento da Usina Hidrelétrica (UHE) Irapé, no Vale do Jequitinhonha, em Minas Gerais. Mostra como se realizam os reassentamentos de famílias atingidas pelos empreendimentos elétricos, a qualidade de compensação das terras para o reassentamento e as consequentes formas de indenização. Visando à formulação dos conceitos dos custos sociais, o estudo pretendeu ainda fazer uma avaliação comparativa entre o acordado e o efetivamente realizado, levando em conta a definição dos padrões para a indenização no Termo de Ajuste de Conduta (TAC) firmado entre o empreendedor e a população atingida.

Marcela Dadauto Lestingui – PPGE/USP e Célio Bermann – PPGE-USP (ST2)

Custos sociais em hidrelétricas: análise comparativa entre o acordado e o realizado a partir do estudo de caso da UHE Irapé (MG)

Este trabalho discute a apropriação da noção de “custos sociais” pelas empresas responsáveis pela construção de usinas hidrelétricas. Sob esta denominação, são encontradas questões como indenização e compensação financeira pela perda dos meios de reprodução, e são evidenciadas as relações entre empresa empreendedora e população deslocada involuntariamente. A análise se desenvolve a partir do estudo de caso da UHE de Irapé (MG), com base em dados levantados na Cemig, empresa proponente, e pesquisa de campo junto às comunidades atingidas. Buscou-se contrapor o conteúdo do documento Termo de Acordo (TA), resultado do processo de negociação entre a Cemig e a população, e o efetivamente realizado. São reunidos depoimentos de moradores atingidos na região, assim como de técnicos do órgão ambiental e de representantes do empreendedor, que participaram da elaboração e acompanhamento do Termo de Acordo. Buscou-se, assim, uma contraposição entre o discurso técnico e o saber local para a construção da noção de “custo social” nos empreendimentos hidrelétricos.

Márcio Júnior Benassuly Barros – SEDUC/IFPA (ST5)

Espaço, tempo e economia local no Baixo Rio Tocantins anterior e posterior a Usina hidrelétrica de Tucuruí: O Caso do município de Mocajuba-PA

A presente pesquisa tem como objetivo discutir de que forma a implantação da

barragem da Usina Hidrelétrica de Tucuruí (UHT) no rio Tocantins estado do Pará tem transformado o espaço, o tempo e a economia local no município de Mocajuba – Pará. O primeiro marco temporal, intitulado “Mocajuba anterior a Usina Hidrelétrica de Tucuruí”, está dividido em três tópicos (o espaço rural – ribeirão, o tempo lento e seus atores locais, e a economia extrativista) onde são abordados elementos de uma Mocajuba anterior a implantação da UHT.

O segundo marco temporal intitulada “Mocajuba posterior a Usina hidrelétrica de Tucuruí” está estruturado em quatro tópicos (o espaço urbano – rodoviário, o tempo da velocidade, a economia de serviços, e o PPDJUS como política de desenvolvimento regional e de compensações municipais) onde são abordados elementos de uma Mocajuba posterior a implantação da UHT.

Marco Antonio Chagas – UNIFAP e Mary Helena Allegretti (ST1)

Para além das Audiências Públicas: A experiência do licenciamento ambiental da UHE Ferreira Gomes, no Estado do Amapá

O recente processo de licenciamento ambiental da UHE Ferreira Gomes, no Amapá demonstrou que mecanismos de comunicação e de transparência podem ser fortalecidos para complementar as audiências públicas. O primeiro mecanismo adotado foi a constituição de um Grupo de Trabalho Interinstitucional (GTI) voltado para acompanhar o processo de licenciamento ambiental do empreendimento, desde a Licença Prévia até a Licença de Operação. Um segundo mecanismo foi o diálogo direto com as populações afetadas. No caso da UHE Ferreira Gomes foram realizadas três reuniões prévias. A primeira com o Ministério Público Estadual e Conselho Estadual de Meio Ambiente. A segunda com os empreendedores da área de influência direta do empreendimento. E a terceira com os moradores que serão diretamente afetados pela formação do reservatório e canteiro de obras. Este trabalho relata a experiência do licenciamento ambiental da UHE Ferreira Gomes e propõe mecanismos de aperfeiçoamento ao processo de participação pública para obtenção da licença ambiental e social.

Marco Apolo Sanatana Leão – SDDH, Sergio Guedes Martins – SDDH, Roberta Amanajás – SDDH, Eliceli Costa Abdoral – SDDH, Sandy Faidherb – SDDH e Samuel Souza – SDDH (ST2)

Criminalização de Movimentos sociais e Defensores de Direitos Humanos em Tucuruí e Belo Monte

O Brasil é um País conhecido tanto pela sua realidade de violações de direitos humanos nos mais diversos níveis, quanto pela ação de uma sociedade civil articulada que atuou decisivamente na luta contra a ditadura militar, na busca da anistia e abertura política, na elaboração de uma constituição cidadã, e no reconhecimento e promoção de diversa gama de direitos. O presente trabalho vai explorar é a terceira grande corrente destas violações que denominamos de criminalização de movimentos sociais e defensores de direitos humanos cuja definição extraímos do livro “Em defesa da vida” nos seguintes termos: Essa abordagem se faz necessária, pois existe uma diminuição dos homicídios de natureza política, mas por outro lado verifica-se uma crescente onda de criminalização e difamação destas lideranças e dos movimentos sociais no Brasil.

Marcos Tuxábanzaê (ST3)

Barragem de Itaparica: Histórico sobre as negociações entre chesf e comunidade indígena Tuxá.

A comunidade indígena Tuxá foi bruscamente arrancada das terras pelas obras de construção da Barragem de Itaparica na década de 1980. Este fato foi denunciado através da Ação Civil Pública e ingressado na Justiça Federal em Salvador (BA). Em 2004, esta Ação foi suspensa e foi firmado um Termo de Ajuste de Conduta (TAC) entre representantes indígenas e a Companhia Hidroelétrica do São Francisco (CHESF), ficando garantido que em cinco anos a CHESF implantaria os lotes irrigados na Comunidade Tuxá e que as aldeias seriam dotadas de serviços públicos, em especial saúde e educação. O não cumprimento do TAC tem colocado o grupo indígena numa situação de risco. Com isto a CHESF tem aproveitado os momentos de fragilidade do grupo para negar direitos já adquiridos junto ao Ministério Público Federal.

Marcos Vinicius Miranda da Silva – UEPA, Norma Ely Santos Beltrao – UEPA, Renata Melo e Silva de Oliveira – UEPA, Hélio Raymundo Ferreira Filho – UEPA e Heriberto Amanajás Pena – UEPA (ST5)

A construção de grandes hidrelétricas na amazônia: Por que o estado do Pará é um dos principais alvos?

A existência de um elevado potencial hidráulico no estado do Pará não é o único fator que o torna um dos principais alvos da política nacional de expansão da oferta de energia elétrica. A cultura hidráulica secular, a estatização da produção de energia elétrica, a economia de escala, a ênfase dada aos impactos ambientais globais e a

pouca importância conferida aos impactos socioambientais locais também têm contribuído para colocar o Pará nessa condição. Este artigo pretende analisar esses fatores para melhor compreender a dinâmica de construção de grandes hidrelétricas no território paraense, proporcionando, assim, elementos para enriquecer o debate sobre essa questão. A análise realizada sugere que a paralisação dessa dinâmica está relacionada à fragmentação dos fatores mencionados. Se isso não ocorrer, a oposição aos grandes empreendimentos hidrelétricos por si só não será suficiente para impedir que outras usinas hidrelétricas de grande porte sejam construídas.

Margarida Ladislau (ST3)

Barragem de sobradinho: Reflexos na vida dos pescadores e pescadoras

A barragem de Sobradinho, construída durante o regime militar, concentrava a hegemonia dos poderes locais. A pesca artesanal era a atividade produtiva importante juntamente com a agricultura de vazante. A relação com o rio São Francisco, as áreas ribeirinhas e as lagoas marginais era de equilíbrio. Após a construção da Barragem as terras de vazante, comunidades e cidades inteiras são inundadas provocando um desequilíbrio social, econômico e ambiental. O processo de concentração dos peixes na represa provoca a mortalidade, assim como a chegada de novos pescadores de outra região mudava as práticas da pesca. A Barragem impede a reprodução dos peixes contribuindo com a diminuição e a extinção de espécies nativas além da introdução de espécies exóticas. O lago mudou, também, a regularidade das enchentes e vazantes provocando o avanço do assoreamento, concentrando a poluição química de esgotos e agrotóxico. Estes fatores têm contribuído para a diminuição do território pesqueiro.

Maria Anezilany Gomes do Nascimento – UECE (ST6)

Construção de barragens e deslocamento compulsório: Memória, identidade e reconstrução do lugar

Em tempos de racionalidade voltada à reprodução ampliada do capital e à imposição da lógica instrumental à lógica cultural, observa-se, como resultado do padrão hegemônico de desenvolvimento, os processos de desenraizamento e desculturização, bem como o acirramento da crise de valores e da relação humanidade-natureza. Associam-se a tal realidade, constantes deslocamentos, sobretudo nos grandes centros urbanos, espaços das grandes obras, povoados pelos não-lugares e pela fluidez das relações. Este trabalho visa discutir a reconstrução do lugar mediante

a transferência compulsória dos moradores de Jaguaribara (CE) para uma nova sede, a Nova Jaguaribara (CE), localizada a 55 km do antigo distrito-sede. A Nova Jaguaribara situa-se a 225,10 km de Fortaleza e sua construção é uma realidade inerente ao contexto da barragem do Castanhão, no Médio Vale do rio Jaguaribe. A reorganização da vida das comunidades atingidas tornou-se uma necessidade gerada por decisões das quais elas não participaram, por fatores exógenos à sua vida cotidiana.

Maria Celia Nunes Coelho – UFRJ, Elis Miranda – UFF, Luiz Wanderley Jardim – UFRJ e Tomas Coelho Garcia – IUPERJ (ST5)

Commodities, Corredores de Exportações, Questão Energética (Usinas Hidrelétricas e Gasodutos), a Amazônia, Brasil e América do Sul

As usinas hidrelétricas na Amazônia ocidental brasileira são projetos infraestruturais potencialmente estruturantes. As perguntas chaves são: o que está por detrás de projetos tão polêmicos? Quem financia e por que financia estes projetos? Quais as relações entre as redes energéticas do Brasil com os planos de integração dos países da América do Sul? Para responder estas perguntas objetivamos:(A) compreender as interações entre o global o regional/local, o pan-americano e o global; e (B) articular, os planos de construção de usinas e a formação de redes sulamericanas de transmissão de energia elétrica e de gasodutos com os processos de produção, internacional de mercadorias e de dinamização de corredores de exportação de commodities in natura ou semi-manufaturadas de forma coerente com modelo de desenvolvimnto. Concluímos que os processos de construção de hidrelétricas e termoelétricas fazem parte do processo contemporâneo de interação inter-regional, americana do sul e mundo.

Maria da Graça de Moraes Bittencourt Campagnolo – UFPA, Celso Antonio Vaz – UFPA, Marise da Rocha Morbach – UFPA/UNAMA e Eneida Correa Assis – UFPA (ST1)

Governança, Accountability e Processo Decisório- Incluindo outras questões no debate

A Usina de Belo Monte é um controvertido projeto da Agenda do Estado brasileiro, desde 1988. Já abordamos as estratégias da ação coletiva utilizadas pelos comuns para evitar a construção da Usina, com ênfase nas utilizadas na arena judicial. O

artigo discute a manutenção das estratégias de mobilização e os discursos centrados apenas nas questões ambientais anteriormente utilizadas, que não vem logrando inserir nos debates públicos problemas relativos à composição do consórcio e ao seu financiamento, ambos questionáveis do ponto de vista do Art.278 da Lei 6404 e das regras de Compliance na gestão dos Fundos de Pensão de servidores públicos, convocados pela Presidência da República dos para garantir o sucesso do leilão dada a convocação pela, em face da retirada das grandes construtoras do consórcio que são importantes para discutir a governança e seus desafios tanto no que se refere à democracia, à legalidade e à efetividade e sustentabilidade do projeto.

Maria José Reis – UNIVALI/UFSC (ST4)

Reassentamentos rurais: frustrações e desafios na luta pela conquista da propriedade da terra

Este texto tem como objetivo evidenciar e interpretar o modo como a retomada do processo produtivo e a garantia de acesso a terra como proprietários, nos dois primeiros reassentamentos de produtores rurais familiares, decorrentes da instalação da UHE Itá (SC/RS) foi vivenciada e concebida pelos produtores rurais que por eles optaram. Foram apontados pelos reassentados inúmeros desafios, tais como a necessidade de aprender a lidar com as diferenças ambientais e climáticas entre a região do Alto Uruguai (RS/SC) e o sudoeste do Paraná, para onde foram deslocados compulsoriamente, a falta de assistência técnica e de crédito bancário e a impossibilidade de comercialização da produção. Foram relatados, ainda, a recorrência de conflitos inter-familiares e problemas em face da precária qualidade da infra-estrutura instalada. A despeito das dificuldades, parte significativa dos reassentados interpretou a experiência da nova vida após o deslocamento forçado como parte da luta pela conquista.

Maria Juliana Carneiro Diógenes – UECE e Maria Anezilany Gomes do Nascimento – UECE (ST4)

“Foi as água que empurrou eu pra cá”: Redefinições da dinâmica socioespacial no assentamento Curupati, Jaguaribara, Ceará, Brasil

A despeito da diversidade de políticas governamentais criadas no Nordeste, voltadas a alavancar o desenvolvimento regional, a concepção e/ou o desvio da meta original que norteia as ações caracteriza a evolução e dinâmica territorial nordestina. A construção de grandes açudes é uma dessas estratégias, cuja condução esteve historicamente permeada de aspectos negativos, como a privatização da água e o deslocamento compulsório da população das áreas atingidas. A discussão das políticas compensatórias é necessária, sobretudo quando envolve o reassentamento de pessoas, e repensar nas atividades que serão desenvolvidas nesse “novo espaço” é bastante complexo. Este trabalho visa apresentar a redefinição da dinâmica socioespacial da Comunidade Curupati Peixe, deslocada para um assentamento de piscicultura no município de Jaguaribara, Ceará, planejado e construído em função da Barragem Castanhão no Médio Vale do Jaguaribe.

Maria Madalena de Aguiar Cavalcante – UNIR), Dorisvalder Dias Nunes – UNIR), Gizele Carvalho Pinto – UNIR), Débora da Cruz Barbosa – UNIR), Luiz Cleyton Holanda Lobato – UNIR), Josélia Fontenele Batista Cabral – UNIR), Rangel Leandro Cezaro – UNIR) e Girlany Valéria Lima – UNIR) (ST7)

Hidrelétricas de jirau de Santo Antônio: Tendências sobre o uso da terra e a fragilidade do ambiente

A Implantação das usinas hidrelétricas de Jirau e Santo Antônio no rio Madeira, iniciadas em 2008 no município de Porto Velho/RO tem ocasionado diferentes impactos entre os quais, a remoção da cobertura vegetal, deslocamento da população da área de influência do reservatório, perda do patrimônio histórico e de áreas produtivas de várzea, são destaques. Diante da complexidade de mudanças na dinâmica local, o trabalho teve como objetivo compreender como a implantação das usinas intervém nas atividades econômicas e no uso da terra de modo a verificar como o ambiente comporta tais mudanças. As análises demonstram que a área possui alto índice de fragilidade; o uso da terra existente contradiz as diretrizes de determinadas zonas do Zoneamento Socioeconômico e Ecológico-ZSEE do Estado, pois as atividades apresentam uma tendência à substituição da floresta, fato que tende a ser agravado com a conclusão das usinas, exigindo a atenção da gestão pública para medidas de planejamento.

Maria Teresa Rodrigues de Moraes – FEMA/MG, Morel Queiroz da Costa Ribeiro – FEMA/MG /MG, Alessandro Ribeiro Campos - FEMA/MG /MG, Christiano Lemos de Moraes Brandão – FEMA/MG /MG, Alano Aleixo Gonçalves Pereira – FEMA/MG /MG, Mateus de Moraes Servilha – FEMA/MG /MG, Samantha Ninja – FEMA/MG MG e Renata Santos Melo Figueiredo Brasil – FEMA/MG (ST1)

Indicadores de Desenvolvimento Socioeconômico das Regiões de Inserção de Aproveitamentos Hidrelétricos no Estado de Minas Gerais

As diretrizes gerais da Eletrobrás que orientam o planejamento socioambiental da expansão da geração de energia elétrica no Brasil, especialmente para a produção de eletricidade a partir da fonte hidráulica, estão definidas no Plano Diretor de Meio Ambiente. Assentadas no conceito de Inserção Regional dos empreendimentos de infraestrutura de energia elétrica devem propiciar a incorporação ao planejamento regional das externalidades socioambientais. Este artigo apresenta resultados de uma pesquisa que objetiva, a partir da análise das diversas realidades regionais, verificar a eficácia das políticas públicas de meio ambiente em Minas Gerais no que concerne ao aproveitamento de seu potencial hidrelétrico e eventuais benefícios laterais sobre o desenvolvimento socioeconômico regional. Resultados preliminares sugerem que há pouca relação linear entre a implantação do empreendimento e algum desequilíbrio positivo no desenvolvimento dos municípios da área de influência direta.

Mariana Batista Sampaio – UFPA (ST6)

Patrimônio cultural no âmbito do licenciamento ambiental – Quem decide o que deve ser lembrado e o que pode ser esquecido?

Este artigo busca refletir as divergências do entendimento acerca da categoria “Patrimônio Cultural” sob a luz da Antropologia e no âmbito do Licenciamento Ambiental (legislação e procedimentos de compensação ou mitigação). No contexto do licenciamento ambiental, o Patrimônio Cultural está associado a entrave para viabilidade dos empreendimentos. Assim, serão discutidos os conflitos que se instauram entre a lógica do empreendedor, que entende o meio ambiente enquanto mercadoria estabelecendo dicotomias entre homem e natureza e a lógica dos grupos sociais atingidos, que tem na natureza e em suas práticas culturais a condição de sua própria existência. Neste cenário, surgem interesses conflitantes que disputam uma batalha onde as forças são díspares e as mobilizações por parte dos atingidos são constantes e necessárias para assegurar a posse de seus territórios, legitimando

resistências e denunciando processos de expropriação implicados nas ações de licenciamento ambiental.

Mariana Corrêa dos Santos – UFF e Tatiana Dahmer Pereira – UFF (ST2)

O conceito de “atingido” em disputa - dilemas e possibilidades de afirmação de direitos

O presente trabalho tem por objetivo problematizar o conceito de “atingido”, relacionando a disputa em torno de seu sentido às possibilidades de afirmação de direitos e reconhecimento de cidadania. Essa reflexão ocorre no contexto do modelo de desenvolvimento capitalista vigente no Brasil com suas conseqüentes implicações no incremento das desigualdades e aprofundamento da injustiça social e ambiental. A emergência do conceito advém de mobilizações sociais, em especial com o Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB), como resposta a esse sistema que gera opressão e violações de direitos. O fortalecimento desse conceito, nos marcos da construção da noção de cidadania e de justiça no Brasil, é fundamental para a compreensão deste grupo social e político, os “atingidos por barragens”, e possibilita expandir a discussão de forma a garantir direitos já previstos e sistematicamente violados.

Marlon Aurélio Tapajós Araújo – UFPA (ST3)

Judicialização dos conflitos étnicos: os Tribunais estão preparados para decidir sobre o direito ao território dos povos e comunidades tradicionais?

O Brasil assiste, nos últimos anos, à judicialização dos conflitos instalados em torno da definição dos limites dos direitos étnicos, especialmente indígenas e quilombolas. Não é por acaso que no centro de tais conflitos esteja o território tradicional. Estarão os Tribunais Superiores brasileiros preparados para ser arena pública de disputas por tais direitos? Diante dessa realidade, os grupos étnicos direta e indiretamente prejudicados têm sido estimulados a formular demandas utilizando-se de instrumentos judiciais para resistir aos óbices erigidos na implementação de seus direitos. Cuida-se de disputa político-jurídica sobre o que as Leis, desde a Constituição até um mero ato administrativo, querem dizer quando asseguram direitos étnicos.

Objetiva-se com a exposição de conflitos emblemáticos por direitos étnicos demonstrar se os Tribunais Superiores estão ou não aptos a julgar demandas que envolvem o direito ao território tradicional e direitos correlatos.

Mauricio Gonçalves Lima – INGA, Janaina Novaes Sobrinho – INGA, Debora Ingrid Rocha – INGA, Mauricio Cardoso Nascimento – INGA e Luiz Henrique Pinheiro – INGA (ST1)

Conflitos de usos de água em torno da barragem de Mirorós no semi-árido baiano

A barragem Manoel Novaes, construída no início dos anos 80, sob o leito do Rio Verde, povoado de Mirorós (Ibipeba), região semi-árida, no centro-norte do Estado da Bahia, teve sua finalidade inicial à instalação de perímetro irrigado, trazendo uma nova dinâmica econômica à região. No entanto, na década de 90, com início do uso da água para abastecimento humano em vários municípios vizinhos, diversos conflitos de uso de água surgiram, envolvendo os dois principais usos da água e os pequenos agricultores nas áreas de várzeas do rio. Diante da gravidade da situação hídrica e dos conflitos estabelecidos, o Instituto de Gestão das Águas e Clima (INGÁ) da Bahia realizou em 2010 o cadastramento de usuários de recursos hídricos para que, a partir das informações coletadas em campo, possam contribuir na resolução dos conflitos. O cadastro de usuários de água é uma ferramenta bastante importante na gestão dos recursos hídricos, levantando informações fundamentais para tomada de decisão.

Mauro José Ferreira Cury – UNIOESTE e Nilson Cesar Fraga - UFPR/FAE (ST5)

Usina Hidrelétrica de Itaipu binacional: Um território em uma sociedade transfronteiriça, com a missão de produção de energia elétrica, turismo e tecnologia.

O artigo tem o objetivo principal de contextualizar a instalação da Usina Hidrelétrica de Itaipu Binacional – UHIB, as interferências territoriais sob as questões socioambientais, políticas e econômicas, com a construção de um território transfronteiriço no centro da América do Sul. A instalação da UHIB em um território transfronteiriço localiza-se na conurbação das cidades de Foz do Iguaçu – Estado do Paraná – Brasil; Puerto Iguazú – Província de Misiones – Argentina, e Ciudad del Este, Presidente Franco, Minga-Guazu e Hernandárias – Departamento de Alto Paraná – Paraguai. As forças do poder central em integração e ensino ocorreram com a criação do Parque Tecnológico de Itaipu – PTI. O espaço é destinado ao ensino em todos os níveis para o desenvolvimento científico e tecnológico, para geração de emprego e renda em cinco programas destinados a Educação; Ciência & Tecnologia; Pesquisa & Desenvolvimento; Empreendedorismo, Turismo e a instalação da UNILA.

Michele da Silva Teixeira – UFMG e Eduardo Charles Barbosa Ayres – UFMG (ST4)

Estratégias produtivas na lavoura de agricultores familiares reassentados pela barragem de Irapé

Na região do Vale do Jequitinhonha em Minas Gerais foi impantada a Usina Hidrelétrica de Irapé ou Usina Presidente Juscelino Kubitscheck, nos municípios de Grão Mogol e Berilo. É a barragem mais alta do Brasil e a segunda maior da América Latina, com 208 metros. Para construção deste empreendimento foi necessário alagar, além dos municípios citados anteriormente, Turmalina, Leme do Prado, José Gonçalves de Minas, Botumirim e Cristália. Inundou em torno de quarenta comunidades de lavradores e garimpeiros, aproximadamente 1.200 famílias, cerca de 5.000 pessoas. Alagou uma área de 137,16 km² e afogou 134.000 hectares. A construção desta obra faraônica resultou no deslocamento compulsório de muitos agricultores familiares. Algumas famílias foram levadas para reassentamentos próximos da região e outras, como no caso da Comunidade de São Miguel, foram reassentadas em um local de características diferentes das quais viviam e produziam suas lavouras, em um ambiente tipicamente semiárido.

Monica Hass – Universidade Federal da Fronteira Sul, Myriam Aldana – Unochapecó e Geverson Ampolini – Unochapecó (ST1)

A legitimidade das audiências públicas dos processos de licenciamentos ambientais da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó

O trabalho tem como finalidade contribuir com o debate sobre o papel das audiências públicas no processo de concessão de licença ambiental para empreendimentos que causam impactos ambientais. De acordo com o sistema normativo ambiental brasileiro, todos os cidadãos têm o direito de ter acesso às informações sobre o licenciamento ambiental de um determinado empreendimento, através da divulgação do Estudo e do Relatório de Impacto Ambiental (EIA-RIMA). Analisaremos as audiências públicas realizadas nos processos de licenciamentos ambientais da Usina Hidrelétrica Foz do Chapecó, cuja construção atingiu 13 municípios localizados em Santa Catarina e no Rio Grande do Sul, e que constituíram-se em espaços públicos de participação social, onde representantes dos gestores públicos municipais, das agências públicas, do empreendedor, da sociedade civil, do poder judiciário, dos movimentos sociais discutiram os impactos ambientais da obra e as ações mitigadoras necessárias para minimizá-los, bem como os interesses dos atingidos pela construção da hidrelétrica.

Mônica Peixoto Vianna – EESC/USP (ST5)

Porto Primavera e o desenvolvimento regional do Pontal do Paranapanema

O artigo trata das transformações ocorridas com o núcleo operário de Porto Primavera, construído inicialmente como abrigo para os trabalhadores e seus familiares, durante as obras das usinas hidrelétricas de Porto Primavera e Rosana, na década de 1980, na região do Pontal do Paranapanema, no estado de São Paulo. Criado para responder às necessidades muito específicas da indústria de energia elétrica, é mostrado como o núcleo foi implantado pela Companhia Energética de São Paulo (CESP) de forma a superar seus objetivos iniciais, transformando-se em um pólo irradiador do desenvolvimento regional. É visto como a CESP desde o início preocupou-se em configurá-lo com um núcleo central permanente e aberto à iniciativa privada, visando sua total desvinculação, assim que as obras chegassem ao fim. Por fim, são relacionadas as transformações pelas quais o núcleo passou ao se tornar distrito e como se configura atualmente, sem a tutela da Companhia.

Morel Queiroz da Costa Ribeiro – FEAM (ST7)

As Pequenas Centrais Hidrelétricas no Brasil: a desfiguração do conceito

A presunção de baixo impacto socioambiental associado às Pequenas Centrais Hidrelétricas responde à pretensão do avanço sem critério, e, portanto, sem controle, da exploração dos potenciais hidráulicos nesse tipo de aproveitamento hidrelétrico no Brasil. Transformados em oportunidades de negócio no ambiente privatizado do setor elétrico, as PCH's vêm se constituindo em verdadeiros “parcelamentos” dos rios, refletindo um movimento de grande especulação por parte de empresas interessadas nos projetos. O que se pretende nesse artigo é a apresentação de uma análise comparativa entre dois conjuntos de usinas (8 PCH's e 2 UHE's) instaladas e/ou projetadas para uma mesma bacia hidrográfica em Minas Gerais (rio Doce), considerando alguns parâmetros usualmente adotados pelo Setor Elétrico. O Objetivo dessa análise é permitir a inferência, a partir de um balanço entre as intervenções correspondentes a cada um dos dois conjuntos considerados, da magnitude de seus impactos socioambientais.

Myrian Nydes Monteiro da Rocha – Fahesa, Maria Odete Cruvinel – Fahesa, Elvio Machado da Rocha – Fahesa, Suyene Monteiro da Rocha – ULBRA e José Francisco Mendanha – Fahesa (ST7)

A insustentável Usina Hidroelétrica Santa Isabel no Rio Araguaia - Tocantins - Pará

De 1980 a 2010 a Usina Santa Isabel, no rio Araguaia, teve seu projeto alterado até chegar à proposta atual. A Usina Hidrelétrica Santa Isabel afetará diretamente Áreas de Proteção Ambiental e Unidades de Conservação, como o Parque Estadual Serra dos Martírios – Andorinhas, que abriga oito ecossistemas distintos, 113 sítios arqueológicos, 5740 gravuras e pinturas rupestres, 31 cavernas e 47 cachoeiras, APA São Geraldo do Araguaia e APA Lago de Santa Isabel, num total de 131 cavernas naturais e uma população estimada em duas mil pessoas. Impactará diretamente o povo indígena Suruí-Aiwekar, além de oleiros, quebradeiras de babaçu, e pescadores. Duas espécies ameaçadas de botos de água doce (*Initia geoffrensis*, ou boto cor-de-rosa, e *Sotalia fluviatilis*, ou boto tucuxi), as tartarugas tracajá (*Podocnemis anifilis*) e macacos cuxiú (*Chiropotes satanas satanas*). No entanto, o Consórcio Gesai – Geração Santa Isabel, afirma que o saldo ambiental do novo projeto é positivo.

Neila Soares – Unicamp (ST4)

Atingidos pela UHE Estreito, Estado e Corporações Transnacionais: etnografia de uma reunião de negociação

Tomando como porta de entrada etnográfica uma reunião de trabalhadores num assentamento rural com um diretor do INCRA, este texto provisório analisa o processo de negociação desses assentados com o consórcio de corporações transnacionais responsável pela construção da Usina Hidrelétrica Estreito, no Rio Tocantins. A reunião foi para certificar à Casa Civil da Presidência da República a reivindicação dos assentados do seu reassentamento coletivo sob a tutela do Incra e repudiar a “carta de crédito”, tipo de compensação praticado pelo consórcio nos demais assentamentos alagados pela barragem. Inspirado na elaboração recente do “método de estudo de caso ampliado” (Gluckman 1961), proposta pelo sociólogo Michael Burawoy, o texto tem como objetivo entender aspectos da experiência que grupos subordinados diante do deslocamento forçado têm do Estado brasileiro e, a partir dessa experiência, explorar os processos e forças externas que moldam suas circunstâncias sociais, políticas e econômicas.

Nilson Cesar Fraga – UFPR/FAE e Fernando Anísio de Oliveira Simas – FAE (ST2)

O impacto socioambiental e cultural da construção da Barragem Norte, em José Boiteux (SC) sobre a Reserva Indígena Xokleng.

Este trabalho tem o objetivo de fazer uma análise do impacto socioambiental e cultural sofrido pelos indígenas Xokleng no decorrer do processo de construção da Barragem Norte, de contenção de enchentes do Vale do Itajaí, em Santa Catarina, localizada no município de José Boiteux - durante os anos de construção da referida Barragem, até os dias atuais. A Barragem Norte está localizada no Vale do rio Itajaí do Norte, principal afluente da margem esquerda do rio Itajaí-Açu, que é formado pela confluência dos rios Itajaí do Oeste e do Sul, na cidade de Rio do Sul. Desde a inauguração da Barragem Norte (1992) a mesma vem aparecendo freqüentemente na mídia – como abandonada e colocando em risco as populações a jusante. A mesma mídia, que questiona o abandono das barragens (não só a Norte), indiretamente culpa os Xokleng pela inoperância dela. O futuro dos Xokleng dependerá de ações governamentais que lhes garanta a subsistência sobre suas terras que sofreram o impacto daquela obra estrutural

Nírvia Ravena (UNAMA – NAEA/UFPA, Voyner Ravena Cañete – UFPA, Cleide Lima de Souza – UNAMA, Romulo Magalhaes de Sousa – UFPA e Kermeson Conceição de Lima – UFPA (ST7)

Efeitos nefastos: Qualidade de Vida e Compensação Financeira em Área de Barragem

Este artigo averigua qual tem sido a efetividade do arranjo institucional, que determina a Compensação Financeira pela Utilização de Recursos Hídricos para Fins de Geração de Energia Elétrica, tanto para qualidade de vida das populações, quanto para o uso racional e integrado dos recursos hídricos. Apresentada uma análise multivariada da realidade sócio-ambiental vivida pelos moradores do entorno da represa de Tucuruí na sua relação com os recursos naturais. Foram consideradas variáveis relativas a aspectos de educação, saúde, renda, moradia que caracterizam o perfil dos indivíduos e sua insatisfação em relação ao acesso e qualidade dos serviços prestados pelas instituições municipais. Dessa forma, com a diluição da compensação financeira em despesas diversas, geralmente utilizadas em estratégias distributivas de produção de políticas públicas por parte dos executivos municipais faz da Eletronorte, a responsável pelo provimento de políticas públicas voltadas às populações do lago.

Núbia Oliveira Almeida – UFS e Marcos Pereira da Silva – UFS (ST3)

Comunidades atingidas por construção de barragem: O caso de Barra e Riacho das Pedras

A política de recursos hídricos no Nordeste semi-árido tem sido marcada, principalmente, pela construção de reservatórios de pequeno a médio porte. Entretanto, algumas questões sociais ocorrem como o caso da inundação de povoados e áreas cultiváveis ao fim da construção de uma barragem que por sua vez afeta os antigos laços sociais e culturais, desestruturando o modo de vida de famílias. No município de Rio de Contas - BA existem três comunidades de quilombolas: Barra, Bananal e Riacho das Pedras, sendo que esta última foi inundada ao fim da conclusão da Barragem Luís Vieira, obra efetivada pelo DNOCS. As entrevistas coletadas forneceram subsídios em torno do comportamento dos quilombolas com relação à atuação do Estado e dos impactos decorrentes da construção da barragem na vida das famílias atingidas. Até o presente momento a situação não tem mostrado grandes reflexos positivos para os que mais necessitam e o Estado ainda se mantém fiel a esse modelo de “desenvolvimento e modernização”.

Odete Cardoso de Oliveira Santos – UFPA (ST7)

As implicações dos barramentos dos igarapés Janjão e Itaqui pertencentes à microbacia hidrográfica do igarapé Apeú

Na região Amazônica os pequenos córregos chamados igarapés, são formadores das microbacias hidrográficas. Ao longo de seus percursos sofrem barramentos para atender diversas finalidades como: lagos para lazer, piscicultura, dessedentação, etc. O objetivo desta pesquisa foi mostrar as implicações dos barramentos dos igarapés Janjão e Itaqui nas destruições de seus canais e na qualidade das águas. Para desenvolver essa pesquisa delimitou-se a área da microbacia, mediram-se os níveis das águas dos igarapés Itaqui e Janjão, no município de Castanhal. Mediram-se vazões do igarapé Itaqui nos períodos menos chuvoso e chuvoso, e coletaram-se amostras das águas desses igarapés para análises bacteriológicas e físico-químicas. Os resultados mostraram que os barramentos no interior dos cursos dos igarapés Itaqui e Janjão contribuíram para o aparecimento de trechos pantanosos com predominância de plantas macrófitas e a presença de coliformes fecais.

Olga Maria Schild Becker – UFRJ (ST2)

Transposição do Rio São Francisco: contexto, discursos e postura dos variados agentes regionais e locais.

Nas últimas décadas, tanto a “questão regional” como o “binômio seca-pobreza”, tornou-se alvo de novas interpretações no contexto nordestino brasileiro. A disputa pelo controle da água vem apresentando novos protagonistas a partir de mudanças no “imaginário da seca”. O Projeto de Integração (Transposição) do Rio São Francisco com as Bacias Hidrográficas do Nordeste Setentrional, veiculado como fator de desenvolvimento para o Semi-Árido, tem suscitado controversos debates por representantes de diferentes segmentos da população, no que se refere à oferta e uso de suas águas. Ministérios e Agências Governamentais, Organizações Não Governamentais, Grupos Indígenas, Igreja Católica Progressista, populações de pequenos produtores atingidos pelas obras, entre outros, possuem diferentes percepções quanto às formas de apropriação e privatização da água. O presente estudo procurou identificar alguns destes agentes e seus discursos em relação ao projeto da Transposição.

Orlando Sampaio Silva – UFPA (ST3)

Os índios Tuxás, da Bahia, e os índios Pankararú, de Pernambuco, e a Barragem de Itaparica

No Médio Rio São Francisco viviam os índios Tuxá, na cidade de Rodelas, à margem desse rio, no norte da Bahia, e os índios Pankararú, no sul de Pernambuco, às proximidades do mesmo rio. Ambos os grupos indígenas se inseriam, então, em uma teia complexa social, cultural e econômica, que os vinculava ao grande rio. Os sistemas simbólicos desses indígenas em suas dimensões mítica, suas cosmogonias e suas mundivisões se reportavam em essência ao rio, locus fundador e constituidor de suas formas de geração de saberes, de conhecimentos e gestos e rituais mágicos, além de sua importância fundamental na sobrevivência econômica e biológica dessas comunidades humanas. O estado brasileiro decidiu construir a Usina Hidroelétrica de Itaparica e sua barragem. Pretendia produzir energia elétrica pretextando o desenvolvimento regional, mas não mediu as consequências desorganizadoras, desconstrutoras que poderiam advir para esses grupos indígenas, como deveria tê-lo feito.

Parry Scott – UFPE (ST1)

Descaso Planejado: Uma interpretação de projetos de barragem a partir da experiência da UHE Itaparica no Rio São Francisco

Através do relato sobre a história de moradores da beira do Rio São Francisco, pernambucanos e baianos no Sertão se propõe um conceito interpretativo da relação entre grandes projetos e população atingida. Os atingidos foram submetidos a um processo de migração forçada por causa da implementação do projeto da barragem de Itaparica, construída para produzir energia para muitos locais no Nordeste. Este artigo evidencia que o constante e variado contato com a realidade das negociações e resistências persistentes em torno dos efeitos da barragem de Itaparica demonstra que há um padrão consistente de descaso planejado na construção de barragens. O que perdura é o contexto de um planejamento e articulação de interesses que em muito transborda as fronteiras da realidade local, e a articulação de uma população a busca de mecanismos de tornar mais claros seus próprios interesses e defendê-los diante dum contexto em que ela não é enxergada como beneficiária prioritária das ações planejadas.

Pascale de Robert – IRD/MPEG (ST3)

As novas bordas do mundo. Água, gente ou terra, quem fica fora do mapa? Território e identidade perto de barragens

A Constituição de 88 outorga direitos específicos aos povos indígenas e inicia o processo de reconhecimento, delimitação e homologação das Terras Indígenas no Brasil. Grupos que viviam excluídos da sociedade nacional foram recuperando certa existência política e social junto com um espaço reservado para eles : as Terras Indígenas, hoje uma categoria de área protegida muito importante para Amazônia. Mas o processo de reconhecimento de direitos territoriais implica o traçado de novas fronteiras e a obrigação, para os moradores, de redefinir seus modos de relação ao território em função das regras e representações impostas de fora. Nesse processo de construção de fronteiras, os Mebêngôkre-Kayapó mostram que mediante a apropriação de ferramentas modernas (cartografia), a utilização de redes ampliadas que incluem núcleos urbanos. Para esse artigo, analisamos falas de indígenas mebêngôkre recolhidas na Terra Indígena, num vilarejo do sul da França também atingido por barragem, em reuniões sobre Belo Monte e em documentos de divulgação (vídeo, artigos de prensa). Os povos indígenas da Amazônia, novamente, vivenciam a ameaça de ficar fora do mapa.

Patricia Silveira Lustosa – UFPA (ST4)

A questão do deslocamento espacial envolvente as mudanças climáticas

Enquanto se debate sobre as teorias migracionais, sendo essas incentivadas ou não, como por exemplo, no caso das construções de grandes projetos, se percebe o crescimento dos deslocamentos de populações devido ou ao agravamento de mudanças ambientais, ou a ocorrência de políticas públicas que lhe impossibilitem manter-se em seus territórios de origem. O presente trabalho visa elucidar sobre as mobilidades populacionais e os possíveis reassentamentos dessas comunidades, utilizando-se principalmente das vertentes que questionam sobre a necessidade de regulamentação sobre os refugiados ambientais ou se esta efetivação de proteção no ordenamento jurídico internacional não se estabeleceria de uma forma inconstitucional uma vez que feriria a razão de ser dos estados nacionais modernos, por impor através da premissa de se tratar de uma questão humanitária, a efetivação de um contingente populacional aos cofres públicos dos países receptores dessa população.

Paula Stolerman – UNIR (ST2)

A miragem de nova-mutum: análise preliminar do discurso do Consórcio Energia Sustentável do Brasil/ESBR(UHE Jirau)

Após a instalação da UHE de Jirau, que somada à UHE de Santo Antônio compõem o chamado Complexo Hidrelétrico do rio Madeira, e a respectiva formação do lago da usina, Mutum-Paraná, distrito de Porto Velho (RO), ficará totalmente debaixo d'água. Toda sua população está sendo ou já foi deslocada e/ou reassentada. Em Mutum-Paraná conflagra-se nitidamente uma sucessão de conflitos ambientais, entendidos como eventos envolvendo grupos sociais que se apropriam tanto material como simbolicamente do território de forma diferenciada, implicando na supressão da continuidade da reprodução das formas de apropriação de um destes grupos em decorrência da atuação do outro (ACSELRAD, 2004). No campo da disputa ambiental que se configura no entorno da UHE Jirau, o capital simbólico é “sustentabilidade” de seu empreendimento, garantindo à ESBR sua legitimidade de atuação. Procuramos compreender, como este capital é garantido também no plano discursivo.

Paulo Cesar Pontes Fraga – UFJF e Rogéria da Silva Martins – UFJF/UERJ (ST5)

Barragens, Conflitos e Deslocamentos: A Questão do Plantio de cannabis no Submédio São Francisco

A proposta do trabalho é discutir a relação entre o incremento do cultivo de cannabis e a dificuldade enfrentada por trabalhadores rurais da região do Submédio São Francisco em produzir no modelo de agricultura familiar, notadamente com as consequências do deslocamento produzidos pela Barragem de Itaparica e a escassez de recursos públicos para o desenvolvimento da agricultura familiar na região. Busca-se identificar os principais atores envolvidos no cultivo, as relações estabelecidas entre eles e discutir como a cultura da cannabis se funda como alternativa à falta de uma política agrícola na região e, também, nas relações hierárquicas e autoritárias do mandonismo local. A represa de Itaparica se estabeleceu em uma área com graves conflitos de terra, em região com problemas sérios de grilagem de terra. A cultura da cannabis na região emprega direta e indiretamente 40 mil pessoas e que movimenta cerca de 100 milhões de reais anualmente.

Pollyana Martins Santos – Universidade Federal de Viçosa e Márcia Pinheiro Ludwig – Universidade Federal de Viçosa (ST2)

Movimentos sociais de mobilização e resistência de comunidades atingidas por barragens enquanto instrumentos de justiça ambiental: o exemplo do caso da UHE Pilar, na Zona da Mata mineira.

Estudar a temática ambiental relativa à construção de barragens em termos de distribuição e justiça pressupõe reconhecer que os encargos sócio-ambientais do projeto recaem, geralmente, sobre as partes mais frágeis da relação, as comunidades ribeirinhas, que arcam com os maiores impactos do empreendimento, sem que sejam efetivamente beneficiadas pelo dito “desenvolvimento” que permeia o discurso legitimador da barragem. Tal situação corrobora a noção de conflituosidade que caracteriza o campo ambiental, no qual se evidenciam relações de poder que marcam a disputa desigual entre atores sociais pelo domínio dos recursos naturais. Neste cenário, é fundamental a mobilização e resistência enquanto instrumentos de empoderamento dos atingidos, em defesa de seus direitos e limitação das injustiças ambientais. Sendo assim, a partir do caso da UHE Pilar é possível concluir que a atuação dos movimentos sociais, se eficaz, representa a possibilidade de legitimação de direitos e justiça ambiental.

Priscila Pavan Detoni – UFRGS e Henrique Caetano Nardi – UFRGS (ST6)

“Os barrageiros”: Construções das masculinidades num canteiro de obras de uma usina hidrelétrica.

Durante a dissertação de mestrado em Psicologia Social e Institucional empreendi uma pesquisa que propõe descrever e problematizar o contexto da construção das performances masculinas de trabalhadores que ficaram alojados em um canteiro de obras para a construção de uma usina hidrelétrica no oeste catarinense, no Sul do Brasil. A metodologia deste estudo foi guiada pela abordagem etnográfica e análise das formações discursivas e o corpus constituiu-se por observações de campo e entrevistas. A pesquisa buscou descrever como são (re – des) construídas estas subjetividades masculinas, desde o processo de mobilização para a vinda e instalação destes trabalhadores, a composição da cidade temporária instalada no canteiro de obras até o processo de desmobilização. Este processo fala da itinerância destes homens interpelados como barrageiros, os quais entram em tensão e se reformulam de acordo com os marcadores sociais, a época, o local e as relações que estabelecem nas construções de barragens.

Raimunda Monteiro – UFOPA (ST8)

Belo Monte: razões da resistência e as incertezas do projeto

Este trabalho faz uma reflexão sobre os diferentes protagonismos sociais e suas repercussões no caso da construção da UHE de Belo Monte. A rejeição ao projeto, sua afirmação e as incertezas que permearam vinte e dois anos de debate. A idéias contestatórias, as mudanças técnicas informadas e as questões não respondidas no processo de licenciamento. Este trabalho aborda as contradições de discursos e práticas dos protagonistas, destacando as incertezas que uma abordagem multidisciplinar pode suscitar sobre UHEs na Amazônia.

Raquel Rodrigues da Poça – UFPA, Amintas Lopes da Silva Júnior – UFPA, Cleidiane do Rosário Costa – UFPA, Paula Vanessa da Silva e Silva – UFPA, Sandro Luis da Trindade Pinheiro – UFPA e Aquiles Vasconcelos Simões – UFPA (ST8)

Influência da criação de projeto agroextrativista na recomposição dos modos de vida dos ribeirinhos: O caso da Ilha Jacaré Xingu - PA

Na região do Baixo Tocantins, microrregião de Cametá, o cotidiano é organizado pelos rios Moju, Pará e o caudoloso Tocantins. Na década de 1970 a população sofreu um grande impacto na oferta de alimentos e na navegabilidade do rio Tocantins. Com o início das obras da Usina Hidrelétrica de Tucuruí houve uma diminuição drástica na captura de peixe. A partir de 2006, a Secretaria do Patrimônio da União, com o Instituto Nacional Colonização e Reforma Agrária, procuraram promover a regularização fundiária dessas áreas pertencentes à União mas ocupada tradicionalmente por essas famílias; foram criados no Município onze Projetos de Assentamento Agroextrativista – PAEs em onze ilhas do Município. Esses projetos vieram com a intenção de promover o uso adequado das terras, em contrapartida, ocasionaram mudanças no modo de vida desses ribeirinhos. A proposta de PAEs considera as particularidades dos ribeirinhos. O presente trabalho analisa a questão da regularização fundiária nessas áreas a partir da implantação dos projetos de assentamento agroextrativistas.

Regina Chelly Pinheiro da Silva – NAEA/UFPA (ST7)

Complexo do madeira: Impacto da migração na urbanização no município de Porto Velho/ Rondônia/Brasil

O trabalho busca analisar os impactos decorrentes da migração de trabalhadores para a construção das Usinas hidrelétricas do Madeira. A cidade de Porto Velho passa por um processo delicado, com fortes atrativos econômicos, mas com grandes carências estruturais, por se tornar um ponto de convergência de fluxos de pessoas, informações e de decisões que repercutem em toda a qualidade dos serviços intra urbanos. Neste contexto, apresentar-se-á o processo atual de apropriação do espaço urbano de Porto Velho, com a exclusão sócio-espacial das ocupações urbanas, mas, sobretudo, identificar-se-á o impacto da presença deste contingente nas vivências próprias das singularidades da população Amazônica, criando um espaço diferencial, único, com práticas sócio-espaciais advindas das experiências externas imposta pela população migrante, assim como a perda da identidade dos moradores nativos, que são impactadas pela especulação imobiliária com processos de apropriação de seus espaços.

Reinaldo Corrêa Costa – INPA (ST7)

Sociedade e Natureza na Volta Grande do Xingu

A ação humana na Natureza sob diferentes modos de produção – notadamente o capitalismo – impôs ao planeta diversas alterações, e isto está relacionado a

vários fatores harmônicos ou não, desiguais e combinados. Nem os processos da litosfera mais rígidos ficam fora da intervenção de processos humanos; existem as sismicidades induzidas por lagos artificiais; é a econosfera que altera as diversas esferas da Natureza, e os efeitos adversos geralmente são sentidos por aqueles que pertencem aos grupos sociais e economicamente mais frágeis. Quando determinada situação econômica precisa de algo da Natureza, este recebe o nome de Recurso, que é a mercantilização da Natureza. A idéia de proteger o meio ambiente amazônico é fator de extrema importância para a vida em geral, em virtude do histórico de construção de imensos lagos para mover as hidroelétricas de grande escala, com impactos negativos como aconteceu em Samuel (RO), Tucuruí (PA) e Balbina (AM). O dilema da preservação do meio ambiente com desenvolvimento cai na teia de relações entre sociedade e Natureza.

Renata da Silva Nobrega – IFRO/PNCSA (ST8)

“Por isso nós queremos praticar pra falar”: Mulheres indígenas contra as barragens.

Um levantamento preliminar aponta que pelo menos vinte povos indígenas, sem contar aqueles que se encontram em situação de isolamento e risco, são ameaçados por ou já sofrem as conseqüências da expansão hidrelétrica em Rondônia. Alguns destes povos, como os Arara e os Gavião, da TI Igarapé Lourdes, estão mobilizados há mais de vinte anos contra projetos hidrelétricos que prejudicariam suas vidas. Outros tentam reagir a projetos bilionários, como é o caso dos povos indígenas atingidos pelas usinas hidrelétricas do Complexo Madeira. E mesmo as chamadas “pequenas centrais hidrelétricas” têm causado graves prejuízos a diversos povos indígenas em todo o estado. Nos encontros dos movimentos indígenas, estes povos denunciam as graves conseqüências destes empreendimentos. O trabalho proposto trata das mobilizações em torno da organização do I Encontro de Mulheres Indígenas Atingidas e/ou Ameaçadas por Barragens em Rondônia. A proposta de realização deste encontro partiu de uma demanda das mulheres Arara, da TI Igarapé Lourdes, em Ji-Paraná, Rondônia.

Renato Domingues Fialho Martins - ETTERN/IPPUR/UFRJ (ST1)

O arranjo espacial do setor elétrico brasileiro nas últimas duas décadas

Este trabalho possui como questão o desenvolvimento do setor elétrico brasileiro (SEB) a partir do crescimento da presença do capital privado e do avanço do projeto

neoliberal. Discute-se o que há de novo e o que há de permanência nas empresas do setor, além de se pesquisar a consolidação de um novo modelo para a expansão do setor, o deslocamento da fronteira elétrica, e os primeiros movimentos do rompimento com a lógica territorial do modelo estatal. A partir das considerações, tentou-se mostrar que as transformações institucionais, econômicas e espaciais do SEB a partir da década de 1990, conduzem para a consolidação de uma nova geografia do setor, isto é, há um novo arranjo espacial do setor provocado pelo modelo de mercado instituído, ou ainda a emergência de um ordenamento territorial de novo tipo.

Rene Gonçalves Serafim Silva – UFU e Vicente de Paulo da Silva – UFU (ST9)

Grandes projetos de investimentos: a UHE de Aimorés (MG) e o processo de (des) territorialização

O modelo de desenvolvimento energético proposto pelo Estado brasileiro pautou-se essencialmente na matriz energética advinda das usinas hidrelétricas, devido ao grande potencial hídrico existente em extensas áreas do território brasileiro. Neste contexto, os Grandes Projetos de Investimento (GPIs) é um tema que ganhou relevância, uma vez que tais projetos exercem sobre o(s) território(s) efeitos que não estão somente relacionados ao meio ambiente, mas com a população de atingidos pelas barragens. O objetivo geral deste artigo é realizar uma pesquisa teórica acerca dos GPIs e sua influência na transformação do(s) território(s). Além disso, propõe-se uma análise preliminar dos efeitos socioespaciais que a construção da UHE de Aimorés (MG) causou às populações de Ituetá, Resplendor e Aimorés. A metodologia utilizada foi o levantamento bibliográfico referente aos GPIs, conceitos de território e notícias divulgadas pelo Movimento de Atingidos por Barragens (MAB) para a UHE em questão.

Ribamar Ribeiro Junior – IFPA/CRMB e Fabiano dos Santos Rodrigues – IFPA/CIMB (ST6)

Construção da AHE Marabá: Uma abordagem sobre opções de desenvolvimento e o seu planejamento

Pretendemos neste trabalho, tecer algumas considerações a partir do processo de implantação da AHE Marabá (PA). Mais um projeto polêmico na Amazônia que interligará a hidrelétrica de Tucuruí a outras três, nos rios Tocantins e Araguaia.

Prever a inundação de uma terra indígena e várias áreas de assentamentos da reforma agrária. O trabalho se baseia em dados preliminares, utilizamos como um exemplo para discutir mais concretamente os possíveis impactos para a sociedade, e a atual estratégia adotada pelo governo, associando o empreendimento na rota do sistema interligado nacional, o SIN. Mesmo que o custo econômico, social e ambiental da barragem em si seja elevado, este se compensa pelo baixo custo da construção de infra-estrutura de transmissão para a energia ser usada nacionalmente. Por outro lado, a resistência dos povos das áreas a serem inundadas e as conseqüências com a intensificação dos conflitos sócio-ambientais, tem sido as principais preocupações das organizações sociais.

Ricardo Dantas Borges Salomão – UFF (ST3)

Estudo comparativo de duas populações indígenas atingidas pelas Hidrelétricas: o caso dos Tuxá de Rodelas e dos Kariri Xocó

A partir de pesquisa bibliográfica e de pesquisa de campo realizadas em 2010, o presente trabalho procura comparar o impacto sociocultural, econômico e ambiental nos povos indígenas Kariri Xocó, município de Porto Real do Colégio, Estado de Alagoas e Tuxá de Rodelas, localizado no município homônimo, no noroeste do estado da Bahia. O primeiro sofre diversos impactos devido a mudança no fluxo do Rio São Francisco causado pela construção das Hidrelétricas de Sobradinho, Paulo Afonso e Xingó, embora não sejam considerados pelo estado como populações atingidas pelo empreendimento. O segundo povo indígena, os Tuxá, foi reassentado em 1987, pois teve seu território tradicional inundado devido a formação do lago após a construção da barragem de Itaparica. Através da comparação dos dois casos o trabalho procura refletir a categoria de atingidos e seus critérios de identificação, bem como a dimensão dos impactos sociais, culturais e ambientais da construção de uma Hidrelétrica.

Ricardo Santos de Almeida – IGDEMA-UFAL e Cirlene Jeane Santos e Santos – IGDEMA-UFAL (ST1)

Barragens sem controle – água, suor e dor: Desterritorialização e reterritorialização nas cidades atingidas pelas enchentes em junho de 2010, em alagoas

Este estudo enfatiza o processo de desterritorialização-reterritorialização nas cidades alagoanas localizadas nas regiões hidrográficas dos rios Mundaú, Paraíba do Meio, Una e Complexo Estuarino Mundaú-Manguaba. São destacadas vinte e

oito cidades atingidas pelas enchentes que incidiram sobre Pernambuco e Alagoas em junho de 2010. Pautada em proposições teóricas de Santos, Corrêa e Haesbaert concernentes a discussão sobre a análise da paisagem, do lugar, do território e do espaço, o trabalho ressalta o processo de desterritorialização das populações afetadas. As causas apontadas para a catástrofe é relacionada pelos técnicos a relação homem-natureza no processo de ocupação das margens dos citados rios, bem como, destacam a contribuição decisiva do aumento do volume de água despejado na região atingida. Contudo em nenhum momento foi citado à questão das barragens e açudes particulares que possibilitam a reprodução e territorialização do capital no campo na chamada Zona da Mata Alagoana.

Richard Oliveira Jardim – UFMA e Roberta Maria Batista Figueiredo – UFMA (ST2)

Implicações na (re)configuração sócio-espacial na cidade de carolina-ma pela construção da UHE de Estreito

Num cenário de constantes mudanças que tem sido a história de Carolina desde sua fundação, a construção da Usina Hidrelétrica em Estreito (UHE Estreito) se apresenta como um novo fator de transformação para os próximos anos. Os objetivos do presente artigo esta centrada em analisar e compreender a dinâmica da população atingida pela represa, bem como as implicações sócio-espaciais desta. Por meio de uma via qualitativa, foi realizado levantamento bibliográfico, realização de entrevistas com os atingidos direta e indiretamente pela barragem. A cidade Carolina, por anteceder Estreito (MA), em relação a montante do rio, será área de reservatório, dinamizando boa parte da conjuntura sócio-espacial. Diante do processo de construção da barragem, grande parte da população da cidade de Carolina foi/ será afetada direta ou indiretamente, passará pelo processo de remanejamento, o que por muitas vezes é entendido como mudança apenas dos atingidos do local de moradia para outro (VIANA, 2003), o que gera incertezas e problemas individuais e coletivos, sociais, culturais, políticos e econômicos.

Rodrigo Constante Martins – UFSCar (ST8)

Bases fundiárias da governança ambiental: um estudo de caso sobre barragens

O objetivo deste trabalho é interpretar os contextos de relações de poder na gestão de águas em áreas de barragens de usinas hidrelétricas (UHE's). Interpreta os

conflitos envolvidos na gestão dos recursos hídricos a partir do caso do município de Barra Bonita, localizado na região central do estado de São Paulo, às margens do rio Tietê. O estudo revela que o município tem sua história marcada pela construção do reservatório da Usina Hidrelétrica de Barra Bonita e de sua respectiva barragem, ocorrida na década de 1950. Evidencia ainda como a redefinição das relações fundiárias decorrente da construção da barragem e do reservatório hídrico vem condicionando, desde a década de 1990, a estruturação regional da gestão descentralizada e participativa das águas. Em suas conclusões, o artigo destaca que as conjunturas locais de exclusão social tendem a serem refletidas nas novas instâncias descentralizadas de gestão dos recursos territoriais – tais como os Comitês de Bacias Hidrográficas.

Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto – MPEG e Antônia Martins – Fundação Viver, Produzir e Preservar (ST4)

Perdas e danos nos baixões de Altamira

A incerteza é uma das marcas principais do AHE Belo Monte. O EIA informa que na Área Diretamente Afetada – ADA Urbana de Altamira moram 16.420 pessoas. Outras estimativas da população a ser removida dos baixões formados pelos igarapés Altamira, Ambé e Pannels e ao longo da orla do Xingu falam em até 40.000 pessoas. É dito que a soleira da catedral da cidade está localizada na cota 101, enquanto a Casa do Índio, em frente ao cais, está na cota 99, na área alagável, portanto. Um prejuízo para a cidade, que vem sofrendo há décadas com a destituição de serviços básicos. A cidade se atrofia à espera da barragem salvadora. A propaganda do empreendimento mostra o “hoje” – exclusivamente figurado por palafitas, na verdade 37% das edificações da ADA – e o “depois”, um vistoso conjunto habitacional. Lado a lado com informações e números duvidosos está a incerteza quanto ao futuro dos que já sabem que serão obrigados a se retirar se o projeto prosseguir. O EIA registrou 666 atividades produtivas nos baixões, comércio na frente e residência atrás, na maioria. Da sua panificadora, uma senhora diz: “São laços sociais que se perdem. Eu conheço todo mundo aqui; é alguém que passa e diz - ‘oi dona Jane, tudo bem?’. Como a gente vai reconstruir tudo isso em outro lugar?”

Rodrigo Valente Serra – IFF/ANP (ST4)

Notas Críticas sobre o Regime de Arrecadação, Distribuição e Vinculação da Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos

No ano de 2009 foram distribuídos R\$ 1,8 bilhões à Título de Compensação Financeira pela Utilização dos Recursos Hídricos (CF), sendo seus beneficiários e as respectivas participações (com variações entre a norma vigente para o rateio da CF e os Royalties incidentes sobre a produção de Itaipú): Ministério do Meio Ambiente (3%); Ministério das Minas e Energia (3%); Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (4%), Estados (45%) e Municípios (45%). Tal distribuição é alvo de inúmeras críticas, as quais avançam em direção ao momento anterior, (o momento da arrecadação), bem como atingem o momento posterior (o momento da aplicação). Identificando-se alguns questionamentos cruciais, com este artigo, ao explorar estes questionamentos, pretende-se problematizar o regime de arrecadação, distribuição e aplicação da CF, destacando um debate caro ao Movimento dos Atingidos por Barragens – MAB, qual seja: sobre a justiça e oportunidade da transferência direta de parcela da CF às populações atingidas pelas barragens.

Rogério Almeida – UNAMA (ST2)

Geração de energia na Amazônia – Caso de Estreito em questão

O empreendimento da UHE de Estreito pluga o grotão marcado por inúmeras chacinas de camponeses ao resto do mundo através da geração de energia. O empreendimento pertence ao Consórcio Ceste, que aglutina as grandes corporações do quilate da Camargo Corrêa (4,44%), Alcoa (25,49%), Vale (30%) e a belga Suez-Tractebel (40,07%). Ambientalistas que tratam sobre barragens advertem que caso se sacramento o planejamento estatal, o rio Tocantins deve se transformar num grande lago, onde os impactos ambientais e cumulativos são imensuráveis. A radical alteração do ciclo de reprodução dos peixes, destruição da mata ciliar e inundação de florestas nativas que abrigam animais silvestres são alguns dos impactos pontuados. Empreendimentos de grande porte tendem a atrair grandes contingentes de migrantes. 5.500 operários da construção civil estão no canteiro de obras atualmente. Cabe interrogar: para onde essa população irá após a conclusão da obra, prevista para 2010?

Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA/UNAMAZ e Joseline Simone Barreto Trindade – UFPA (ST4)

Territorialidades específicas ameaçadas pelo Projeto da Hidrelétrica de Marabá - PA

A construção da hidrelétrica de Marabá invade, interfere na vida de assentados, dos

indígenas, dos pescadores, dos ribeirinhos, dos moradores de bairros das cidades, produzindo um espaço de relações específicas com cada uma dessas categorias. Esse jogo de relações se estabelece com a Eletronorte, Funai, INCRA, IBAMA, Governo do Estado e ainda, com as empresas de consultoria e construtoras. A Funai decide em Brasília, a forma como os indígenas serão “convencidos a aceitar” o empreendimento. O INCRA omite-se em tratar sobre o que ocorrerá com os assentados. As consultoras elaboram os estudos “instantâneos” de EIA e RIMA. A razão maior é a lucratividade do empreendimento para os setores energéticos e mineral, os principais interessados na construção dessa obra. As chamadas “reuniões públicas” se realizam sob um esquema de convencimento e de autoridade por parte dos técnicos a partir de um discurso que anuncia benefícios, desviando a atenção dos impactos que se impõe aos sujeitos sociais, seus modos de vida, e ainda sobre os conflitos sócioambientais que provocará o empreendimento.

Roselene de Souza Portela – NAEA/UFGA e Dion Márcio Carvaló Monteiro - Université Paris Nord (ST2)

A Luta dos Povos do Xingu contra Belo Monte: questões políticas sobre aproveitamento hidrelétrico e desenvolvimento na Amazônia

Historicamente, o modelo de desenvolvimento implementado na região amazônica tem sido pautado nos grandes projetos de exploração vegetal, mineral e hídrica. No que se refere as grandes usinas hidrelétricas, a experiência tem demonstrado que estas não trouxeram desenvolvimento para o local onde foram construídas, pelo contrário, são responsáveis pelo aumento da concentração urbana, violência, populações originárias e tradicionais expulsas de suas terras, entre outros. É por este motivo que o debate sobre a construção do Aproveitamento Hidrelétrico (AHE) Belo Monte já se arrasta há 35 anos. As políticas de desenvolvimento implementadas pelo Estado capitalista constituem-se um produto das contradições resultantes das relações entre classes sociais antagônicas, que se manifestam nos modos de ocupação dos territórios. O avanço destas reflexões levará inevitavelmente ao debate sobre o modelo de desenvolvimento implementado na Amazônia e suas conseqüências.

Rosilen Cruz de Araújo – UNEB (ST3)

Os efeitos da ação antrópica na qualidade de vida do povo tuxá: Um estudo de caso da usina hidroelétrica de Itaparica – U.H.E.I., Rodelas – BA.

Entre os problemas ambientais que a humanidade vem vivenciando neste século, a construção de Hidroelétricas é um deles. Apresentamos aqui a ocupação da região do submédio São Francisco com uma abordagem ao contexto histórico da CHESF (Companhia Hidroelétrica do São Francisco) e da U.H.E.I. (Usina Hidroelétrica de Itaparica) como foco principal, os efeitos da ação antrópica na qualidade de vida do povo Tuxá no Município de Rodelas no Estado da Bahia. Embora as obras para abastecimento de energia apresentem benefícios para elevar o nível da qualidade de vida da população, elas provocam prejuízos significativos ao meio ambiente como também às comunidades tradicionais, sendo necessário avaliar os efeitos dessas obras sobre os diversos elementos que compõem a natureza, especialmente sobre a própria água, em termos quantitativos e qualitativos. Este é o caso do povo Tuxá, que desde a década de 80, vem sofrendo perdas e danos causados pela barragem.

Sabrina Mesquita do Nascimento – UFPA, Edna Maria Ramos de Castro - UFPA e Simy de Almeida Corrêa – UFPA (ST1)

As contradições entre os discursos e as práticas do campo político-institucional sobre as questões de energia na Amazônia

Este trabalho analisa o papel desempenhado pelo campo político-institucional na configuração da política energética nacional e a importância da Amazônia neste contexto, fazendo um contraponto entre discursos e práticas do setor elétrico sobre meio-ambiente e sociedade. Neste sentido, pretende-se apontar como tais questões são incorporadas ao discurso de responsabilidade presente no setor e na matriz hidroelétrica consolidada no Brasil, por meio de dois eixos considerados fundamentais na construção discursiva sobre as questões de energia no Brasil. O primeiro consiste na ideia de que existe uma necessidade inerente à energia que a coloca como um dos vetores fundamentais para o desenvolvimento do país. E o segundo analisado diz respeito aos usos que o setor elétrico faz do meio-ambiente na sua construção discursiva. Tendo isto em vista, esta análise busca, através de questões relativas a estes dois eixos, a via da contradição presente nas práticas do setor elétrico, sobretudo no que tange o fundamental papel exercido pela Amazônia dentro deste contexto.

Sadi Baron, Leonardo Antonelo e Bianca Aléssio (ST5)

Compensação financeira X Produção agrícola renunciada

O propósito desse artigo é de realizar um comparativo entre os retornos econômicos oriundos da “compensação financeira” da UHE Itapiranga (previsto no estudo realizado pela empresa ENGEVIX) para o Município de Mondaí SC e a movimentação financeira gerada pela produção agrícola dos produtores rurais residentes nas comunidades ameaçadas pela formação do reservatório da usina de Itapiranga, no ano de 2007. A construção da Barragem de Itapiranga, além de implicar em deslocamento da população ribeirinha, implica em renúncia da produção agrícola na área alagada pela barragem. O município de Mondaí/SC faz parte dos 07 municípios ameaçados pela Usina de Itapiranga: Itapiranga, São João do Oeste e Mondaí, em Santa Catarina, e Pinheirinho do Vale, Caiçara, Vicente Dutra e Vista Alegre, no Estado do Rio Grande do Sul.

Sandra Carolina Portela Garcia – UFSC (ST6)

Tecendo as redes da memória: Mudança da paisagem e construção da identidade coletiva entre os pescadores artesanais da Laguna de Sonso no Valle del Cauca, Colômbia.

No ano de 1985 foi construída a hidroelétrica de Salvajina no sul ocidente colombiano. A realização desta obra desenvolveu-se em torno da polêmica criada pela “necessidade” de “relocar” às comunidades indígenas e afro descendentes da região onde esta seria implantada, o que trouxe toda uma série de conflitos que até hoje são objeto de discussão. No entanto, a Salvajina não só causou este deslocamento, ela também impactou drasticamente a paisagem do vale geográfico do Rio Cauca e as populações “tradicionais” moradoras de uma vasta região. O trabalho aqui apresentado é uma manifestação da afecção causada pela obra por fora do epicentro dos fatos anteriormente relatados e da conta de como os pescadores artesanais da Laguna de Sonso no departamento do Valle del Cauca, narram as transformações e mudanças na paisagem causadas a partir da construção da usina, nos permitindo enxergar como as representações sociais do território, e a identidade coletiva são tecidas nesta comunidade.

Sérgio Cardoso de Moraes – UFPA, Jéssica Santos da Silva – UFPA e Charlene de Carvalho Silva – UFPA (ST6)

Organização social da pesca na região do Baixo-Tocantins no Pará

As crescentes dificuldades enfrentadas pelas comunidades rurais amazônicas apontam para a necessidade de criação de alternativas para consolidar os modos de vida baseados em atividades tradicionais como a pesca e a agricultura. Nesse contexto apresentamos uma pesquisa realizada na região denominada Baixo-tocantins no Estado do Pará, localizada à jusante da barragem hidrelétrica de Tucuruí. Foram priorizados os municípios de Cameté e Abaetetuba. Neles encontramos algumas alternativas que os pescadores artesanais estão buscando para suprir a escassez de pescado e consequente reprodução social da categoria. Damos destaque à prática de criação de peixes em cativeiro que envolveu uma rede de organizações a fim de garantir o incentivo de uma nova atividade no cotidiano dos tradicionais pescadores artesanais. Utilizamos entrevistas semi-estruturadas, observação e participação em algumas reuniões, além de registro fotográfico do processo de construção dos tanques de criação de peixes.

Silvana Rodrigues Gouveia do Carmo (ST7)

Deslocamentos compulsórios e segurança alimentar e nutricional: O caso dos impactos sócio-ambientais de uma comunidade ribeirinha atingida pela mineração de caulim em Barcarena (PA)

Este trabalho faz um estudo das mudanças ocorridas nas práticas alimentares da comunidade Nova Vida em Barcarena- PA, formada por famílias de pequenos agricultores e pescadores. Investigou-se como os acidentes provocados pelo vazamento de caulim nos rios influenciaram na segurança alimentar e nutricional dos seus membros, pois ressignificaram seus modos e hábitos alimentares. A problematização central foi: O atual espaço da Comunidade Nova Vida tem garantido a promoção da segurança alimentar para as famílias? A pesquisa consistiu na aplicação de um questionário semi-estruturado aos representantes das famílias remanejadas. A abordagem privilegiou os campos da sociologia e nutrição (Furtado, 1981; Mendes, 2006 e Murrieta, 2008) para analisar os modos de vida e alimentação na produção e consumo. As mudanças sócio-espaciais implicaram na introdução de alimentos industrializados, modificando o padrão alimentar dessa comunidade, caracterizando uma transição nutricional.

Simy de Almeida Corrêa – UFPA e Sabrina Mesquita do Nascimento – UFPA (ST1)

O discurso do desenvolvimento e a crise da democracia no Brasil: O caso da hidrelétrica de Estreito.

A UHE de Estreito no rio Tocantins, uma área já conhecida pelos seus conflitos sociais ligados à questão fundiária, está em processo avançado de instalação. Movimentos de resistência estão organizados na defesa dos direitos dos atingidos. Percebe-se um claro desrespeito aos direitos humanos e à Constituição Federal que tal processo traz desde os estudos de impacto que desconsideraram diversas categorias de trabalhadores como atingidos, além dos sobre a fauna e a flora. O próprio parecer técnico no. 027/2002/GCLIC-SAGIA do IBAMA admite essas perdas irreparáveis. A Amazônia vem sofrendo intervenções com base no discurso da modernização, seja em governo ditatorial, seja em governo democrático. Nesse sentido, o presente trabalho faz um levantamento das irregularidades no processo de licenciamento deste empreendimento relacionando com a invisibilidade e o total desrespeito das populações atingidas e os vários impactos ambientais decorrentes desse empreendimento.

Sônia Barbosa Magalhães – NCADR/NUMA/UFPA e Francisco del Moral Hernandez – Instituto de Eletrotécnica e Energia (ST1)

Ciência, cientistas e democracia desfigurada: O caso Belo Monte

A fronteira hidrelétrica avança sobre a Amazônia com grandes obras como Santo Antonio e Jirau no rio Madeira e de maneira decisiva através dos projetos de Belo Monte proposto na Volta Grande do Xingu, licenciado em fevereiro de 2010, e de aproveitamentos no rio Tapajós. Contudo, os grandes projetos de infra-estrutura de geração de energia nesta região revelam conflitos, disputas políticas e econômicas que evidenciam risco aos processos de licenciamento ambiental, no processo de discussão de obras que envolvem bilhões de reais e conseqüências ambientais e sociais de grande envergadura. Alerta-se neste artigo a deslegitimação do discurso de grupos sociais que se opõem às políticas oficiais de desenvolvimento materializadas na duvidosa e polêmica usina de Belo Monte –PA, baseado na experiência da rede Painel de Especialistas constituído para análise crítica dos Estudos de Impacto Ambiental de Belo Monte e diversos segmentos da sociedade.

Suely Rodrigues Alves – NAEA/UFPA, Joelle Katiussia Macedo da Silva – NAEA/UFPA e Lanna Peixoto – NAEA/UFPA (ST8)

Expansão da fronteira e novos conflitos no baixo Amazonas: confluência entre mineração em Juruti e Usina hidrelétrica em Altamira

Neste trabalho procurou-se analisar conflitos sociais envolvendo grupos sociais com antiga ocupação e grandes empresas de mineração, tendo a disputa pelo território como cerne destes enfrentamentos. O lócus de nosso estudo é o município de Juruti (PA) e a exploração de bauxita realizada pela empresa ALCOA. Os conflitos sócio-ambientais atualmente existentes no município têm relação direta com os processos de intensificação da exploração da mineração no baixo amazônico, e por se constituir uma área de expansão. Os recursos do Plano de Aceleração do Crescimento do Governo Federal, destinados ao asfaltamento das rodovias Br-163 (Cuiabá-Santarém) e Br-230 (Transamazônica), fazem parte de um programa maior de construção de infraestrutura ao qual se vincula a Construção de Hidrelétricas no rio Xingu e no rio Tapajós. E neste conjunto a de grandes investimentos para o “progresso”, a Hidrelétrica de Belo Monte no rio Xingu tem sido associada ao “empreendimento da bauxita”, incluindo o fornecimento de energia para a exploração de minério em Juruti.

Tássio Barreto Cunha – UFPB e Diego Bruno Silva de Oliveira – UFPB (ST9)
Barragem Manoel Novais (Mirorós): Dos conflitos a gestão

A disputa pelos recursos hídricos do planeta vem crescendo e tornando a bacia hidrográfica o principal elemento de estudos para atenuação de conflitos. A bacia hidrográfica do Rio Verde localiza-se na porção centro-norte do estado da Bahia, sendo este, tributário da margem direita do Rio São Francisco. No início dos anos 80, o Rio Verde foi represado com a construção da Barragem de Mirorós, esta, tendo como finalidades o abastecimento público da microrregião de Irecê, a disponibilidade de água para o perímetro irrigado de Mirorós e a perenização do Rio Verde. Com a diminuição da vazão natural do rio, surgiram conflitos com irrigantes a jusante da Barragem de Mirorós, principalmente os alocados no município de Itaguaçu da Bahia. Esse trabalho tem como objetivo analisar os conflitos entre os usuários das águas da Barragem de Mirorós instalados ao longo da sub-bacia hidrográfica do Rio Verde, constatando os diferentes tipos de litígios envolvendo os utilizadores das águas do manancial e suas principais causas, assim identificando as principais formas de uso das águas.

Telma Semirames de Castro Mendes – UNEC, Pierina German Castelli – UNEC e Rodrigo Alves Nascimento – Faculdade Pitágoras (ST7)

Impactos na saúde dos habitantes de Periquito, na construção da usina hidrelétrica de Baguari - MG.

Se por um lado as usinas hidrelétricas estão associadas à necessidade do crescimento econômico, são também responsabilizadas por inúmeros impactos negativos sobre a sociedade e meio ambiente, todos eles, direta ou indiretamente, afetam a saúde humana. Esta pesquisa analisou o impacto das obras de construção da Usina Hidrelétrica (UHE) de Baguari na saúde dos munícipes, relacionado às doenças transmissíveis, principalmente as sexuais. Além de entrevista, foram levantados dados do atendimento médico diário, no período de doze meses antes e após o início da construção da UHE. O estudo revelou entre outros, um incremento positivo nos casos de doenças sexualmente transmissíveis, da ordem de 208% e incremento negativo no atendimento a dengue e esquistossomose. Observou-se a necessidade de implementação imediata de medidas de prevenção e promoção à saúde e, a responsabilização de todos os atores sociais envolvidos objetivando o controle destas doenças e de outras que já são previstas.

Thiago Almeida Barros – NAEA/UFPA e Nirvia Ravena – NAEA/UFPA/UNAMA (ST1)

Sentidos da matriz energética brasileira na mídia. Hidrelétricas na Amazônia de FHC a Lula (2000 a 2009).

A discussão sobre as necessidades de infraestrutura energética do Brasil pairam sobre as características generalizantes da mídia e das negociatas entre grupos de pressão e governos. A persistência governamental em construir hidrelétricas na Amazônia está baseada numa sólida estratégia de argumentos dentro da lógica e vantagens comparativas da atual matriz energética. Neste trabalho, analisamos o conteúdo jornalístico sobre a implementação das usinas de Santo Antônio e Belo Monte. O corpus engloba os jornais O Globo, Folha de S. Paulo e Estado de São Paulo nos biênios 2001-2002 e 2008-2009. Consideramos como problema o desdobramento da definição de política pública como um sistema e que a mídia é ferramenta capaz de produzir sentidos, agendá-los e legitimá-los em busca de determinados fins. Pretendemos evidenciar características do conteúdo dos jornais sobre a matriz energética, processos decisórios e a interação entre atores do campo político na esfera pública.

Thiago Caetano da Silva Berriel – IFF, Rodrigo Valente Serra – IFF e Maria Ines Paes Ferreira – IFF (ST2)

Estratégia pró-proteção do domínio das ilhas fluviais do Rio Paraíba do Sul diante dos impactos da implantação da UHE Itaocara – Rio de Janeiro

Uma série de empreendimentos hidrelétricos é identificada no rio Paraíba do Sul. Com projeto previsto para alagar áreas do Domínio das Ilhas Fluviais (DIF) do Curso Médio Inferior desse rio, a UHE Itaocara, desde 1980, passou por inúmeras tentativas de implementação e ressurgiu, em 2008, através do consórcio realizado entre a Companhia Energética de Minas Gerais e do Grupo LIGHT S.A. A partir da sistematização dos impactos associados à implantação de empreendimentos hidrelétricos e da importância da atuação de movimentos sociais neste âmbito, pretende-se sugerir caminhos de reação, que passam pela utilização de ferramentas de mensuração/valoração, aos ditos impactos ambientais, para o caso estudado da UHE Itaocara. Reconhecendo seus limites e possibilidades, os métodos de valoração foram associados a impactos previstos com a implantação da UHE Itaocara como uma ferramenta de argumentação do movimento social, como uma iniciativa pró-preservação do DIF do rio Paraíba do Sul.

Thiago Diniz Araujo – UFMA, Jefferson Bruno Costa de Sousa – UFMA e Zulimar Márita Ribeiro Rodrigues – UFMA (ST3)

Análise dos conflitos de territorialidades na comunidade quilombola de Jamary dos Pretos, Turiaçu-ma.

A Constituição Brasileira de 1988 concedeu os direitos territoriais aos remanescentes de quilombos que estejam ocupando suas terras, proporcionando conflitos de interesses entre inúmeros atores sociais. Esta área de quilombo está situada no município de Turiaçu, na Mesorregião Oeste Maranhense e Microrregião do Litoral Ocidental Maranhense. Objetiva-se analisar os conflitos de territorialidade na formação da referida comunidade, utilizando-se os métodos: dedutivo e indutivo com apoio da fenomenologia. Durante as visitas e através, dos relatos dos moradores, constatou-se que o processo de grilagem iniciou-se na primeira metade da década de 60, através de pecuaristas de gado bubalino. Outro problema detectado são as formas de exploração dos recursos naturais, como a queimada e o desmatamento realizado pelos moradores ou por pessoas advindas de outros locais. Portanto é necessário que os órgãos responsáveis pela fiscalização ambiental e pela legalização do território atuem com eficiência.

Thiago Martins da Cruz – CEPASP e Jose Pedro de Azevedo Martins – UFPA (ST7)

Os Impactos Socioambientais da Implantação da Usina Hidrelétrica de Marabá: o Assentamento da Reforma Agrária Castanhal Araras

A crescente demanda nacional por energia elétrica fez com que o governo federal retomasse o plano nacional de energia elétrica editado na ditadura militar. Este plano prevê uma matriz energética baseada na energia de fonte hidrelétrica o que coloca a necessidade de implantação de inúmeras barragens nas diferentes bacias hidrográficas brasileiras. A bacia amazônica é uma das bacias onde predominam aquelas barragens com grandes áreas inundadas colocando em risco de existência inúmeras comunidades indígenas, agricultores, ribeirinhos, etc. Uma das regiões que está ameaçada de inundação é aquela onde será implantada a Usina Hidrelétrica de Marabá no rio Tocantins. Dentre os atingidos destaca-se o Assentamento Castanhal Araras, o primeiro da região conquistado a partir de uma intensa luta dos trabalhadores. Nesse trabalho analisamos os impactos sociais, econômicos e culturais provocados pela implantação da Usina a partir das perspectivas e representações de principais atores desse processo. Palavras Chave: Atingidos por barragens, Impactos socioambientais, campesinato.

Urda Alice Klueger – UFPR e Nilson Cesar Fraga – UFPR/FAE (ST5)

Desenvolvimento regional, barragens de contenção e outros projetos anti-enchentes no Vale do Itajaí, SC: uma busca secular de controle socioambiental e seus reflexos regionais

Este trabalho objetiva fazer uma análise comparativa entre a região do Vale do Itajaí e a de Braunschweig, na Alemanha, sobretudo o planejamento de barragens para a navegação fluvial e o controle de enchentes. Toma por base que as barragens no Brasil foram planejadas para a produção de energia, reserva de abastecimento de água e mitigação de enchentes. Com esse diagnóstico procurou-se trazer elementos exógenos, vindos da cultura germânica, mas que foram perdidos ao longo do processo de desenvolvimento do Vale do Itajaí. Apresenta histórico comparativo da formação de Blumenau, SC, em paralelo com o desenvolvimento da região do antigo condado de Braunschweig, com foco nos rios como fator da análise do desenvolvimento. Busca-se apresentar alternativas para reverter o atual quadro de degradação e subutilização do rio Itajaí-Açu buscando a sensibilização aos habitantes e políticos da região, que podem mudar a trajetória da relação do rio com sua população, neste início de século XXI.

Valcir Bispo Santos – UFPA (ST5)

Inovação Social e Instituição nos Acordos de Pesca da Amazônia Oriental

Este ensaio tenciona analisar os acordos de pesca praticados na Amazônia Oriental enquanto uma forma de instituição com capacidade de inovação social. Os acordos de pesca são arranjos comunitários institucionais praticados por pescadores e produtores de determinadas localidades ribeirinhas com o objetivo de regulamentar o uso de recursos pesqueiros em áreas de várzea da Amazônia e se contrapor à “pesca predatória”. A área de pesquisa é a região do Baixo Tocantins, localizada à jusante da Usina Hidrelétrica de Tucuruí, que sofre uma crise duradoura na pesca artesanal desde meados da década de 1980, criando uma situação de potencial conflito entre pescadores e produtores ribeirinhos em torno do acesso aos escassos recursos pesqueiros. A análise dos acordos de pesca enquanto instituição com capacidade de inovação social permite demonstrar como tais arranjos comunitários operam enquanto instituição mediadora de conflitos, ou seja, permite analisar a eficácia dos acordos de pesca em transformar relações de caráter conflitivo em relações de cooperação.

Valdiraquino Zitzke – UFT (ST1)

Estudo da uhe de estreito, tocantins/maranhão, na perspectiva das redes sociotécnicas

A implantação de uma usina hidrelétrica apresenta características de redes, com laçadas e nós, fios e malhas, significando que a rede envolve aqueles que nela estão inseridos e também os atores que dependem dela no seu cotidiano. O termo rede também é usado enquanto um conceito centralizador que envolve todas as formas de relação entre atores, entidades e artefatos, possibilitando evidenciar de que forma o natural e o social estão inter-relacionados e explicar como o mundo é feito e refeito. A compreensão deste processo exige um olhar mais atento sobre a forma como as relações entre os atores são estabelecidas e compreender como elas são mantidas através do tempo e do espaço, uma vez que as redes são resultantes destas duas operações simultâneas e são constituídas de materiais heterogêneos (textos/discursos, tecnologia, entidades naturais e seres humanos) utilizados pelos atores envolvidos para controlar e envolver os demais atores, uma espécie de ‘cola’ que une os atores nestas redes.

Vandemberg Salvador – IFSEGIPE, Antonio Santiago Pinto – IFSEGIPE e Rui Flexa – INCRA/SE (ST7)

Recuo da margem do rio São Francisco

A evolução do processo erosivo na margem direita do baixo curso do rio São Francisco foi intensificada a partir da implantação das barragens e tem causado prejuízos ambientais, econômicos e sociais para as comunidades ribeirinhas e para os agricultores do Perímetro Irrigado Cotinguiba/Pindoba. Este trabalho teve por objetivo levantar a linha atual da margem direita do rio São Francisco, quantificar a perda de área agricultável nos agroecossistemas causada pela erosão marginal e analisar seus efeitos na sustentabilidade do Perímetro Irrigado Cotinguiba/Pindoba, utilizando-se a tecnologia de posicionamento por satélite – GPS. A área agrícola erodida corresponde a uma superfície equivalente a 75,59 hectares, considerando o período de 1995/2005. A superfície agricultável erodida representa 2,5% da área total do projeto de irrigação Cotinguiba/Pindoba e corresponde a uma perda de 3,0 hectares/ano, de terra irrigável.

Vanessa Fonseca – UFMG e Deyvison Lopes de Siqueira – UFMG (ST4)

Barragem de Irapé – Um balanço das conseqüências sociais

A usina de Irapé construída no Rio Jequitinhonha-MG, atingiu 1.200 famílias rurais, em sete municípios. Esse trabalho visa sintetizar as principais conseqüências sociais das famílias de agricultores atingidos pela barragem. Foram pesquisados 31 reassentados por meio de grupo focal, conduzido por um roteiro de questões sobre a trajetória das famílias, durante o “Colóquio: Barragem de Irapé”, realizado em Montes Claros-MG. Percebe-se que a união das famílias foi essencial para as conquistas, mas ainda existem pendências nos acordos da CEMIG com relação à aquisição do título da terra, imprecisão na demarcação de lotes, conflitos fundiários com fazendeiros extremantes, precariedade nos serviços de saúde, educação e transporte, dificuldades de acesso à água em quantitativa e qualitativa para produção e consumo familiar. Conclui-se que após cinco anos, os reassentados não foram totalmente contemplados em seus direitos, e apresentam questões cruciais para melhoria das condições de vida.

Vicente de Paulo da Silva – UFU (ST9)

Grandes Empreendimentos no Rio Araguari-MG: os efeitos socioespaciais da construção de barragens

O trabalho visa a apresentar os resultados parciais da Pesquisa intitulada Grandes Projetos de Investimentos no Triângulo Mineiro e Alto Paranaíba: o rio Araguari passo a passo e os efeitos sócio-espaciais da construção de barragens. Essa pesquisa está sendo desenvolvida no Instituto de Geografia da UFU e recebeu apoio financeiro da Fundação de Amparo à Pesquisa de Minas Gerais – FAPEMIG. O objetivo é conhecer o rio Araguari – MG, da nascente à foz, analisando os efeitos sociais e espaciais de grandes empreendimentos. Em toda a sua extensão o rio apresenta quatro hidrelétricas, consideradas de grande porte e uma Pequena central hidrelétrica. Além disso, o rio sofre os efeitos da construção da Hidrelétrica de Itumbiara, no rio Paranaíba, a qual represou águas do Araguari nos seus últimos trechos em Minas Gerais antes de desembocar no Paranaíba. O estudo da nascente se torna importante para que se acompanhe as transformações sofridas pelo rio e entenda seus significados.

Victor Manuel García Cruz – UNAM (ST7)

El proyecto del Río Madeira en la IIRSA.

El actual modelo de producción capitalista implica la explotación intensiva de los recursos naturales, y, en gran medida, la búsqueda de su control por parte del capital trasnacional, así como su alineamiento con los intereses de los Estados Unidos como sujeto hegemónico. En la medida que el neoliberalismo se tornó dominante en la región a lo largo de la década de los noventa, los procesos de privatización y mercantilización se extendieron más allá de la tradicional estructura de empresas y servicios públicos-estatales a un cada vez más amplio terreno societal. Así, si la primera generación del concepto de privatización se enfocó sobre los activos del Estado y la segunda a los servicios, la tercera se orienta particularmente sobre los recursos naturales y estratégicos. Como un notorio eje de las acciones orientadas a la construcción de hegemonía en la región tenemos a la Iniciativa para la Integración de la Infraestructura Regional Suramericana (IIRSA), que se constituye en una punta de lanza para la construcción de infraestructura al servicio de los intereses de los grandes capitales. En este trabajo se asume que La IIRSA, atrás del discurso de integración latinoamericana puede entenderse como un mecanismo impuesto desde las esferas de poder para garantizar el control sobre los recursos naturales de América del Sur.

Uno de los pilares de la IIRSA en la región, tenemos al Proyecto del Complejo del Río Madeira. Así en este documento se analizarán las consecuencias previstas por la invasiva actuación del poder económico expresada en el proyecto del Río Madeira, en los aspectos relativos al despojo practicado en perjuicio de las comunidades originarias y nativas, asimismo haciendo énfasis en el aspecto de las represas y de la navegabilidad del río, dada la esencialidad del agua en el proceso de producción capitalista y no solo como bien imprescindible para la vida humana.

Voyner ravena Cañete – UFPA, Nírvia Ravena de Souza – UFPA, Cleide Lima de Souza – UNAMA, Thales Maximiliano Ravena Cañete – UFPA, Uriens Maximiliano Ravena Cañete – UNAMA, Larissa Beatriz – UFPA e Henrique Pereira Mascarenhas – UFPA (ST6)

Práticas, saberes e conflito em cenários de escassez de recursos naturais: o lago de Tucuruí 30 anos depois

Após 30 anos da construção da Hidroelétrica de Tucuruí é possível visualizar, do ponto de vista de práticas tradicionais e recursos naturais, a formação de três grupos sociais presentes no interior do lago: o grupo originário daqueles que já estavam na área do município quando da construção da barragem; os migrantes de variadas regiões do país; e, finalmente, a geração dos filhos desses dois grupos que ocuparam e ainda ocupam o lago. Este trabalho descreve o redesenho de práticas simples como a pesca e agricultura a partir da formação de um novo bioma que surge quando da formação do reservatório. Evidencia os contornos resultantes das imposições e restrições de políticas ambientais sobre o uso dos recursos pesqueiros. Do desaparecimento da caça e da madeira à escassez do pescado, a terra vem se apresentado como o último e único recurso natural disponível. A leniência do poder público sobre processos de disputa, violência e conflito agrava o cenário de escassez de recursos naturais.

Wendell Ficher Teixeira Assis – IPPUR/UFRJ (ST6)

Representações da natureza e desfiguracao dos conflitos ambientais: O discurso do desenvolvimento sustentável na publicidade do setor elétrico brasileiro

A partir de uma perspectiva que concebe a publicidade como instância que auxilia na composição de imaginários sociais, tentar-se-á evidenciar de que forma o discurso de empresas do setor elétrico brasileiro constrói, de um lado, uma legitimação de suas

atividades, e, de outro, invisibiliza a existência de populações atingidas e territórios apropriados. A idéia aqui contida ambiciona realçar que a apropriação econômica dos territórios é consubstanciada por significações simbólicas que hierarquizam os olhares sobre a natureza, ao mesmo tempo em que legitimam uma exploração calcada na iniquidade de distribuição do espaço geográfico. Assim, procurar-se-a demonstrar através da análise de anúncios publicitários do setor elétrico, veiculados nas revistas *Veja* e *Exame* entre os anos de 1982 e 2002, como a visão econômica dominante dentro e fora do campo ambiental se utiliza dessas significações para legitimar a exploração capitalista dos territórios e o deslocamento compulsório de populações rurais.

Wesley Alves Vieira – UFU e Rita de Cássia Martins de Souza Anselmo – UFU (ST1)

Grandes barragens do rio araguari: impactos das políticas públicas sobre o triângulo mineiro

Desde a independência vêm se consolidando no Brasil uma série de iniciativas de ordenamento do território que, se no início da formação do Estado Nacional, não poderiam ser chamadas de planejamento territorial, nunca deixaram de se configurar como projetos explícitos para a consolidação da unidade do grande território conquistado pelos lusos e, a partir da Independência, tornaram-se no grande desafio da elite nacional. Nesse sentido a construção de barragens nas áreas de ocupação “mais escassa” vai assumindo um papel decisivo de agentes modernizadores do “grande sertão”. Este trabalho analisará os projetos relativos às barragens em que estão envolvidas as diversas esferas do Estado (municipal até a federal), além de empresas consorciadas. Parte do pressuposto que esses grandes projetos não só modificam o espaço como causam grandes impactos sociais e ambientais desde a tomada compulsória do lugar e pelo remanejamento das famílias até a alteração profunda dos costumes.



Índice Remissível de participantes

Adalberto Carvalho Ribeiro – UNIFAP	ST02
Ademario Alves Santos – FJAV	ST08
Adilson Leão da Silva – UFRA	ST07
Adriane Karina Amin de Azevedo – UFPA	ST01
Alano Aleixo Gonçalves Pereira – FEMA/MG	ST01
Alcília Afonso de Albuquerque Costa – UFPI	ST06
Alessandro Ribeiro Campos – FEMA/MG	ST01
Alexandra Martins Silva – Universidade de Coimbra	ST01
Alexandra Souza Borba – UFPA	ST06
Alexandre Cosme José Jeronymo	ST05
Alexandre do Nascimento Souza – PROCAM/USP	ST01
Alexania Rossato – MAB	ST05 e ST09
Alfredo Wagner de Almeida – UFAM	MV, MR07, ST08
Alicia Afonso de Albuquerque Costa – UFPI	ST06
Aline Caldeira Lopes – UFRRJ	ST03
Aline Furtado Louzada – UFPA	ST02
Alzeni Tomaz – NECTAS/UNEB	ST09
Amintas Lopes da Silva Júnior – NEAF/UFPA	ST07 e ST08
Ana de Cerqueira Cesar Corbisier	ST03
Ana Gabriela de Souza Andrade – UFPE	ST06
Ana Ivania Alves Fonseca – Unimontes	ST04
Ana Margarida Ribeiro do Amaral – Instituto Oswaldo Cruz	ST07
Ana Raylda do Nascimento Andrade – MPEG	ST02
Ana Rosa Baganha Barp – UFPA	ST02
Anabelle Santos Lages – UFMG	ST04
Ananda Machado – UFRO	ST03
André Luiz de Oliveira – Univ. Federal de Uberlândia	ST02
André Luiz Nascentes Coelho – UFES	ST07
Andréa Zhouri – UFMG	ST02, MV, MR06
Andréia da Silva Neiva – IPPUR/UFRJ	ST09
Andreia Silva – UFU	ST09
Aniely Coneglian Santos – UNEC	ST09
Antenor Lopes de Jesus Filho – IPEA	ST09

Antônia Martins – Fundação Viver, Produzir e Preservar	ST04
Antônia Melo – Mov. Xingu Vivo para Sempre	MR03
Antônio Carlos Magalhães – Humanitas	ST03
Antônio Carlos Ribeiro Araújo Júnior – UFPA	ST01
Antonio da Silva Ferro – IFPA	ST07
Antônio Júnior Neves – UFES	ST06
Antonio Santiago Pinto – IFSEGIPE	ST07
Antonio Thomaz Junior – UNESP	ST02
Aquiles Vasconcelos Simões – NEAF/UFPA	ST07 e ST08
Ariel Pares – SAE	MR02
Assis Francisco Carlos Santos Dipeta	ST03
Atamis Antonio Foschiera – UFC	ST02
Bethânia Alves Sena – UFPA	ST07
Betiana de Souza Oliveira – UNIFAP	ST09
Bianca Aléssio	ST05
Bruno Gomes Cunha – UFV/INCRA	ST04
Camila Bernardelli – UFU	ST02
Carlos Brandão – Unicamp	MR02
Carlos Locatelli – UFSC	ST09
Carlos Riveros – WWF Peru	ST01
Carlos Vainer – UFRJ	ST01, MR02, MR06
Cecília Geraldine Basile – UFPA	ST05
Cecilia Quevedo – Universidad Nacional de Villa María	ST02
Celio Berman – USP	MR03
Célio Bermann – PPGE/USP	ST02, ST07
Celso Antonio Vaz – UFPA	ST01
Chelén Fischer de Lemos	MR02
Christiano Lemos de Moraes Brandão – FEMA/MG	ST01
Cicera Maria dos Santos Gomes – UFPE	ST04
Cinair Correia da Silva – INCRA	ST04
Cirlene Jeane Santos e Santos – IGDEMA-UFAL	ST01
Clarisse Cavalcante Kalume – UFRJ	ST06

Claudio Luis de Camargo Penteadado – UFABC	ST02 e ST07
Cleide Lima de Souza – UNAMA	ST06 e ST07
Cleidiane do Rosário Costa – NEAF/UFPA	ST07
Cleidiane do Rosário Costa – UFPA	ST08
Cleir Ferraz Freire	ST03
Clésio Barbosa Lemos Júnior – UNICAMP	ST07
Crislaine de Carvalho Correia – FJAV	ST08
Dalva de Cássia Sampaio dos Santos – SEDUC/SEMEC	ST02
Daniel Ladeira Almeida – UFABC	ST07
Daniel Vieira de Sousa – UFV	ST04
Dayana Ferreira Alves Veloso – UFU	ST09
Débora da Cruz Barbosa – UNIR	ST07
Debora Ingrid Rocha – INGA	ST01
Deborah Werner – Unicamp	ST05
Denison da Silva Ferreira – UFPA	ST05
Deuzélia Patrícia Valente Machado – UFPA	ST02
Deyvison Lopes de Siqueira – UFMG	ST04
Diego Bruno Silva de Oliveira – UFPB	ST02 e ST09
Diana Antonaz – UFPA	ST05
Diego Maia Zacardi – UFPA	ST07
Dion Márcio Carvaló Monteiro – Université Paris Nord	ST02, MV
Dorisvalder Dias Nunes – UNIR	ST07
Edcarlos Mendes da Silva – UFBA	ST04
Edite Luiz Diniz – UFBA	ST06
Edna Maria Ramos de Castro – NAEA/UFPA	ST01, ST05, MR01
Eduardo Campbell – IPPUR/UFRJ	ST01
Eduardo Charles Barbosa Ayres	ST04
Eduardo da Silva Leitão – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ	ST01
Eduardo Pessoa de Queiroz – ANTAQ	ST05
Elder Pereira Beltrame – UNEC	ST04
Eliceli Costa Abdoral – SDDH	ST02
Elida do Socorro Monte da Silva – IFPA	ST02
Elisangela Soldateli Paim – UBA	ST09

Elisângela Soldateli Paim – UBA	ST09
Elói Martins Senhoras – UFRR	ST01 e ST09
Elvio Machado da Rocha – Fahesa	ST07
Elvis Pereira Barbosa – CPDA/UFRRJ e DFCH/UESC	ST06
Eneida Correa de Assis – UFPA	ST01 e ST03
Erich Kellner – UFABC	ST07
Erika Simone da Silva Bentes – NUMA / UFPA	ST05
Ermeson de Oliveira Silva – UFRA	ST07
Eunápio Dutra do Carmo – CESUPA	ST02
Evandro Nesello – UFRJ	ST02
Fabian Serejo Santana – Universidade Federal do Tocantins	ST04
Fabiano dos Santos Rodrigues – IFPA/CIMP	ST06
Fábio Augusto Giannini – ANTAQ	ST05
Fábio Pedro Souza de Ferreira Bandeira – UEFS	ST09
Felício Ponte Júnior – MPF	MR03
Fernanda Salgueiro Borges	ST07
Fernando Anísio de Oliveira Simas – FAE	ST03 e ST05
Fernando Garcia de Oliveira – UFCEG	ST02
Fernando Mieis Caus – UFES	ST07
Florencia Delgado – Universidad Nacional de Villa María	ST02
Francisco Alfonso Guzmán Andrade – UE/UAG	ST04
Francisco del Moral Hernandez - Instituto de Eletrotécnica/USP	ST01, MR04
Franklin Rothman – UFV	ST07
Frederico Duarte Irias – UERJ	ST01
Gedeval Paiva Silva – MGEO/UFBA	ST08
Geverson Ampolini – Unochapecó	ST01
Ghislaine Duque – UNIVASF	ST04, ST08
Gilberto Carlos Cervinski – MAB	MV, ST05, MR07
Gilberto de Miranda Rocha – NUMA/UFPA	ST07
Gilca Garcia de Oliveira – UFBA	ST01 e ST05
Girlany Valéria Lima – USP	ST07
Gisela Aquino Pires do Rio – UFRJ	ST05
Gizele Carvalho Pinto – UNIR	ST07, ST09

Gláucia Maria Quintino Baraúna – UFAM	ST02
Glauco Macedo Medeiros – FAHESA	ST04
Glaucy Learte da Silva – UFPA	ST02 e ST03
Gleyson Learte da Silva – UFPA	ST03
Guilherme Zagallo – DHESCA	MR06
Guillaume Leturcq – Université du Maine	ST04
Guiomar Inez Germani – Geografar/UFBA	ST03, ST04, ST06 e ST08
Guiomar Inez Germani – Geografar/UFBA	MR05
Gustavo Atila de Caravilho – UFABC	ST02
Gustavo Castro Souto	MR04
Gustavo Ribeiro – UnB	MR01
Guy Guerra	ST05
Hélio Raymundo Ferreira Filho – UEPA	ST05
Hemerson Luiz Pase – UFPEL	ST04
Henri Acselrad – UFRJ	MR01, ST02
Henrique Caetano Nardi – UFRGS	ST06
Henrique Pereira Mascarenhas – UFPA.	ST06
Heriberto Amanajás Pena – UEPA	ST05
Hudson Rodrigues Lima – UFU	ST06
Humberto José Rocha – UNICAMP	ST04
Iago Tavares de Almeida – UFPI	ST06
Inaê Nogueira Level – Universidade Federal de Rondônia	ST04
Irislane Pereira de Moraes – UFPA	ST02
Isabelle Aparecida Damasceno – UFU	ST09
Jacqueline Parmigiani – FASUL	ST04
Jailson de Macedo Sousa – UEMA	ST05
Janaina Novaes Sobrinho – INGA	ST01 e ST06
Jefferson Bruno Costa de Sousa – UFMA	ST03
João Akira Omoto – MPF	MR06
João Carlos de Oliveira – ESTES/UFU	ST07
João Cleps Júnior – Univ. Federal de Uberlândia	ST02
João Luís Martins da Silva – Unesp	ST08

João Vicente Barroso da Costa Lima – UFSM.	ST04
Joelle Katiussia Macedo da Silva – NAEA/UFPA	ST08
Jorge Edilson Carvalho Lobato – FIBRA	ST05
Jorge Luís de Goes Pereira	ST02
Jorge Luiz de Goes Pereira – UFRRJ	ST08
José Carlos Arara – Volta Grande do Xingu	MR05
José de Ribamar Miranda Marinho – FIBRA	ST05
José Francisco Mendanha – Fahesa	ST04 e ST07
José Guilherme Carvalho da Silva – NAEA/UFPA	MV e ST09
José Hilton Santos Aguiar – UFBA	ST05
José Luiz Fernandes Cerveira Filho – UFPR	ST02
Jose Pedro de Azevedo Martins – UFPA	ST07
José Queiroz de Miranda Neto – UFPA	ST06
Josélia Fontenele Batista Cabral – UNIR	ST07
Josélia Fontenele Batista Cabral – UNIR/UFPR	ST07
Joseline Simone Barreto Trindade – UFPA	ST02 e ST04
Joseph S. Weiss – CDS/UnB	ST01
Josiele Sousa da Silva – UFPA	ST09
Josinei Gonçalves Arara – Volta Grande do Xingu	MR05, RD
Josué Carvalho Viegas – UFMA	ST07
Juan de Dios Garcia – Guatemala	MR06
Juan Radovich – FLACSO – Argentina	MR01
Juliana de Almeida – UNEMAT	ST03
Juliana de Paula Batista – AJES	ST04
Juliana Ferreira Romeiro – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ	ST01
Juliana Freitas de Cerqueira Guedes – FBA	ST05
Juliana Gomes de Moraes – UFRPE	ST04
Julietta Miranda Alves – UFPA	ST06
Juracy Marques dos Santos – UNEB	ST09
Jurandir Santos de Novaes – USP	ST02
Kelly Aparecida do Nascimento	ST02
Kerley José Freeitas da Silva – IBPEX	ST03
Kermeson Conceição de Lima – UFPA	ST07

Lanna Peixoto - NAEA/UFPA	ST08
Larissa Beatriz – UFPA	ST06
Leandro Scalabrin - MAB	MR06
Leila Santana da Silva - Faculdade Ruy Barbosa	ST08
Leonardo Antonelo	ST05
Leonardo Bauer Maggi - MAB	ST05
Leonardo Ferreira Gomes – Unimontes	ST04
Leoneci Ermelinda Silva Storck de Oliveira. – UNEC	ST08
Lílian Damares de Almeida Silva - Unimontes	ST04
Liliana Pimentel - Ibama/UNINOVE	ST08
Lindomar de Jesus de Sousa Silva – UFPA	ST02
Lino Ferreira - NUMA / UFPA	ST05
Lucas Gallat de Figueiredo – UFPA	ST07
Lucélia Barbara Moraes Hortêncio – PMU	ST07
Lucia Marisy Souza Ribeiro de Oliveira - UNIVASF	ST07
Luciana Luiza Chaves Azevedo - IGC/UFMG	ST09
Luciana Miranda Costa - UFPA	ST09
Luciene Brito Cardoso – Instituto Camilo Filho	ST06
Lúcio Flávio Pinto - Jornal Pessoal	MR02
Luis Fernando Novoa Garzon - UFRO	ST01, ST09, MV, MR07
Luis-Ciro Marcano – Universidade Central da Venezuela	ST05, MR02
Luiz Cleyton Holanda Lobato – UNIR	ST07
Luiz Eduardo Santos do Nascimento - UFPA	ST03
Luiz Henrique Pinheiro – INGA	ST01
Luiz Wanderley Jardim – UFRJ	ST05
Luiza Nakayama – UFPA	ST07
Maíra Borges Fainguelernt – UFF	ST09
Manoel Alves de Oliveira – UFF/UNEB	ST07
Marcela Dadauto Lestingui – PPGE/USP	ST02
Marcela Rabello de Castro Centelhas – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ	ST01
Marcelino Farias Filho - UFMA	ST07

Márcia Pinheiro Ludwing – Universidade Federal de Viçosa	ST02
Marcio Andrade Cabezas – ETTERN/ IPPUR/ UFRJ	ST01
Márcio Júnior Benassuly Barros – IFPA	ST05
Márcio Pereira do Sousa - UFPA	ST03
Marco Antonio Chagas – UNIFAP	ST01
Marco Apolo Santana Leão – SDDH	ST02
Marcos Pereira da Silva - UFS	ST03
Marcos Tuxábanzaê	ST03
Marcos Vinicius Miranda da Silva – UEPA	ST05
Margarida Ladislau	ST03
Maria Anezilany Gomes do Nascimento – UECE	ST04 e ST06
Maria Celia Nunes Coelho – UFRJ	ST05
Maria da Graça de Moraes Bittencourt Campagnolo - UFPA	ST01
Maria Ines Paes Ferreira – IFP	ST02
Maria José Reis - UNIVALI/UFSC	ST04
Maria Juliana Carneiro Diógenes – UECE	ST04
Maria Madalena de Aguiar Cavalcante - UNIR	ST07
Maria Odete Cruvinel - Fahesa	ST07
Maria Teresa Rodrigues de Moraes - FEMA/MG	ST01
Mariana Batista Sampaio – UFPA	ST06
Mariana Corrêa dos Santos – UFF	ST02
Marijane Vicira Lisboa - DHESCA	MR03
Marilza Maia Herzog - Instituto Oswaldo Cruz	ST07
Marina Penido – UFMG	ST04
Marinete Anselmo Albuquerque Guerra - Estácio Amapá	ST09
Marise da Rocha Morbach - UFPA	ST01
Marlon Aurélio Tapajós Araújo - PPGD-UFPA	ST03
Mary Helena Allegretti – Consultora Independente	ST01
Mateus de Moraes Servilha - FEMA/MG	ST01
Mauricio Cardoso Nascimento – INGA	ST01
Mauricio Gonçalves Lima – INGA	ST01
Mauro José Ferreira Cury - UNIOESTE	ST05
Mayara Victória Freitas da Costa	ST07

Megaron Kayapó-Metuktire - PI Xingu	MR05, RD
Michel de Melo Lima – UFPA	ST01
Michele da Silva Teixeira – UFMG	ST04
Monica Hass - Universidade Federal da Fronteira Sul	ST01
Mônica Peixoto Vianna - EESC-USP	ST05
Morel Queiroz da Costa Ribeiro - FEMA/MG	ST01 e ST07
Myriam Aldana - Unochapecó	ST01
Myrian Nydes Monteiro da Rocha - Fahesa	ST04 e ST07
Neila Soares – Unicamp	ST04
Nilson Cesar Fraga – UFPR/FAE	ST03 e 05
Nírvia Ravena de Souza – NAEA/UFPA	ST01, ST02, ST06 e ST07, MR04
Norma Ely Santos Beltrao - UEPA	ST05
Núbia Oliveira Almeida - UFS	ST03
Oberdan da Silva Medeiros - IFPA	ST02
Odete Cardoso de Oliveira Santos – UFPA	ST07
Olga Maria Schild Becker - UFRJ	ST02
Omar Bonilla - FOBOMADE	MR07
Orlando Sampaio Silva - UFPA	ST03
Osvaldo Bernardo da Silva – MAB/Nordeste	ST02
Ozimar Juruna - Volta Grande do Xingu	MR05, RD
Pablicio Vieira Moura - UFBA	ST01
Parry Scott - UFPE	ST01
Patricia Silveira Lustosa – UFPA	ST04
Paula Vanessa da Silva e Silva - NEAF/UFPA	ST07 e ST08
Paulo Cesar Pontes Fraga - UFJF	ST05
Paulo Marcos Noronha Serpa - Scientia Consultoria Científica	ST03
Payaré - Akratikatejê (Gavião) - TI Mãe Maria	MR06, RD
Pedro Roberto Jacobi - PROCAM/USP	ST01
Philip Fearside - INPA	MR04
Pierina German Castelli – UNEC	ST07
Pollyana Martins Santos – Universidade Federal de Viçosa	ST02
Priscila Pavan Detoni – UFRGS	ST06

Raimunda Monteiro - UFOPA	ST09
Rangel Leandro Cezaro - UNIR	ST07
Raoni Kayapó-Metuktire - PI Xingu	MR05, RD
Raquel Rodrigues da Poça - NEAF/UFPA	ST07 e ST08
Regina Chelly Pinheiro da Silva - NAEA/UFPA	ST07
Reinaldo Corrêa Costa - INPA	ST07
Renata da Silva Nobrega - IFRO/PNCSA	ST08
Renata Melo e Silva de Oliveira - UEPA	ST05
Renata Santos Melo Figueiredo Brasil - FEMA/MG	ST01
Renato Domingues Fialho Martins - ETTERN/ IPPUR/ UFRJ	ST01
Rene Gonçalves Serafim Silva – UFU	ST09
Ribamar Ribeiro Júnior – IFPA/CRMB	ST06
Ricardo Dantas Borges Salomão – PPGA/UFF	ST03
Ricardo Gilson da Costa Silva - UNIR	ST07
Ricardo Santos de Almeida - IGDEMA-UFAL	ST01
Richard Oliveira Jardim – UFAM	ST02
Roberta Amanajás - SDDH	ST02
Roberta Maria Batista Figueiredo - UFAM	ST02
Roberto Bastos Guimarães – FBA	ST05
Roberto Guimarães - Povo Pano - Peru	MR06, RD
Rodrigo Alves Nascimento – Faculdade Pitágoras	ST07
Rodrigo Constante Martins - UFSCar	ST08
Rodrigo Corrêa Diniz Peixoto - MPEG	ST04, ST05
Rodrigo Valente Serra - IFF e ANP	ST02 e ST04
Rogéria da Silva Martins - UFJF/UERJ	ST05
Rogério Almeida - Universidade da Amazônia	ST02
Romulo Magalhaes de Sousa - UFPA	ST07
Rosa Elizabeth Acevedo Marin – NAEA/UFPA/UNAMAZ	ST04, ST08, MR07
Roselene de Souza Portela – NAEA/UFPA	ST02
Roseli Frederigi Benassi - Universidade Federal do ABC	ST02
Rosilen Cruz de Araújo – UNEB	ST03
Rui Flexa – INCRA/SE	ST07
Sabrina Mesquita do Nascimento – UFPA	ST01

Sadi Baron	ST05
Samantha Ninja - FEMA/MG	ST01
Samara de Nazaré Barriga Dias - UFPA	ST02 e ST03
Samara Veloso – UFPI	ST06
Samuel do Carmo Lima – IG/UFU	ST07
Samuel Souza - SDDH	ST02
Sandra Aparecida Alves	ST02
Sandra Carolina Portela Garcia – UFSC	ST06
Sandro Luis da T. Pinheiro - NEAF/UFPA	ST07
Sandro Luis da Trindade Pinheiro - UFPA	ST08
Sandy Faidherb - SDDH	ST02
Sérgio Cardoso de Moraes – UFPA	ST06
Sergio Guedes Martins - SDDH	ST02
Sidney Tadeu Rodrigues – WWF Brasil	ST01
Silvana Rodrigues Gouveia do Carmo	ST07
Silvia Molina - Bolívia	MR07
Simy de Almeida Corrêa - UFPA	ST01
Sinclair Mallet	ST05
Sônia Barbosa Magalhães – NCADR/NUMA/UFPA	ST01, ST04, ST05, MR03
Sônia Guajajara – COIAB	MR06, RD
Suely Rodrigues Alves – NAEA/UFPA	ST08
Suyene Monteiro da Rocha - ULBRA	ST07
Suzana Carla da Silva Bittencourt - UFPA	ST07
Taíssa Caroline Silva Rodrigues - UFMA	ST07
Tania Nazarena de Oliveira Miranda - UFPA	ST02
Tássio Barreto Cunha - UFPP	ST02 e ST09
Tatiana Dahmer Pereira - UFF	ST02 e ST09
Telma Semirames de Castro Mendes – UNEC	ST07
Thales Maximiliano Ravena Cañete – UFPA	ST06
Thiago Almeida Barros – NAEA-UFPA	ST01
Thiago Caetano da Silva Berriel – IFF	ST02
Thiago Diniz Araujo - UFMA	ST03

Thiago Martins da Cruz – CEPASP	ST07
Timothy Peter Moulton – UERJ	ST07
Tomas Coelho Garcia – IUPERJ	ST05
Urda Alice Klueger – UFPR	ST05
Uriens Maxiliano Ravena Cañete	ST06
Valcír Bispo Santos – UFPA	ST05
Vandemberg Salvador – IFSEGIPE	ST07
Vanessa Fonseca – UFMG	ST04
Vânia Pessalácia – PMU	ST07
Vicente de Paulo da Silva – UFU	ST06 e ST09
Victor Manuel García Cruz – UNAM	ST07
Voyner Ravena Cañete – UFPA	ST06 e ST07
Wendell Ficher Teixeira Assis – IPURR/UFRJ	ST06
Wesley Alves Vieira – UFU	ST01
Ynis Cristine Santana – NUMA / UFPA	ST05
Zulimar Márta Ribeiro Rodrigues – UFMA	ST03